



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

**“INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E REDE URBANA EM SANTA CATARINA:
TRANSFORMAÇÕES NO PERÍODO DA DESCONCENTRAÇÃO
PRODUTIVA REGIONAL (1970-2005)”**

BEATRIZ TAMASO MIOTO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de **Mestre em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente**, sob a orientação do Prof. Dr. Cláudio Schuller Maciel.

*Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendida por **Beatriz Tamaso Mioto**, em **16/02/2011** e orientada pelo Prof. Dr. Cláudio Schuller Maciel.*

CPG, 16/02/2011

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Cláudio Schuller Maciel", written over a horizontal line.

Campinas, 2011

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

M669i	<p>Mioto, Beatriz Tamaso. Integração econômica e rede urbana em Santa Catarina: transformações no período da desconcentração produtiva regional (1970-2005)/ Beatriz Tamaso Mioto. – Campinas, SP: [s.n.], 2011.</p> <p>Orientador: Cláudio Schüller Maciel. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.</p> <p>1. Política urbana – Santa Catarina. 2. Integração econômica. 3. Economia regional. I. Maciel, Cláudio Schuller. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. II. Título.</p> <p>11-013-BIE</p>
-------	---

Título em Inglês: Economic integration and the urban network of Santa Catarina: transformation in the period of regional productive disconcentration (1970-2005)

Keywords: Urban policy – Santa Catarina ; Economic integration ; Regional economy

Area de Concentração : Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente

Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora: Prof. Dr. Cláudio Schuller Maciel

Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins

Prof. Dr. Fernando César de Macedo Mota

Data da defesa: 16-02-2011

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Dissertação de Mestrado

Aluna: **Beatriz Tamaso Miotto**

“INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E REDE URBANA EM SANTA CATARINA: TRANSFORMAÇÕES NO PERÍODO DA DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA REGIONAL (1970-2005)”

Defendida em 16 / 02 / 2011

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. Cláudio Schuller Maciel
Instituto de Economia / UNICAMP



Prof. Dr. Hoyedo Nunes Lins
UFSC



Prof. Dr. Fernando César de Macedo Mota
Instituto de Economia / UNICAMP

*Para a Regina, Carlão e Paulo: responsáveis por
tudo o que tenho de bom (e irresponsáveis o
bastante por torná-lo ainda melhor). E para o
Pietro “esquina da minha história”*

AGRADECIMENTOS

Agradecer é tão fundamental quanto arriscado, pois a memória e sua transcrição são sempre ingratas. Como o tempo de construção da dissertação me parecia tender ao infinito isso se complica; ainda mais pelo fato dos economistas, de modo geral, ignorarem a “longa duração” das coisas e a importância da história nos seus próprios “produtos”. Portanto, justifico qualquer esquecimento pelas lacunas provenientes da minha formação.

Agradeço à Unicamp e à CAPES, por concretizarem o meu direito de estudar em uma Universidade pública e financiarem os anos que estive em Campinas. Também agradeço aos funcionários do Instituto de Economia por viabilizarem essa estadia de forma tão acolhedora e solícita. Obrigada ao pessoal da biblioteca, à Marinete, Cida, Fátima, Regina, Dora e Pedro – que sempre manteve um lindo jardim nas dependências do pavilhão da pós tornando nossos estudos mais coloridos.

Sou grata aos professores do IE que contribuíram enormemente para minha formação intelectual e também para este início de vida docente. Obrigada também aos estudantes da turma 2010 da graduação da Unicamp, por me aceitarem como PED e incentivarem minha opção pelo ensino.

Em especial agradeço aos professores do CEDE: Cláudio Maciel – pela autonomia e confiança durante a orientação do trabalho; Humberto e Brandão – pelas valiosas contribuições na banca de qualificação; Wilson Cano – por ser para grande parte dos estudantes do Desenvolvimento um porto seguro e fonte de inspiração. Também agradeço ao Lauro Mattei e ao Hoyêdo Lins – da UFSC – que estiveram sempre presentes na minha formação e me incentivaram a estudar Santa Catarina. Ao segundo ainda reservo a gratidão especial pela participação na banca, cujas colocações vão além deste trabalho e abrem o horizonte para as reflexões que virão.

Com todo carinho e admiração agradeço ao Fernando Macedo que, sem dúvida, foi com quem mais aprendi nesses primeiros anos de Campinas. Além de compartilhar sua competência enquanto pesquisador e professor – inclusive sendo membro da banca de avaliação do trabalho –, ainda teve a generosidade de me acolher como amiga e, de alguma maneira, parte de sua família. Por isso agradeço também à Lene – uma mulher guerreira –, Júlio César e Marco Antônio, minha querida família capixaba!

Aos “velhos” e “novos” amigos também devo gratidão eterna. Os que fiz em Campinas (principalmente da turma de Desenvolvimento de 2008) temperaram minha vida com suas estórias e sotaques, e provaram que somos capazes de pensar o Brasil como um todo, mesmo com as ricas especificidades regionais e a falsa segmentação das áreas do conhecimento. Foram companheiros de discussões (dentro e fora da sala de aula), dos bares, festas e cervejas, das angústias... enfim, foram turma de verdade.

Como o todo não é apenas a soma das partes, não me atreverei a escrever nomes singulares para compor isso que chamei de turma, mas não posso deixar de falar de alguns deles: as meninas que dividiram o teto, Ju Bacelar, Lu Portilho, Mila Lins; as duas primeiras ainda compartilharam a “tragicômica” representação discente comigo. Os andarilhos da Rua Jasmin: Daniel Feldmann, Bel Viegas, Rubica Wegner, Gu Cavarzan, Cassiano Trovão(zinho), Tatá Gehm, Leônidas Mattos, Marcelão Loural e Rafa Kellermann. Os peculiares “cinéfilos”: Dennys Montagner e Tadeu(zinho) Almeida. Dom Quixote e Sancho Pança do IE, ou melhor, Daniel Costa e Armando Funari, carinhosos amigos que me ajudaram a manter a “sanidade” em momentos difíceis.

Dos “velhos” carrego a cumplicidade, a brisa do Atlântico e do Rio da Prata. Agradeço as “recolhidas” sucessivas na ilha e as jantas na praia Brava: obrigada Zé Aldoril, Fê Prado, Txell, Paulinha Colombi, Dokonal, Vitor (Tetê) Batelochi, André Carmon(ita) e Ali Venturi. As eternas meninas del “GARAGE”: Rita Frau, Fer Dias – batalhadoras do ensino público do estado de São Paulo –, Lulu Thiollier, Vale Salina. Obrigada também à Marta Campos minha melhor amiga adolescente e à Orie, irmã de todas as horas. Ainda agradeço à querida Rosinha “da Ponta das Canas” por cuidar de mim durante os meses que passei na praia Brava escrevendo. Stella, Marinho, Júlia, Vitória, Tia Ernestina, Tio Fábio e Tio Fonso pelo abrigo.

Ao Pietro, gratidão imensurável! Não só por ler, opinar e ajudar a edificar minhas ideias para este trabalho, mas também por me fazer feliz (com uma simplicidade que nem eu mesma entendo). Também lembro sua família: Rose, Pedro, Giu e Ga que, mesmo despreziosamente, aceitaram nossas escolhas e sempre nos apoiaram nessa vida caminhante.

Ao Carlão, pela ajuda “lingüística”. À Regina, pelo apoio teórico/metodológico/espiritual. Ao “Zé” que continua ampliando as “excessivas possibilidades de brincar feito criança”... a criatividade não tem limites! A vida em Campinas, apesar da distância, recuperou para mim parte de nossa história e só fez reforçar a amizade, o amor e o

carinho que sinto por vocês. Voltar para as pradarias de Barão Geraldo reviveu, na arquitetura da minha memória, todos os “atos” que formaram na minha cabeça, durante anos, uma peça de aventura sobre dois estudantes que enfrentaram a década de 1970 com muita luta e muito bom humor.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo central analisar a rede urbana de Santa Catarina nos anos pós-1970, sob a égide do processo geral de desconcentração produtiva regional no Brasil. O tema é importante não apenas pelo fato de não terem sido escritos muitos estudos gerais sobre a rede urbana catarinense nas últimas décadas, mas também porque esta abordagem permite entender de forma ampla a articulação intra e inter-regional do território catarinense à economia nacional. O estudo está pautado, em primeiro lugar, no resgate do período de formação da rede urbana e integração do estado ao desenvolvimento brasileiro (que se estende até o início dos anos 1970). Tal período estabeleceu um padrão de (des)integração, cuja tônica era a articulação mais forte com espaços extrínsecos do que entre as ilhas do chamado “arquipélago regional” catarinense. Em segundo lugar, examinaram-se as transformações da estrutura econômica em direção à desconcentração produtiva regional no Brasil, que tiveram importantes implicações para a articulação da rede urbana do estado. Esses desdobramentos são discutidas na terceira parte do estudo, que descreve e qualifica as transformações da rede urbana de Santa Catarina a partir dos anos 1970. Para tanto se utilizou os estudos sobre as Regiões de Influência das Cidades (IBGE) e a evolução populacional que, em consonância às mudanças econômicas, forjaram um novo padrão de (des)integração. O sentido dessas mudanças foi, cada vez mais, a concentração na porção leste do território, onde, por um lado, passa a apresentar aglomerados produtivos e urbanos praticamente contíguos, dando maior complexidade à rede urbana litorânea. Por outro, subsistem regiões (como o Planalto Serrano, o Meio e Extremo Oeste) que continuam relativamente desintegradas, com uma rede urbana frágil e um quadro dramático de expulsão de população.

Palavras - chave: Rede Urbana, Integração regional e Santa Catarina.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to analyze the urban network in Santa Catarina State since the 1970s, from the aegis of the general process of regional productive deconcentration in Brazil. The issue is important not only because there are not many general studies about the urban network in Santa Catarina in recent decades, but also because this approach provides a broad understanding of the intra- and inter-regional articulation of the Santa Catarina territory to the national economy. The study is based, in the first place, on a review of the time of the formation of the urban network and the integration of this state to Brazilian development (which extended until the early 1970s). This period established a pattern of (dis)integration, emphasized by the stronger articulation with extrinsic spaces than among the so called islands of Santa Catarina's "regional archipelago." Second, it examines the transformations of the economic structure in direction of a regional productive deconcentration in Brazil, which had important implications for the articulation of urban space in the state. These implications are discussed in the third part of the study, which describes and qualifies the transformations of the urban network of Santa Catarina since the 1970s. To do so, it uses studies about the Regions of Influence of the Cities conducted by the Brazilian census institute (IBGE) and the population changes, which, together with economic changes, forged a new standard of (dis)integration. These changes increasingly led to concentration in the eastern portion of the territory, which came to have nearly contiguous productive and urban agglomerates, giving greater complexity to the coastal urban network. In contrast, regions (such as the Mountain Plains, and the mid and far west) continued to be relatively disintegrated, with a fragile urban network and a dramatic framework of population expulsion.

Key words: Urban network, regional integration and Santa Catarina.

SUMÁRIO

Índice de Tabelas	xvii
Índice de Quadros	xviii
Índice de Mapas	xviii
Índice de Figuras	xviii
Índice de Anexos	xix
APRESENTAÇÃO	1
CAPÍTULO I – A INTEGRAÇÃO DE SANTA CATARINA À ECONOMIA NACIONAL E O DESENVOLVIMENTO DA REDE URBANA CATARINENSE (1930-1970)	5
1.1. Os processos de igualização e diferenciação sócio-espacial	5
1.2 Algumas considerações teóricas e metodológicas sobre a rede urbana: o desenho das desigualdades no espaço	8
1.3. A homogeneização espacial da economia brasileira e o início da integração de Santa Catarina à economia nacional	12
1.3.1 A integração de Santa Catarina na Rede Urbana Brasileira: a ocupação do território e seus antecedentes	16
1.4 O Período da Concentração Industrial no Brasil e as Características da Rede Urbana Catarinense Entre 1930 e 1970	23
1.4.1 Características gerais do desenvolvimento econômico do estado e sua integração com o mercado nacional	23
1.4.2 A (des)integração regional e as características gerais da rede urbana catarinense (1930-1970).	30

CAPÍTULO II – A INTEGRAÇÃO INTER-REGIONAL DA ECONOMIA CATARINENSE DURANTE O PERÍODO DA DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA REGIONAL DO PAÍS (PÓS-1970)	37
2.1. Os marcos gerais da desconcentração produtiva no Brasil.....	37
2.2. Santa Catarina no período da desconcentração produtiva regional: breve introdução.	47
2.3 A agricultura e a agroindústria catarinense diante da desconcentração produtiva regional 1970 – 2005:	49
2.3.1 Transformações da desconcentração virtuosa: 1970-1980	49
2.3.2 Transformações da desconcentração espúria: 1980-2005	55
2.4 A indústria de transformação catarinense diante da desconcentração produtiva regional 1970 – 2005.	60
2.4.1 Transformações da desconcentração virtuosa: 1970-1980	60
2.4.2 Principais transformações da desconcentração espúria: 1980-2005.....	63
2.5. Algumas considerações sobre o comércio inter-regional	71
2.6. Síntese e reflexões	76
CAPÍTULO III – AS TRANSFORMAÇÕES DA REDE URBANA CATARINENSE NO PÓS-1970	81
3.1. Introdução e algumas considerações metodológicas sobre os REGICs	81
3.2. A Rede Urbana Catarinense no período da desconcentração virtuosa: o início da mudança do padrão de (des)integração	84
3.3. A Rede Urbana Catarinense no período da desconcentração espúria: novo padrão de (des)integração.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	121
ANEXOS	129

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Participação da população ativa por setor de atividade (%).....	31
Tabela 2 - População de Santa Catarina por Situação de Domicílio, Grau de Urbanização e Taxas Médias de Crescimento (1940-1970)	32
Tabela 3 - População das dez maiores cidades e grau de urbanização (%).....	33
Tabela 4 - Distribuição da população catarinense (%).....	35
Tabela 5 - Participação Regional no PIB Total (Brasil = 100%)	39
Tabela 6 - Parte das Regiões Metropolitanas no Total da População Brasileira (%).....	42
Tabela 7 - Participação dos setores no PIB estadual (%)	47
Tabela 8 - PIB Agropecuário: participação regional (%) 1939 – 2004	50
Tabela 9 - Participação das Unidades Territoriais (UT) e Variação do efetivo de suínos entre 1970 e 2006 (%)	51
Tabela 10 - Participação das Unidades Territoriais (UT) e Variação do efetivo de aves entre 1970 e 2006 (%)	52
Tabela 11 - Participação dos principais produtos vegetais de Santa Catarina no Total do Brasil e Variação da Produção 1970/2006 (%).....	53
Tabela 12 - Participação Regional (%) da Indústria de Transformação no Total do Brasil - 1970/2004.....	60
Tabela 13 - Indústria de Transformação: Estrutura Industrial da Região por Grupos(a) de Indústrias, segundo o valor de transformação industrial (VTI).....	61
Tabela 14 - Taxas médias de crescimento do VTI dos gêneros selecionados.....	61
Tabela 15 - Indústria de Transformação: Participação das Regiões, segundo os Grupos(a) de Indústrias, no (VTI) Valor de Transformação Industrial (%).....	65
Tabela 16 - Indústria de Transformação: principais ganhos ou perdas (-) de Santa Catarina entre 1980/85 e 1985/96 na participação nacional do VTI (%).....	66
Tabela 17 - Indústria de Transformação: principais ganhos ou perdas (-) de Santa Catarina entre 1985/96 e 1996/04 na participação nacional do VTI (%).....	69
Tabela 18 - Balança e Fluxo Comercial do Estado de Santa Catarina: Relação Interestadual, Exterior e Interna (2006) – R\$ Milhares	73
Tabela 19 - Fluxo Comercial Setorial de Santa Catarina	74

Tabela 20 - Fluxo Comercial Setorial de Santa Catarina com	75
Tabela 21 - Grau de Urbanização e Taxa Anual de Crescimento (%):	85
Tabela 22 - 10 maiores município de Santa Catarina: população, participação no estado e taxa anual de crescimento - 1970/1980	88
Tabela 23 - Distribuição espacial dos municípios segundo estratos de população 1970-2010	91
Tabela 24 - 10 maiores município de Santa Catarina: população,	105

Índice de Quadros

Quadro 1– Correspondência entre Categorias dos REGICs	82
Quadro 2- Posição dos municípios nos estratos superiores	89
Quadro 3- Posição dos municípios nos estratos superiores	104

Índice de Mapas

Mapa 1– Taxas de crescimento anual da população (1970-1980).....	87
Mapa 2– Regiões de Influência de Curitiba e Porto Alegre – 1978	93
Mapa 3– Região de Influência da Metrópole Regional de Curitiba – REGIC 2007	96
Mapa 4– Região de Influência da Capital Regional de Chapecó – REGIC 2007	107
Mapa 5– Região de Influência da Capital Regional de Blumenau – REGIC 2007	110
Mapa 6– Região de Influência da Capital Regional de Joinville – REGIC 2007	111
Mapa 7– Região de Influência de Florianópolis (nível muito forte) – REGIC 1993	113
Mapa 8– Região de Influência da Capital Regional de Florianópolis	114

Índice de Figuras

Figura 1– Número de estabelecimentos da Indústria de transformação	98
Figura 2– Distribuição da população e Participação Municipal no PIB (%) em Santa Catarina	99
Figura 3– Mapas de taxas de crescimento (%) e tamanho da população entre 1970 e 2010 .	102
Figura 4– Número de estabelecimentos da Indústria têxtil-vestuarista	108

Índice de Anexos

Anexo 1– Índice da produção física da Indústria de Transformação	129
Anexo 2– Taxas de crescimento dos municípios catarinenses 1970/2010.....	130
Anexo 3– Relações empresariais das capitais regionais A e B REGIC 2007 (IBGE, 2008) .	137
Anexo 4– Mapa Político de Santa Catarina – municípios e mesorregiões.....	139

APRESENTAÇÃO

Estudar Santa Catarina não é tarefa fácil. Além de enfrentar o fato de ser um estado que não se encaixa exatamente na maioria das análises gerais sobre a economia e a formação sócio-espacial brasileira, o pesquisador ainda encara um sem número de problemas metodológicos na identificação e no tratamento das informações. Como não há um instituto de pesquisa – à luz do IPARDES no Paraná, a FEE no Rio Grande do Sul, a Fundação SEADE em São Paulo, etc.¹ – que trate dos problemas e especificidades do estado, os inúmeros trabalhos de estudiosos ou de grupos de pesquisa que analisam Santa Catarina são, muitas vezes, descontinuados.

Apesar do esforço de ótimos pesquisadores, as análises, de modo geral, também carecem de informações, as quais deveriam ser produzidas ininterruptamente e centralizadas em um órgão competente para sua divulgação. Exemplos disso são: a inexistência de pesquisas domiciliares mensais para captar o desempenho do mercado de trabalho como um todo (formal e informal); a dificuldade de acessar os dados do comércio inter-regional² e da comercialização (origem-destino interna) da produção agrícola³; e informações sobre infra-estrutura – regional e urbana/metropolitana; entre outros. Essa preocupante ausência faz com que, muitas vezes, os estudos gerais da economia brasileira requeiem Santa Catarina a “apêndice” do Paraná e Rio Grande do Sul, ou observem sua economia apenas como a soma de compartimentos produtivos regionalizados, esquecendo que, entre eles, há municípios estagnados, os quais há mais de quarenta anos expulsam população⁴.

Em decorrência da falta ou desorganização das informações e dessa visão fragmentada, as pesquisas recentes mais abrangentes – que considerem o estado de forma regionalizada e

¹ Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES); Fundação de Economia e Estatística (FEE); e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE).

² Nessa pesquisa, especificamente, os dados conseguidos com a Secretaria da Fazenda do estado foram fragmentados e bastante escassos, impossibilitando sua utilização. Isso ocorreu não só pelos problemas ligados à necessidade de sigilo, mas também pelo fato de não haver um departamento específico que processasse essas informações de forma que pudesse ser utilizada amplamente pelo público. É no mínimo sintomático haver dados amplamente divulgados sobre comércio exterior e ser tão difícil, em todas as unidades federadas, conseguir dados sobre comércio inter-regional.

³ Os estudos do extinto ITEP (1980) – (Fundação Instituto Técnico de Economia e Planejamento - **Diagnóstico da economia catarinense**) – por exemplo, reuniam as informações sobre comercialização em um único documento, discriminando o destino e a participação de cada produto. Hoje, apesar do Instituto Cepa (<http://cepa.epagri.sc.gov.br/>) produzir ótimos diagnósticos sobre a agricultura catarinense, não há uma sistematização em dados homogeneizados sobre a origem e o destino dessa comercialização, o que permitiria, por exemplo, analisar os fluxos agrícolas e a relação de apropriação do produto agrícola pela cidade.

⁴ Aqui não se encaixam apenas alguns dos pesquisadores “estrangeiros” que falam sobre o estado. Muitos dos especialistas em economia catarinense também enxergam o estado desta maneira.

especializada, mas que conseguem interpretar e debater as mudanças globais do desenvolvimento regional catarinense – também são em menor número do que deveriam. Isso dificulta a pesquisa daqueles que buscam essa forma de interpretação e pode, eventualmente, afastar novos pesquisadores da aventura de lançar olhar crítico sobre o desenvolvimento do estado. Mesmo com semelhantes problemas – e, ironicamente, por causa deles – Santa Catarina constitui um amplo e sedutor objeto de estudo, principalmente para os interessados na temática da economia regional e urbana. Entre elas situa-se o estudo da rede urbana, que busca compreender o espaço através da análise da articulação dos seus principais centros, englobando suas funcionalidades e a forma de sua integração aos circuitos de acumulação.

Essa dissertação debate, assim, a rede urbana do estado durante o período da desconcentração produtiva regional no Brasil (1970-2005). Entende tal problema como parte da compreensão dos determinantes gerais da economia regional, uma vez que, “É via rede urbana que o mundo pode tornar-se, simultaneamente, desigual e integrado.” (CORRÊA, 2006, p.27). Tal abordagem permite interligar as transformações específicas do espaço catarinense com as determinações gerais advindas de outras escalas espaciais, principalmente a escala nacional. Trata-se de um trabalho situado na área do desenvolvimento econômico e, por esse motivo, tende sempre a ressaltar as transformações da rede urbana a partir das interpretações dessa disciplina das Ciências Sociais, sem com isso, pretender esgotar ou limitar o assunto.

Como a configuração da rede urbana atual abriga diversas *rugosidades*⁵ atinentes a tempos e espaços pretéritos, é imprescindível para o seu estudo a realização de um resgate histórico sobre a integração da economia e da rede urbana catarinense à dinâmica nacional. Essa integração remonta à época colonial e aos sucessivos períodos da imigração, mas é principalmente a partir da década de 1930 que os condicionantes da formação da Nação são ampliados. O primeiro capítulo trata, por conseguinte, do longo período de formação e integração da rede urbana de Santa Catarina, mostrando como suas sub-regiões se relacionam escassamente entre si e de maneira crescente com o centro dinâmico do país.

A presente análise inclui a apreciação do desenvolvimento das forças produtivas em âmbito regional, ou seja, como se deu o processo de industrialização catarinense e sob que

⁵ Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho (SANTOS, 2006, p.91).

circunstâncias ele pôde se tornar, em alguma medida, complementar à industrialização do país. Além disso, os movimentos populacionais e a evolução do quadro geral de municípios contribuem para encontrar os padrões de ocupação e articulação do território. A periodização elaborada por Cano (1985 e 1998) ajuda em ambos os sentidos, já que considera as grandes transformações da economia brasileira – e suas regiões – sob a égide do largo processo de concentração e integração produtiva do país entre 1930 e 1970.

O próximo corte temporal corresponde às importantes mudanças que ocorreram na distribuição espacial da produção no sentido da desconcentração produtiva regional brasileira. Tais mudanças, por surtirem efeitos positivos sobre a economia catarinense e sua inserção no cenário nacional e internacional, também se configuraram como importantes determinantes das transformações da rede urbana do estado. Por essa razão, o segundo capítulo analisa a economia catarinense nos marcos dessa desconcentração, ponderando seus aspectos *virtuosos* (em um contexto de forte crescimento da economia nacional até os anos 1980) e *espúrios* (perante os problemas da crise e reestruturação produtiva sofrida pela economia brasileira no pós-1980), com o objetivo principal de subsidiar a discussão sobre a rede urbana do estado no pós-1970. A citada divisão também encontra respaldo na periodização proposta por Cano (2007).

Os dois primeiros capítulos dão amparo histórico-econômico para tecer a análise da última parte do estudo. Esta corresponde, especificamente, à estruturação da rede urbana catarinense a partir dos anos 1970 e como a desconcentração produtiva regional pautou as principais mudanças em relação às regiões de influência das capitais regionais e à hierarquia dos centros de gestão do território. Essas mudanças são confrontadas através dos estudos do IBGE sobre as Regiões de Influência das Cidades (REGIC) e a dinâmica populacional ao longo do tempo. Juntos, ditos parâmetros permitem observar, por um lado, a evolução das áreas mais dinâmicas e seu poder de atração e estruturação da rede urbana regional; e, por outro, as consequências e funcionalidades do padrão de integração sobre as regras da acumulação capitalista desigual entre essas áreas e aquelas economicamente menos dinâmicas.

A hipótese central desse trabalho resume-se, portanto, na seguinte direção: até os anos 1970 a rede urbana de Santa Catarina firmou-se sob um padrão crescente de integração com a economia nacional e na desintegração relativa em termos estaduais; ou seja, constituiu-se um arquipélago de ilhas que moldaram sua dinâmica no crescimento do mercado nacional e no aprofundamento da divisão do trabalho de sua hinterlândia sem, com isso, ampliar a coesão do

espaço catarinense como um todo. Após o início da desconcentração produtiva no país e a partir dos seus desdobramentos espaciais – em direção a todo Centro-Sul –, Santa Catarina logra firmar um novo padrão de articulação de sua rede urbana: com uma crescente integração da porção leste do estado (tanto em termos produtivos como em termos populacionais) e desse espaço com complexos produtivos não contíguos; e um enfraquecimento das redes urbanas dos espaços incapazes de se associarem a esses circuitos de acumulação que, cada vez mais, concentraram e centralizaram no litoral o poder de comando sobre o território catarinense⁶.

⁶ Um mapa político com os 293 municípios do estado é apresentado no ANEXO 4.

CAPÍTULO I – A INTEGRAÇÃO DE SANTA CATARINA À ECONOMIA NACIONAL E O DESENVOLVIMENTO DA REDE URBANA CATARINENSE (1930-1970)

Este capítulo tem como objetivo principal realizar uma revisão das principais características da integração catarinense à economia nacional e do desenvolvimento da rede urbana do estado. Para tanto ele se divide em quatro seções: as duas primeiras cumprem a função de estruturar uma breve base teórico-analítica sobre a integração e a rede urbana, que permeará as considerações de todos os capítulos. A terceira resgata a formação do mercado nacional e a quarta trata especificamente da integração de Santa Catarina à economia brasileira e, a partir disso, explicita os principais determinantes e características da formação da rede urbana catarinense.

1.1. Os processos de igualização e diferenciação sócio-espacial

Santa Catarina é um estado cercado de “peculiaridades”. Desde a ocupação do seu território até sua forma de integração à economia nacional fomentaram um debate bastante intenso sobre a razão de suas diferenças. De modo bastante geral as interpretações sobre a evolução sócio-econômica do estado foram marcadas em dois sentidos: o primeiro enaltece de forma exagerada os fatores “endógenos” do desenvolvimento capitalista local e o segundo considera, de forma mais orgânica, a economia catarinense como uma *formação sócio-espacial*⁷ relacionada e subordinada ao espaço e à economia nas diversas escalas, principalmente nacional. Esta abordagem considera os contextos espaço-temporais específicos de cada localidade e o movimento dos fatores internos e externos que dinamizam sua existência (SANTOS, 1979).

⁷Milton Santos elabora o conceito de formação sócio-espacial no intuito de mediar história e geografia enquanto partes indissociáveis do mesmo processo, da mesma formação social. Segundo o autor: *Daí a categoria de Formação Econômica e Social parecer-nos a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço. Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais freqüentemente lhes provém o impulso. A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta* (SANTOS, 1979, p.10).

Não é objeto dessa dissertação detalhar tais interpretações, mesmo porque, isso já foi realizado por outros autores⁸. O que cabe aqui, desde o início, é situar a perspectiva deste trabalho dentro da segunda vertente. Isso significa considerar metodologicamente – e historicamente, é claro – que Santa Catarina está inserida dentro de uma totalidade e que não basta buscar **somente** nas origens da paisagem “natural” ou no enaltecimento da cultura ítalo-germânica e no empreendedorismo individual as explicações para sua formação econômica e a articulação de sua rede urbana.

A forma como se analisa a articulação dos fatores internos e externos das formações sócio-espaciais é amplamente discutida nas Ciências Sociais: a relação entre o específico e o geral; a parte e o todo. Isso se traduz, em alguma medida, no problema que a economia regional e urbana, a Geografia e as outras Ciências Sociais interessadas nas questões histórico-espaciais, sempre enfrentam nas suas análises, a saber, a questão da interação entre as escalas espaciais.

Tais análises se tornam ainda mais complexas quando a discussão sai do plano “essencialmente teórico” e se coloca a prova nos estudos de espaços concretos que, na maioria das vezes, seguem uma divisão política arbitrária como o caso das Unidades da Federação. A questão principal, portanto, é buscar explicações que sejam capazes de mediar a conformação de uma região – e sua rede urbana – com outras escalas, partícipes de um mesmo processo de reprodução social.

Nesse sentido o conceito de *igualização*⁹ ajuda a entender como se dá a expansão do modo de produção e suas formas mais gerais ao largo de todo o território. É, acima de tudo, a *igualização* das condições e níveis de produção. Esse seria o processo que, à luz de Marx, Neil Smith (1998) define como *a aniquilação do espaço pelo tempo*, ou seja, a tendência universalizante do capital. É importante dizer que, apesar dessa tendência ser inexorável ela nunca se realiza totalmente. Ela permite a expansão geográfica do capital – enquanto relação social de produção –, mas sustenta grandes desigualdades necessárias para sua reprodução nas diversas escalas, como o caso dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, suas desigualdades regionais, a segregação espacial e, por fim, a própria formação da rede urbana.

Um processo análogo tratado por Brandão (2007, p.71-73) é o de *homogeneização*; definido como o processo mais abrangente do capital que desfaz fronteiras territoriais para

⁸ Goularti Filho (2002); Mattei e Lins (2001); Silva (1978), etc.

⁹ Neil Smith (1998).

criação das condições básicas e universais de sua valorização: é a construção da arena que fixa os parâmetros sob os quais se dará a luta concorrencial entre as diversas frações de capital.

Também para esse autor, é a partir do processo de *integração* que se impõe uma coerência ao espaço. Ela é dada, em grande medida, pela concorrência intercapitalista, marcada por grandes rupturas, transformações, conquistas; todas sob o comando da acumulação de capital. É uma coesão que constrange e articula socialmente e espacialmente os mercados em todas as escalas (BRANDÃO, p.76).

Como já colocado, tal processo é uno, mas não homogêneo. Destarte, é a partir da diferenciação espacial, do desenvolvimento desigual, que se produzem e reproduzem as formações *sócio-espaciais* específicas, principalmente no modo de produção capitalista. Nesse sentido, a divisão social e territorial do trabalho são imprescindíveis para entender a articulação das diversas escalas: suas hierarquias e especializações.

Essa hierarquia é que, do ponto de vista econômico, determina a composição “do centro urbano e de suas regiões tributárias, que são definidas como hinterland econômico da cidade” (SINGER, 1974, p.7). Caracteriza-se por uma estrutura de dominação fundada na assimetria e na irreversibilidade, dada a partir do processo de *polarização*. É essa *polarização* que determina a capacidade das forças centrais agirem nos espaços periféricos, reproduzindo constantemente as desigualdades e reforçando a “inércia” dos investimentos em capital fixo (BRANDÃO, 2007, p.81). Ela deriva, segundo o mesmo autor, dos processos de concentração e centralização do capital.

Para Neil Smith (1998), é justamente a capacidade de expansão geográfica da sociedade capitalista que exige uma concentração e centralização de capital, não apenas do ponto de vista social como também daquele espacial. A concentração física dos valores de uso produz, em vários níveis, a diferenciação geográfica das condições de produção e está intimamente ligada à centralização de capital em determinados centros de produção¹⁰. Isso serve para entender como as atividades se concentram no território e como se dá o comando dos poderes da cooperação geográfica, havendo assim “uma tendência para o agrupamento espacial de capitais em locais de produção determinados” (p. 181) – *economias de escalas*. Nesse mesmo sentido Coraggio (1971)

¹⁰ O autor analisa a centralização do capital sob diversas formas (capital bancário, capital-mercadoria e capital produtivo) e observa as diferentes conseqüências na centralização social e espacial em cada uma delas. Para ele, é o capital produtivo que explica grande parte da centralização espacial, exceto nos casos das cidades administrativas e outras raras exceções.

define a concentração como reflexo da agregação de população e suas atividades produtivas, enquanto a centralização diz respeito ao poder de decisão sobre essas esferas e seus fluxos.

Paul Singer (1998) destaca os principais fatores que engendram o processo de concentração: requisitos tecnológicos e a escala mínima de operação conforme o ramo de atividade; a necessidade crescente, a partir do progresso técnico, de escalas maiores de produção que apresentem ganhos financeiros, comerciais e produtivos superiores – principalmente a partir das inovações; e a maior disponibilidade de infra-estrutura pública, de força de trabalho especializada, etc. – conhecidas como *economias externas*.

No entanto, o próprio autor entende que a concentração espacial das atividades ultrapassa os aspectos essencialmente técnicos, tendendo a avançar sobre eles. Isso ocorre a partir do jogo das forças de mercado que, como afirma Myrdal (1968), tende a acentuar as desigualdades entre as regiões, pois deslocam cada vez mais capital, recursos públicos e pessoas para as áreas onde as *economias externas* precisam ser intensificadas com o desenvolvimento capitalista. A concentração, portanto, extrapola seus limites técnicos e leva também à concentração socioeconômica que nos países subdesenvolvidos tem como característica fundamental as grandes disparidades regionais, intra-regionais e inter-urbanas.

Nesse contexto, a rede urbana aparece como o desenho, o traçado concreto do desenvolvimento desigual e da articulação espacial do sistema capitalista. Sob a atuação dos processos de *homogeneização, integração e polarização* é que ela se expressa nas mais diversas *formações sócio-espaciais*. A seção seguinte tem como objetivo detalhar essa concepção e dar as bases para o estudo da rede urbana de Santa Catarina.

1.2 Algumas considerações teóricas e metodológicas sobre a rede urbana: o desenho das desigualdades no espaço.

Há diversas teorias que tratam o problema da rede urbana e, de modo geral, elas têm o intuito de indicar como as cidades se comportam em relação às suas funções, dimensões, tamanho, desenvolvimento e hierarquia, etc. Aqui, para apreendermos o significado da rede urbana, partimos principalmente das proposições de Corrêa (1989, 1997 e 2006), que pretendem ir além da visão exclusivamente positivista e funcionalista do problema. Para ele a rede urbana é

um reflexo e, ao mesmo tempo, condição para a divisão territorial do trabalho e não apenas resultado do ofício de cada localidade. É reflexo porque, por um lado, explicita as características pretéritas – como hierarquia, especialização funcional, entre outras. Por outro, é condição por desenhar e tecer os contornos da atual divisão territorial do trabalho.

Acrescenta-se a isso a idéia de que a rede urbana é uma das principais manifestações da diferenciação no território, pois é através da articulação dos núcleos urbanos e as relações travadas entre eles nas diversas escalas, que o desenvolvimento desigual tem expressão. Nesse sentido, é também coerente entender os processos de *integração* e *polarização* através da materialização da rede urbana, tanto na coerção que existe por trás dessa integração quanto na formação da hierarquia entre os diferentes e específicos espaços. “É via rede urbana que o mundo pode tornar-se, simultaneamente, desigual e integrado.” (CORRÊA, 2006, p.27).

A rede urbana é, portanto, uma produção sócio-espacial de efeitos acumulados, oriundos das práticas de diferentes agentes em diferentes espaços¹¹. No sistema capitalista, onde opera a lógica da acumulação (pautada na exploração do trabalho, minimização dos custos e maximização dos lucros), a rede urbana assume características peculiares, fortemente ligadas às necessidades locacionais da produção e circulação de mercadorias (trabalho, bens, serviços, etc.).

É importante ressaltar também que a rede urbana incorpora em si as determinações das diversas escalas. Corrêa (1989) e Faria (1978) dão exemplo disso e consideram não apenas as precisões da rede urbana no âmbito nacional, mas também os aspectos determinantes da rede urbana oriundos da dinâmica internacional. Isso implica, por exemplo, na idéia de que nos países subdesenvolvidos como o nosso, a rede urbana nacional e suas partes regionais apresentam funções de intermediação das decisões extrínsecas a esses espaços, pertinentes, portanto, à divisão internacional do trabalho.

Dentro disso, a rede urbana conformada no subdesenvolvimento brasileiro baseou-se quase que exclusivamente na edificação das condições de acumulação do capital – seja com destino ao exterior, desde a colônia; seja em direção às oligarquias regionais e à industrialização

¹¹ Entendemos esses agentes como partícipes do movimento geral da luta de classes no capitalismo. No entanto, é necessário avaliar a atuação das diferentes frações de classe e, especialmente, o papel do Estado nessa disputa. Não é objetivo desta dissertação discutir as teorias sobre o Estado, mas é importante deixar claro a forte participação de suas instituições no desenvolvimento capitalista brasileiro e catarinense.

do país. Serviu principalmente por articular a criação, apropriação e ampliação do valor através da circulação de capital, pessoas e mercadorias no território¹².

Cada cidade, nesse contexto, participou e participa ao seu modo desses processos, sendo que sua singularidade está não só na localização, mas também na forma com que é capaz de viabilizar os ciclos de exploração da rede. Tais ciclos são desenhados a partir das relações travadas entre as diversas localidades, as quais são responsáveis pela extração e concentração dos meios de produção (força de trabalho, renda, matérias primas, alimentos, etc.) e do excedente. Além disso, é dessa maneira que a circulação torna-se possível e cada vez mais fluida.

A expressão clássica dos ciclos de exploração é a relação de apropriação do excedente criado no campo pela cidade. O primeiro, além de exportar as matérias primas e outros fatores de produção, ainda cria demanda por bens urbanos que sustenta a acumulação nas cidades. Outra face desse processo é a possibilidade de, via financiamento agrícola – juros –, a cidade drenar parcela da renda fundiária produzida no campo.

Essa relação entre rural e urbano, por ter gerado historicamente imensos fluxos migratórios do campo para a cidade, também apresenta rebatimentos no mercado de trabalho. Isso porque grande parte da força de trabalho rural constituiu e ainda constitui um exército industrial de reserva que atende, com baixos salários ou em condições de informalidade, a produção de mercadorias na cidade¹³. Dentro desse circuito de exploração, “O papel da cidade como centro difusor de desenvolvimento deve ser visto, na realidade, como centro a partir do qual o modo de produção capitalista se propaga e, ao fazê-lo, aparenta perpetuar-se” (CORRÊA, 2006, p.37).

A rede urbana é, portanto, uma forma espacial mutável; é marcada, no entanto, por inúmeras “rugosidades”¹⁴. Em sua forma mais simples, *dendrítica*, apresenta um centro principal, mas no geral uma baixa diversificação e fraca divisão territorial do trabalho. Ao seu redor, estão diversos pequenos centros carentes de dinamismo econômico, representado geralmente pelo fraco comércio. Essas condições refletem-se também na inexistência de centros

¹² A circulação de mercadorias é um dos grandes pilares do capitalismo. Não é à toa que seu desenvolvimento esteve historicamente ligado a grandes deslocamentos de riquezas de acumulação primitiva, como no caso das colônias, como também de população, como na urbanização e nos movimentos migratórios que expandiram para o globo o modo de produção capitalista. No entanto, esse movimento assume características distintas, principalmente entre o que ocorreu nos países centrais e o que veio a ocorrer nas colônias. No caso do Brasil, expansível em certa medida para outras partes dos países subdesenvolvidos, essa necessidade de circulação se concretizou de forma muito mais perversa, e teve como resultado uma estrutura heterogênea, uma população itinerante e uma apropriação gritantemente desigual dos recursos e do excedente, principalmente do território.

¹³ Sobre isso ver Singer (1998).

¹⁴ Ver definição na nota 5 da apresentação.

intermediários e num esquema de drenagem de recursos que, em geral, privilegia a cidade primaz – desmedidamente maior que as demais¹⁵.

Em sua forma complexa a rede urbana se caracteriza pela existência padrões locacionais, com centros urbanos que realizam papéis diferenciados e amplificam a divisão do trabalho. Isso não significa que não haja desigualdades entre os centros urbanos que, pelo contrário, exercem funções distintas e se apropriam de forma diferenciada do excedente. Quer dizer que, mesmo com uma maior complexidade funcional, há também uma hierarquia dos centros urbanos.

Esses modelos apresentados, apesar de auxiliarem na análise das redes urbanas, não podem ser absolutos. São aproximações que ajudam a observar a realidade, mas não justificam sua existência. Prova disso é que mesmo com a complexificação que a rede urbana brasileira sofreu ao longo do século XX – principalmente com a industrialização – e no século XXI – com o forte crescimento das cidades médias –, ainda existem espaços fortemente desarticulados e excluídos dos ciclos de acumulação da rede e também aqueles espaços que se articulam de forma mais direta com os grandes centros polarizadores da rede (nacionais ou internacionais).

Nesse sentido, Milton Santos (1988) chama a atenção para o fato de que a complexidade da rede urbana está ligada não apenas à forma tradicional de hierarquização das cidades, ou seja, as cidades maiores têm as menores como tributárias em um esquema piramidal. Principalmente após a década de 1970, com o desenvolvimento dos transportes e comunicações, esse esquema hierárquico é modificado, “embaralhando” a relação entre as escalas. A correlação entre os locais passa a se dar desde a forma mais tradicional até a forma onde pequena cidade e Metrópole Nacional – ou Internacional – se relacionam diretamente.

É com base nessas breves considerações que analisaremos o desenvolvimento da rede urbana catarinense e como sua configuração atual está relacionada às rugosidades e desigualdades formadas a partir da longa duração de sua história. As seções seguintes tentam dar conta desse processo a partir de duas frentes: a primeira relacionada à integração da economia nacional, a qual, obviamente, contempla a integração de Santa Catarina a esse grande território; e a segunda que busca explicitar, a partir disso, os principais determinantes e características da rede urbana catarinense que darão base à análise do período mais recente.

¹⁵ Esta foi a forma espacial predominante no período colonial, onde: *A cidade primaz concentra a maior parte do comércio atacadista exportador e importador, através do qual toda a região vê viabilizada sua participação na divisão internacional do trabalho. Concentra assim a maior parte da renda bem como a elite regional de raízes fundiária e mercantil. Principal mercado urbano, transforma-se no mais importante foco das correntes migratórias de destino urbano.* (CORRÊA, 1989, p. 72)

1.3. A homogeneização espacial da economia brasileira e o início da integração de Santa Catarina à economia nacional

A origem dos processos de igualização e diferenciação espacial da economia brasileira remonta à formação das economias regionais e à solidificação das relações capitalistas no território nacional. É de antes da colonização, mas principalmente a partir dela, que as características da produção do espaço brasileiro vão sendo gestadas.

Como destacou Sérgio Buarque de Holanda no livro *Raízes do Brasil* (1999), a formação da colônia teve como traço principal a apropriação do território para exploração dos recursos naturais que atendiam interesses extrínsecos à sua população¹⁶. Sob essa lógica, os sucessivos ciclos de produção de gêneros coloniais nas diversas regiões criaram um território com baixa articulação, tanto no âmbito da produção como no da circulação.

Como ressalta Milton Santos (2005),

O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia, sem dúvida, para cada um desses subespaços, pólos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes (p.29)

Portanto, nesse período, as condições de homogeneização das relações mercantis eram ainda carentes, certamente agravadas pela extensão continental do país. A ocupação do litoral era voltada “para fora” e a interiorização do século XVIII era bastante tímida¹⁷. A rede urbana que se constitui a partir desse “arquipélago de regiões” apresenta uma diversificação funcional mínima e seguiu, em grande medida, os interesses de exploração e defesa do território da metrópole. Havia uma relação com as principais cidades coloniais e suas hinterlândias, mas as relações entre

¹⁶ *Todas as suas atividades giram em torno deste fim precípua de fornecer ao comércio internacional alguns produtos tropicais de alto valor mercantil, metais e pedras preciosas. O mais é secundário, acessório, e serve apenas para tornar possível a realização daquele fim.* (HOLANDA, 1999, p.72). Também nesse sentido, sob o aspecto da urbanização, diz Milton Santos (2005), “No começo, a ‘cidade’ era bem mais uma emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante” (p.19).

¹⁷ Como exceção, a itinerância através da pecuária se colocava como força contrária. A atividade permitiu a penetração no território e a comunicação entre as áreas até então isoladas. Ela se realizou, no entanto, com uma parca acumulação mercantil preservando a baixa diferenciação social, escassa diversificação produtiva e um forte teor patriarcalista.

lugares eram fracas e inconstantes, regidas pela lógica de “enclave” em oposição à de um “complexo integrado”¹⁸.

O padrão espacial, por conseguinte, diferenciou-se regionalmente conforme as especificidades dos diversos ciclos econômicos. No entanto, de forma geral, este padrão se caracterizava por uma cidade litorânea de defesa que também assumia como papel ser via de penetração para o interior¹⁹. Essa cidade concentrava sobretudo as principais funções econômicas e político-administrativas sendo um núcleo demasiado grande em relação à sua hinterlândia; composta de pequenos centros com uma frágil economia urbana (CORRÊA, 1997).

Mesmo após a independência, o Brasil resguarda boa parte das características de atraso do período colonial, em especial a preservação e inclusão das oligarquias regionais no jogo de interesses das classes dominantes e a formação espacial das cidades e da rede urbana colonial. O início da mudança se dá pela crescente necessidade da formação da Nação e delimitação de suas fronteiras²⁰.

Como destaca Brandão (2007),

A preocupação recorrente com a unidade e integridade de um território continental e insular requeria que se promovessem a conquista e a interiorização, construindo as vias de penetração necessárias ao rompimento da fragmentação e do isolacionismo da nascente nação. Era fundamental construir a soldagem de interesses específicos e dispersos (p.99).

O processo *integração* avança e o quadro de isolamento vai sendo rompido a partir da segunda metade do século XIX (SANTOS, 2009, p.29), fundamentalmente com a formação do complexo cafeeiro paulista. Cano (1998), no livro *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, articula essas esferas e mostra como aspectos específicos desta economia possibilitaram uma acumulação propícia à consolidação da região como centro industrial capaz de articular a

¹⁸ Segundo Cano (1998) [Os enclaves] *constituem, ao meu juízo, clássicos exemplos de atividades econômicas – muitas vezes as mais importantes atividades de um contexto “regional” ou nacional – que, embora especialmente inseridas num mesmo sistema “regional” ou nacional, não possibilitaram a formação de um “complexo” integrado que pudesse desencadear um processo dinâmico de acumulação ao próprio sistema em que estão inseridas.* (p. 29)

¹⁹ Sobre isso ver Prado Jr (1972) Azevedo (1956) e Geiger (1963). Cabe destacar a exceção que se constitui a economia mineira que, obviamente, não teve sua rede urbana formada a partir da cidade litorânea e que deixou como legado um grande número de cidades que até hoje conferem à Minas Gerais a insígnia de unidade federada com o maior número de cidades do país.

²⁰ A formação dessa fronteira não dizia respeito apenas à delimitação geográfica do país, mas também a criação de uma unidade de instituições. Como coloca Silva (2001), (...) *a palavra fronteira designa a zona de contato entre uma região onde vigoram os padrões de ocupação considerados “civilizados” e a região ainda a ser incorporada. Passou a vir muitas vezes acompanhada do qualificativo ‘móvel’, para distingui-la da outra concepção de fronteira, esta estática. (...) Nesse sentido, o estudo da fronteira precisa levar em conta não apenas o espaço físico no qual ela se move mas os povos e as instituições.* (p.138).

economia em nível nacional. Para ele, a capacidade de geração de excedente, o estabelecimento de relações capitalistas de trabalho e de propriedade e o perfil da acumulação alçaram São Paulo à região mais dinâmica do país.

Isso quer dizer que foi a partir de São Paulo, antes mesmo de 1930, que amadureceram as condições para que houvesse um amplo processo de *igualização* das relações capitalistas no território brasileiro e, ao mesmo tempo, foi sob seu comando – nas décadas posteriores – que se firmou a divisão territorial do trabalho, tendo essa região o papel *polarizador* mais importante. É apenas a partir dessa expansão, e da ruptura com o padrão de acumulação primário-exportador a partir de 1929²¹, que foi possível mudar, de fato, a formação de “arquipélago” herdada dos períodos precedentes.

O que se verificou no início da industrialização foi que algumas áreas conseguiram adensar suas redes, que agora estavam ligadas às necessidades de ampliação do mercado interno²². Contudo, a herança colonial e a forte desigualdade regional ainda davam um perfil heterogêneo: algumas metrópoles – principalmente São Paulo e Rio de Janeiro – comandavam esse movimento de complexificação, mas conviviam com as redes dendríticas que ao invés de condensarem o mesmo movimento acabaram por viver um processo de concentração em algumas metrópoles – como o caso de Belém, São Luís, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio Grande, etc. (GEIGER, 1963).

A partir da década de 1950, com as transformações socioeconômicas e o aprofundamento do processo de industrialização, a tendência de complexificação da rede urbana se ampliou. Como coloca Matos (2000, p.5)

Até 1950 a rede urbana brasileira era fragmentada, esparsa, desarticulada, nucleada em faixas próximas do litoral, fortemente associada às heranças da economia primário-exportadora dos séculos anteriores. Contudo, desde então sua evolução ganhou desenvoltura e complexidade, abrangendo cidades de diversos tamanhos, além dos centros metropolitanos, em meio a uma expansão sem precedentes da malha viária, notadamente a partir da iminente instalação do setor automotivo no país no Governo JK.

²¹ Sobre isso ver o clássico de Celso Furtado – Formação Econômica do Brasil.

²² A partir de 1929, *O Estado brasileiro, gradativamente, tomara consciência da necessidade do prosseguimento da industrialização, não se atendo, de modo exclusivo, à defesa do café. Precocemente, em termos teóricos, instituiria a vigorosa política anticíclica, por meio da qual, rapidamente, a economia se recuperava. O sentido maior do crescimento, a partir daí, passava a ser o mercado interno* (CANO, 2007, p.12)

Essa complexificação, no entanto, não se dá de forma homogênea por todo o território²³, uma vez que cada região se integrava à sua maneira à industrialização paulista, sendo a concentração industrial nesse espaço um fator importante para a ampliação das desigualdades. Como afirma Cano (2007) “... [a] concentração obedeceu – conforme diz a boa doutrina – à fria lógica capitalista de localização industrial” (p.13).

Nesse contexto, até a década de 1970, a periferia – que estava sob os efeitos de *estímulo, bloqueio e destruição* – apresentou importante expansão econômica, pautada em um duplo movimento:

O anterior, decorrente da manutenção das antigas atividades primárias exportadoras que continuavam a imprimir efeitos dinâmicos sobre os compartimentos primário industrial periféricos, sobre sua produção terciária e sobre a construção civil, via urbanização. O novo, determinado pelo movimento de acumulação do centro dominante nacional, que se manifesta pelos três efeitos assinalados, atuantes no compartimento periférico urbano rural. De ambos os movimentos expandiu-se a urbanização que, por sua vez, reforçou a própria expansão agrícola e industrial periférica. (CANO, 2007, p.13)

Isso gerou transformações importantes na rede urbana brasileira, entre as quais podemos destacar:

- O grande processo de urbanização pautado no forte êxodo rural e na criação de diversas cidades (sem que, com isso, fosse ameaçado o comando funcional do Rio de Janeiro e de São Paulo).
- A ampliação da estratificação social, uma melhora na forma e volume da circulação de meios de produção pelo território através da ampliação, sem precedentes, da infra-estrutura de transporte, energia, etc.
- A incorporação de novas áreas de fronteira bem como a consolidação de Brasília como Capital Federal.
- A mudança na organização empresarial (nacional e multinacional) e sua atuação no território nacional – que, apesar de expandir o horizonte territorial de implantação das firmas, ainda apresentava forte teor de concentração e centralização nas metrópoles nacionais.

²³ Este conjunto de transformações tende a ocorrer de modo integrado, ainda que o peso de cada uma seja variável de lugar para lugar. Trata-se de uma combinação desigual de transformações que acaba produzindo uma complexa (re)diferenciação dos centros urbanos... (CORRÊA, 2006, p.322).

É obvio que essas mudanças afetaram de forma distinta cada região, sem que, com isso, o problema das desigualdades regionais – aflorados principalmente década de 1950 – deixasse de ser tratadas como problema nacional. Nesse contexto, a cada formação sócio-espacial específica coube um desenho também específico de sua rede urbana. Trataremos a seguir da integração da rede urbana catarinense e seu desenvolvimento até a década de 1970.

1.3.1 A integração de Santa Catarina na Rede Urbana Brasileira: a ocupação do território e seus antecedentes

O estado de Santa Catarina desponta na formação do Brasil colonial como parte da política expansionista da Coroa Portuguesa:

O processo de conquista da região litorânea meridional da colônia lusa, além de tardio (século XVII), foi marcado pelas características que a diferenciariam da porção setentrional. A dificuldade na organização de um fluxo de povoamento mais dinâmico e efetivo deu origem a um vazio entre São Vicente e o Rio da Prata que levou Portugal e Espanha a lutarem, entre si, pela apropriação da terra e dos recursos ainda ociosos para o projeto colonial. A ação das bandeiras vicentistas é que assegurou a posse do território sulino para a Coroa portuguesa, preocupada em ocupar a região e integrá-la definitivamente aos seus domínios na América. Assim, pois, na gênese dessa formação social situa-se a preocupação da Coroa portuguesa em fixar as fronteiras meridionais do território colonial em permanente disputa com os domínios hispano-americanos (VIEIRA e PEREIRA, 2009, p.6)

Como não havia na região um produto de exportação que atendesse aos interesses comerciais da metrópole, não se formou no local uma economia integrada à dinâmica de exploração das colônias, como no caso do açúcar, da borracha, da mineração e, posteriormente, do café. Além disso, também foi diminuta a possibilidade de reproduzir em grande escala a exploração da força de trabalho típica das áreas coloniais centrais – como a escravidão dos negros – conformando, assim, uma formação sócio-espacial diferenciada da maior parte do Brasil.

Em um primeiro momento, como já salientado, a parca ocupação do litoral (São Francisco – 1658; Desterro – 1673; e Laguna – 1684) tinha o objetivo de proteger o caminho que levava ao

Rio da Prata e dar suprimentos a esse movimento²⁴. Nesse contexto, onde hoje é Florianópolis, firmou-se uma importante base militar da colônia e, em Laguna, estabeleceu-se um entreposto comercial por onde passava o gado oriundo das planícies platinas com destino a São Paulo (LINS e MATTEI, 2001). Esses núcleos litorâneos, onde a migração açoriana foi determinante, tinham ampla parcela de sua população ocupada na economia de subsistência o que, além de não gerar um excedente que estimulasse a ampliação das relações comerciais entre as regiões do estado, também significava a manutenção de um relativo isolamento geográfico²⁵.

Anos mais tarde foi aberto um caminho por terra que acabou arrefecendo o pequeno comércio de cabotagem²⁶. O maior desenvolvimento da atividade ganadeira do Rio Grande do Sul e o “caminho do gado” – que ligava o Rio Grande a Sorocaba – fizeram com que a principal via de integração territorial de Santa Catarina com o Brasil nesse período fosse a Pecuária²⁷. Esse caminho, que se formou como entreposto das regiões, foi a primeira rota de passagem pelo interior do estado e deu origem a diversos núcleos de povoamento, em especial aos Campos de Lages (1771)²⁸.

A imigração européia, apesar de ter iniciado ainda no período colonial, ganha maior força apenas após a independência, principalmente na segunda metade do século XIX. Essa imigração consolidou importantes núcleos de povoamento que contribuíram de forma decisiva à dinâmica socioeconômica do estado. Ao contrário do que ocorrera na maior parte do país, o traço predominante de apropriação do território por essa população foi a pequena propriedade. Isso também deu característica específica à produção local que, embora se realizasse em pequena escala e fosse artesanal, estava pautada em atividades diversificadas.

²⁴ Como coloca Santos, *As povoações localizadas em São Francisco, Ilha de Santa Catarina e Laguna, foram as bases para a conquista portuguesa do Sul. (...) Havia uma nítida preocupação de firmar posição no litoral Sul para garantir o acesso ao rio da Prata.* (SANTOS, 2004, p.40).

²⁵ Isso não quer dizer, no entanto, que a pequena produção açoriana não cumpria papel de engendrar certa organização do território. Além disso, enquanto entreposto para o Rio da Prata, essas colônias forneciam gêneros alimentícios principalmente para os navios em trânsito. Como coloca Bastos (2000), *O colono açoriano, diferentemente do escravo, tinha a liberdade de praticar uma policultura de subsistência e utilizar seu excedente na melhoria de sua propriedade. Esse foi um dos fatores fundamentais que propiciaram precocemente a emergência do litoral catarinense à posição de destaque no cenário colonial da época como uma das áreas fornecedoras de gêneros alimentícios* (p.129)

²⁶ *A primeira ligação entre a Vila de Lages e Desterro foi feita em 1788, mas além de ser um caminho de difícil acesso, teve pouca importância econômica, pois Desterro não era centro consumidor de importância* (SANTOS, 1974, p.74).

²⁷ *A região rio-grandense [e o Planalto Serrano catarinense], onde a criação de mulas se desenvolveu em grande escala, foi, dessa forma, integrada no conjunto da economia brasileira. Cada ano subiam do Rio Grande do Sul dezenas de milhares de mulas, as quais constituíam a principal fonte de renda da região. (...) Deste modo, a economia mineira, por meio de seus efeitos indiretos, permitiu que se articulasse as diferentes regiões do sul do país.* (FURTADO, 1968, p.80)

²⁸ *As pastagens naturais da região de Lages funcionaram, a princípio, como áreas de invernada, mas logo a organização de estâncias consolidou as bases da ocupação criatória. O Planalto lageano, sobretudo em sua porção meridional, é uma extensão da economia gaúcha, onde a criação de gado e as grandes propriedades em que se assenta definem uma formação peculiar em Santa Catarina* (SILVA, 1978, p.52).

As colônias mais importantes foram alemãs e italianas²⁹. Os alemães firmaram-se onde hoje é o Vale do Itajaí (com Blumenau - 1850, Indaial - 1886, Rio do Sul - 1892, Brusque - 1860, Itajaí - 1860, etc.) e o Norte, (Joinville - 1851, Jaraguá do Sul - 1876, etc.). Já os italianos ficaram predominantemente no Sul do estado (Urussanga - 1878, Criciúma - 1880, Tubarão - 1836, Lauro Muller - 1827, etc.). Essas colônias constituíram o que Silva (1978) chamou de “verdadeiras regiões econômicas”, com dinâmicas internas próprias, pautadas na agricultura e no artesanato – que se encontravam mais desenvolvidos que na região litorânea de colonização açoriana ou nas grandes propriedades do Planalto Serrano e ocupação cabocla.

Mamigonian (1966) destaca que em Blumenau, até 1880 e em consonância com a produção de subsistência, a pequena produção artesanal foi capaz de expandir o mercado interno e ampliar a divisão do trabalho da região do Vale do Itajaí já nessa época. Após 1880 foram criadas algumas indústrias do ramo têxtil e também despontaram estabelecimentos menores, como as cervejarias, alambiques, cortumes, ferrarias, etc. Isso gerou a possibilidade de uma maior divisão do trabalho entre o campo e a cidade, colocando o excedente produzido na hinterlândia de Blumenau a serviço da produção manufaturada.

Joinville também nasceu nesse período, mas, apesar da proximidade e da semelhança étnica com Blumenau, não seguiu os mesmos rumos:

Blumenau possuiu desde o princípio supremacia na produção agrícola, com uma região maior e com solos mais favoráveis, o que engendrou maior mercado interno; Joinville, por outro lado, dada a sua localização e, talvez, diante da própria limitação agrícola, estendeu mais longe os seus caminhos, em direção ao Planalto Norte, beneficiando-se da comercialização da erva-mate e da madeira, que engendram, inclusive, uma indústria maior de beneficiamento desses produtos (SILVA, 1978, p.63)

Joinville, portanto, se integra em função da comercialização da madeira e da erva-mate. Isso acaba aproximando a região Norte do estado não só da região produtora da madeira em direção ao interior, como também, através de caminhos em direção ao Rio Preto, ao estado do Paraná. Ainda segundo Silva (1978), a abertura desses caminhos e a construção da Estrada de Ferro Dona Francisca (em direção ao porto) denotam para a criação de vínculos “exteriores” ao estado, que permitiram uma acumulação mercantil pelo comércio possibilitando, dessa forma, a implantação das primeiras manufaturas têxteis da região.

²⁹ Como destaca Santos (1974) também havia a presença de franceses, belgas, poloneses, eslavos, etc.

O Sul do estado também é povoado mais intensamente com a imigração européia³⁰. Predominantemente italianos camponeses, os imigrantes formaram colônias – também assentadas em pequenas porções de terra – dedicadas à agricultura de subsistência, uma pequena atividade criatória e exploração florestal. As relações de integração só despontam com maior força a partir da descoberta das reservas carboníferas, que serão, durante muito tempo, as fontes da principal atividade da região. Além disso, como vetor dessa integração, destaca-se a construção da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina (1885), a qual ligava as áreas carboníferas ao porto de Laguna.

No entanto, como destaca Silva (1978),

O Sul do estado, ao contrário das regiões de Blumenau e Joinville, pelo menos até 1930, não acumulou um maior excedente e nem recebeu o aporte técnico da imigração alemã capaz de engendrar um processo de desenvolvimento industrial ou mesmo de construir um núcleo com primazia regional. Ao contrário, as atividades de subsistência e o limitado extrativismo conduziram à formação de diversos pequenos núcleos, entre os quais destaca-se Laguna, pioneiro na região, que, na condição de porto, funcionava como o principal centro comercial do Sul do estado (p.68)

O Oeste catarinense foi a região que se consolidou mais tardiamente. De início, a delimitação de seu território enfrentava uma acirrada disputa entre Santa Catarina e o Paraná, que se resolveria apenas em 1917, com o Acordo de Limites³¹. Essa contenda marca fortemente a história da região, principalmente com a Guerra do Contestado, entre 1912 e 1916. Somado ao problema da delimitação territorial, a briga entre os grandes fazendeiros/autoridades estatais (uma vez que a área do contestado abriga a única porção territorial latifundiária do estado) e os caboclos (que, expulsos das grandes propriedades, viviam no sertão em condições de pobreza) e a construção da estrada de ferro que ligava São Paulo e o Rio Grande do Sul³² deflagraram o conflito armado mais atroz do Sul do país.

Após a definição do território e a construção da estrada de ferro, o Vale do Rio do Peixe (que está no Meio-Oeste do estado) passa a ser colonizado com maior intensidade, não só pelas atividades levadas a cabo pelo *trust Brazil Railway Company e Brazil Lumber and Colonization*

³⁰ Laguna era seu único centro de povoamento vicentista até o século XVII.

³¹ Oswaldo Cabral (1987) detalha a formação dos limites do território catarinense no livro História de Santa Catarina

³² ... a política governamental, associada aos interesses cafeeiros e ao capital estrangeiro, na época voltado para a construção das estradas de ferro, buscava articular o Rio Grande do Sul (então o 'celeiro do Brasil') com o pólo da economia exportadora. Foi contratada a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul, assumida pela empresa anglo-canadense *Brazil Railway Company*. (SILVA, 1978, p.69). Cabe ressaltar que essa empresa, além de construir a estrada de ferro também passou a investir nas atividades que, futuramente, marcariam produtivamente a região como as empresas de colonização, os frigoríficos, a extração da madeira, etc.

Company como também pelos efeitos da atuação das empresas de colonização³³. Esses migrantes vieram, principalmente, do Rio Grande do Sul e do Paraná³⁴ e eram, na sua maioria, agricultores de origem italiana e alemã.

É importante destacar que a ocupação do oeste do estado se estende até a metade do século XX, sendo parte do processo geral de expansão e ocupação das fronteiras no Brasil (GOULARTI FILHO, 2007). Portanto, sua integração se dá ao longo de todo esse período e de forma bastante autônoma em relação ao litoral catarinense. Destarte, é desde cedo que a região (particularmente o Extremo-Oeste) apresenta traços sócio-culturais por vezes mais comuns ao Rio Grande do Sul do que às outras regiões do estado. Tanto a extração da madeira quanto a produção de alimentos se destacam, nessa porção do território, como atividades principais.

A partir dessas vias de crescimento, o período que vai da Colônia ao início da República tem como característica importante não só a forma de assentamento da população, como também a desconcentração da produção e do excedente, ou seja, uma acumulação de capital que se deu de forma pulverizada entre as atividades e regiões. Foram essas peculiaridades que permitiram também, no período pós-1930, uma ampliação e diversificação ainda maior das bases industriais regionais.

A rede urbana resultante desse padrão de acumulação até 1930 apresenta fortes limitações:

Não tendo o Estado desenvolvido nenhuma atividade econômica com grande demanda no modelo agro-exportador, não se constituiu um excedente capitalizado em uma dada área capaz de gerar um núcleo que centralize a rede urbana catarinense. Ao contrário, a economia de Santa Catarina é, até 1930, em boa proporção, centrada numa agricultura camponesa diversificada e no “extrativismo”, com várias zonas relativamente auto-suficientes e que, à medida que se especializam, voltam-se para os pólos nacionais (SILVA, 1978, p.74)

Como dito acima, apesar de sua diversificação e do desenvolvimento paulatino das exportações, o sistema pautado na lógica mercantil da pequena propriedade não permitiu uma concentração suficiente de capital capaz de: produzir em maior escala, extrapolar seus limites e,

³³ Nas palavras de Pereira e Vieira (2009): *A guerra sertaneja do Contestado, não só envolveu questões de limites entre Paraná e Santa Catarina, motivados pela apropriação das terras devolutas, mas, principalmente, a derrubada das matas pela Lumber e a expropriação da população cabocla, em prol da madeira e da venda de lotes coloniais para os descendentes da imigração européia, em particular das colônias velhas do Rio Grande do Sul* (p.13).

³⁴ Alves (2008) elabora os dados de pessoas não-naturais residentes em Santa Catarina para o ano de 1950 e mostra que, para este Censo, 77% dessa população era de gaúchos e 15,8% de paranaenses, o que representava 9,4% do total da população no Estado.

por ventura, exercer papel concorrente com o complexo paulista (CANO, 1998). Nesse sentido, é possível afirmar que até os primeiros anos do século XX a integração de Santa Catarina com a economia nacional e, especialmente com a paulista, era reduzida³⁵. Isso se deveu não só à “auto-suficiência” das regiões do estado em relação às suas hinterlândias, como também ao fato de que as próprias fronteiras ainda não estavam definidas.

Outra questão importante, como aponta Cano (1998), é o fato de que a economia paulista apresentava uma dinâmica capaz de atender a sua demanda – por alimentos, carvão, lã, etc. – no interior do próprio complexo ou através do mercado exterior, o que reduzia as chances de importação dos produtos catarinenses. É apenas através da recuperação da crise de 1929, com uma intensificação no corte das importações, que a economia do Sul se integra com mais força ao mercado nacional e especificamente com a economia paulista (CANO, 1985)

Isso que dizer que a gênese e o crescimento das atividades nas diversas regiões do estado (madeira, alimentos, indústria têxtil, etc.) não estão essencialmente ligados ao crescimento do complexo paulista, mas também às exportações com destino a outros mercados³⁶. Goularti Filho (2007) destaca mais especificamente que, a partir de 1915 até a Grande Depressão, as exportações de Santa Catarina para o mercado nacional estavam ligadas também à diversificação econômica e à expansão urbana do Rio de Janeiro; à construção de ferrovias integrando a região Sul e Sudeste e ligando o interior do estado ao litoral; e à proximidade de Porto Alegre e Curitiba, duas capitais estaduais que até hoje apresentam papel importante na polarização das relações entre os estados do Sul do Brasil.

Essas características fizeram com que diversos autores (como SINGER, 1974; CASTRO, 1971; SILVA, 1978; LAGO, 1975, etc.) entendessem Santa Catarina como um estado fragmentado, com várias zonas autônomas e sem uma metrópole regional que centralizasse sua rede urbana. Constitui-se, assim, um padrão de (des)integração do estado, onde as sub-regiões ligavam-se com outras partes do país sem que estivessem conectadas internamente. Isso fica claro quando consideramos o desenvolvimento da indústria no estado até a década de 1960, que se

³⁵ Em relação a isso ver Goularti Filho (2002), Lago (1978), Singer (1974), Castro (1971) e Cano (1998).

³⁶ Assim sendo, e sem pretender negar uma dinamicidade às exportações sulinas para o expansivo mercado paulista, tanto de alimentos como de matérias-primas (couro, fumo, carvão, lã, etc.), concluo que na realidade, a expansão sulina agro-industrial não se deu, direta e fundamentalmente, através da expansão do complexo cafeeiro paulista. Uma pesquisa mais aprofundada certamente poderia revelar que parte apreciável das exportações sulinas tiveram como destino os mercados “em aberto” permitidos, pela insuficiente agricultura nordestina e pela exigüidade da agricultura da Guanabara, mercados esses potencialmente representados por uma população equivalente, a 40% do total Brasileiro em 1920 (CANO, 1998, p.123)

deveu, em grande parte, em função do aumento da demanda nacional e não de uma integração regional (GOULARTI FILHO, 2007).

É o impulso recebido pela expansão do mercado nacional e seu centro dinâmico (São Paulo), somado à estrutura produtiva razoavelmente variada, que fez com que Santa Catarina apresentasse uma diversificação e ampliação da base produtiva, ou seja, é a divisão inter-regional do trabalho em nível nacional que determinará, em grande medida, a dinâmica econômica do estado durante vários anos.

Do ponto de vista intra-regional, portanto, esse padrão de (des)integração acaba por se sustentar mais fortemente entre as capitais regionais e sua hinterlândia do que na articulação do estado como um todo. Segundo o geógrafo Paulo Fernando Lago (1978),

(...), do ponto de vista da organização espacial, as cidades de maior porte, mesmo enquadradas numa certa unidade de predominância étnica, ou pelo menos de predominância interétnica, e sob os processos similares de ocupação, iam armando as condições para a evolução de redes urbanas próprias, segundo uma configuração de compartimentos espaciais, de ilhas sócio-econômicas (p.122)

O processo de desenvolvimento de Santa Catarina pré-1930 deixou, portanto, importantes legados para a estruturação da rede urbana estadual. Destacamos os seguintes:

- O primeiro, ainda oriundo do período colonial, se refere ao fato de que como Santa Catarina não apresentava um produto de exportação e era predominantemente uma economia de subsistência, as relações comerciais com o restante do estado e do país eram limitadas.
- O segundo diz respeito ao isolamento geográfico entre Desterro (capital da província) e o Planalto Serrano; as principais aglomerações da época colonial que foram interligadas – ainda que de maneira rudimentar – apenas no final do século XVIII.
- O terceiro, já no período da colonização européia, foi o fato de que, à medida que, paulatinamente, se ampliava a integração, ela se dava mais em nível nacional (com exportações para o Rio de Janeiro e mesmo para São Paulo) do que em nível regional. Isso gerou ilhas socioeconômicas com uma organização específica e compartimentada de suas redes urbanas.

- O quarto diz respeito à Florianópolis (Desterro) que, mesmo se mantendo como centro comercial do Estado e exercendo alguma centralidade no litoral (principalmente norte), não se constituiu como um núcleo capaz de efetivamente *polarizar* a economia catarinense³⁷.
- O quinto diz respeito à limitada construção de sistemas ferroviários e rodoviários que, na sua maioria, atendiam o escoamento da produção para fora do estado. Deste modo, juntamente com o tamanho reduzido dos mercados regionais, os vários sistemas isolados de transportes e seus altos custos contribuiriam decisivamente para o não desenvolvimento de relações internas mais robustas.

1.4 O Período da Concentração Industrial no Brasil e as Características da Rede Urbana Catarinense Entre 1930 e 1970

1.4.1 Características gerais do desenvolvimento econômico do estado e sua integração com o mercado nacional

O padrão de (des)integração forjado antes de 1930 deu as bases para a forte diversificação regional/setorial e ampliação da base produtiva de Santa Catarina, que ocorre em grande medida após a segunda Grande Guerra. Tal movimento, apesar de estar pautado na pequena produção mercantil, já dinamizava também o médio e, por vezes, o grande capital industrial que se formavam (GOULARTI FILHO, 2007)³⁸.

Isso se dá concomitantemente à ampliação do mercado interno³⁹ e à concentração industrial em São Paulo. É nesse momento sem precedentes que a diferenciação espacial e a ampliação da divisão do trabalho entre as regiões do país se colocam como uma necessidade: a acumulação central exigia o alargamento de seu mercado e uma complementação de sua economia.

³⁷ Segundo Lago (1978), *O acentuado grau de relações externas que caracterizava a vida dessas cidades, voltadas para mercados externos ou, em alguns casos, vinculados aos mercados internos distantes, sobretudo o Sudeste brasileiro, implicava numa fragilidade de fluxos de relações com a própria capital do Estado* (p.122).

³⁸ Como mostra Vieira Filho (1986), as empresas que se tornaram grandes grupos industriais do estado, principalmente nos setores agroalimentar, têxtil-vestuarista, carbonífero e metal-mecânico, já eram bastante dinâmicas no final dos anos 1940.

³⁹ Nesse sentido, a unificação legal do mercado nacional realizada em 1937 teve papel importante, pois extinguiu as tarifas alfandegárias entre os estados, estimulando a articulação comercial em patamares muito mais elevados.

É importante mencionar que isso ocorre em um período de forte expansão industrial que, apesar de apresentar taxas maiores em São Paulo – o que reforçou a concentração industrial –, se expandiu para os demais estados. É nesse caminho que as dinâmicas regionais se articulam em maior grau, sob os efeitos que Cano chamou de *inibição/bloqueio, estímulo e destruição*⁴⁰, conformando, portanto, a divisão territorial do trabalho no Brasil.

Santa Catarina, no período entre 1930 e 1955, parece ter sofrido predominantemente os efeitos de *estímulo*, que além de promover a pequena produção mercantil que havia se estabelecido no sentido de complementar a economia paulista, foi capaz de aumentar o capital industrial. Os setores tradicionais de madeira, carvão, alimentos e têxteis se expandem, enquanto surgem novas indústrias como a de cerâmica; a de papel, papelão e pasta mecânica; e a metal-mecânica. É nesse contexto que o capital mercantil se metamorfoseia para o capital industrial, gerando um novo alcance para a acumulação e concentração de capital no estado:

Numa perspectiva estadual, a acumulação agrária-extrativista-mercantil desdobrou-se no capital industrial e agroindustrial. A acumulação promovida pelas atividades madeireiras no oeste do Estado transbordou para outros setores e promoveu microacumulações que se desdobraram nas atividades alimentares, com o surgimento de inúmeros moinhos e frigoríficos que absorviam a renda gerada pelas atividades extrativista-vegetal-mercantil. Em Blumenau, no início da colônia, as atividades madeireiras e agrícolas também foram fundamentais para gerar renda na *hinterland* do núcleo colonial. Em Joaçaba, as atividades agrárias mantinham as atividades manufatureiras que produziam equipamentos e ferramentas para serem utilizados na agricultura. No sul do Estado, a acumulação promovida pelas atividades carbonífera desdobrou-se no processo de diversificação produtiva que se engendrou a partir dos anos 1960. Mesmo não tendo uma relação direta com o carvão, as indústrias cerâmicas, do vestuário e de calçados são frutos deste transbordamento de acumulação. Estas novas atividades em Criciúma absorviam a renda gerada pelas atividades extrativista-mineral-mercantil. Na região de Joinville as atividades ervateiras inicialmente cumpriram este papel de fomentarem várias pequenas atividades artesanais, comerciais e manufatureiras. A renda gerada pelas atividades de beneficiamento e transporte da erva-mate mantinha, em boa medida, o pequeno comércio e a pequena indústria local (funilaria, ferraria, serralharia e têxtil). Portanto, podemos afirmar que em Santa Catarina o capital extrativista-mercantil inicialmente promoveu uma acumulação que se desdobrou no capital industrial e agroindustrial. É o capital dentro do movimento temporal, metamorfoseando-se do mercantil para o industrial. (GOULARTI FILHO, 2007, p.163)

⁴⁰ CANO (1998).

É, portanto, no bojo dessas transformações que a economia catarinense se integra de fato à economia nacional, como região complementar de São Paulo, ou seja, como parte da expansão da industrialização do centro dinâmico.

A especialização das regiões de Santa Catarina estava fundamentalmente ligada à exportação de matérias-primas, como a madeira e o carvão, e produtos alimentares e têxteis. Essa especialização, voltada para fora, reforça a desintegração interna e estimula timidamente a urbanização até a década de 1950. Se compararmos com o restante do país, o grau de urbanização catarinense em 1950, de 23,24%, era bastante inferior à média dos estados brasileiros menos Santa Catarina, que era de 36,56%.

Outro aspecto que “consagra e condiciona” esse padrão de (des)integração interno é o sistema viário planejado a partir do Plano Rodoviário Nacional de 1944 que, apesar de idealizar uma ligação transversal entre Florianópolis, passando por Lages e indo até o Oeste (BR-282), deu mais atenção ao corredor Sudeste-Sul do país (BR-101). Nas palavras de Silva (1979),

[O Plano supracitado] Consagra [a (des)integração] porque as diversas áreas especializadas do Estado, dados os condicionantes históricos e geográficos, não estão organizadas em função do limitado rarefeito mercado do Meio Sul; ao contrário, partem desde logo para o mercado nacional. Condiciona porque, à medida que se inicia a implantação de um sistema de passagem por Santa Catarina, ligando o extremo sul ao centro nacional, são desestimuladas as relações internas e incentivado o intercâmbio “exterior” (p.82).

Ainda sobre isso, o mesmo autor destaca o fato de que nem o Plano Rodoviário Estadual daria conta do problema, pois os grupos dominantes de cada região estavam mais interessados em ligar as zonas produtivas aos mercados externos ou aos lugares de escoamento da produção (portos, estações ferroviárias) do que integrar efetivamente as regiões através de uma mais complexa malha viária interna.

Goularti Filho (2007) mostra em dados a grande mudança nas relações do estado com os principais mercados. Em 1910, Santa Catarina tinha 13,3% e 51,6% de suas exportações voltadas para São Paulo e Rio de Janeiro respectivamente enquanto esses dados para 1942 passaram a ser de 34,5% e 26,3% e para 1949 são de 38,4% e 9,8%. Para esses anos, destaca-se também o comércio com Paraná e Rio Grande do Sul que mantiveram suas participações entre 15,6% e 27,8% o primeiro e 12,5% e 21,1% o segundo. Portanto, foi justamente no início da década de 1940 que a economia central paulista se torna o maior receptor de produtos catarinenses.

A intensificação da industrialização pode ser observada pelo crescimento real da indústria de transformação⁴¹ que foi, até 1960, bem superior à média brasileira excluindo São Paulo. Nos dados apresentados por Cano (1985)⁴² para períodos 1919/39 – 1939/49 – 1949/59 as taxas de crescimento real de Santa Catarina foram de, respectivamente 6,2%; 9,3%; 8,4%; enquanto para o Brasil menos São Paulo foram de 5,0%; 6,2%; 7,8%⁴³.

Durante a industrialização pesada (1956-61 e 1962-1970) a indústria de transformação do Brasil continuou sua expansão, sendo que entre 1949 e 1970 o crescimento do país foi de 8,3%, o de São Paulo foi de 9,2% e o de Santa Catarina – maior que a média nacional – foi de 8,7%. Cabe ressaltar que nesse mesmo período cresce acentuadamente, em relação ao resto do Brasil, a indústria de bens de consumo não duráveis no estado: 7,7% em Santa Catarina, enquanto Brasil-SP e São Paulo crescem respectivamente 5,4% e 7,1%. Isso se deu principalmente pela dinâmica das indústrias alimentares e têxteis o que, mais uma vez, mostrou o papel complementar da economia catarinense em relação ao centro dinâmico nacional e a capacidade de concorrência com os outros pólos de produção desses bens.

Cabe ressaltar ainda a participação relativamente modesta, porém crescente, de Santa Catarina no Valor de Transformação Industrial (VTI) e no número de operários em relação ao Brasil. Para o agregado dos grupos industriais o estado aumentou sua participação de 2,08% para 2,57% entre 1939 e 1970, sendo que a maior variação se deu no grupo das indústrias de bens de capital e bens de consumo durável. Isso mostra que além da referida complementaridade dos bens de consumo não duráveis, o estado conseguiu também diversificar sua economia e aumentar a participação no ramo mais dinâmico das indústrias do país. Em relação ao número de operários o crescimento da participação é maior: entre 1939 e 1970, para todos os grupos de bens, a participação do estado foi de 2,45% para 4,43%.

Há que se destacar também que este era um momento de forte urbanização, ou seja, de demanda crescente das mercadorias de consumo assalariado e matérias-primas ligadas à construção civil – isso é ainda mais nítido no final do período em que o governo militar, na primeira metade dos anos 1960, cria o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação.

⁴¹ Que inclui a indústria de bens de consumo não duráveis, bens intermediários e a indústria de bens de capital e consumo durável.

⁴² Os dados que seguem foram retirados integralmente da referida obra: CANO (1985)

⁴³ Os dados discriminados por tipo de bens estão disponíveis em Cano (1985) p. 85 e 86. É importante frisar que Santa Catarina apresentou maiores taxas de crescimento nos bens intermediários (com até 13,4% no período 1939/49) e bens de capital e consumo durável (com até 12,2% no período 1949/59).

Não é à toa que, a partir da década de 1950, a participação das exportações madeira no total das exportações catarinenses para o resto do Brasil é crescente, chegando a 78,1% em 1958, 88,0% em 1963 e 83,4% em 1967 (GOULARTI FILHO, 2007). Isso se deu pela grande disponibilidade de reservas que dinamizaram a economia e foram fontes de acumulação tanto no Planalto Norte e Serrano, quanto no Oeste. Também foi apoiado nessa demanda crescente da construção civil que o setor cerâmico consegue maior dinamismo no Estado a partir da década de 1950.

A acumulação oriunda da atividade madeireira estava ligada não apenas à extração da madeira como também à disponibilidade de uma força de trabalho fortemente explorada, principalmente de origem cabocla. Tal relação gerou um excedente capaz de diversificar as atividades: desde a implantação de fábricas de caixas, esquadrias, laminados e compensados, produção de papel, papelão e pasta mecânica até pequenas oficinas de suporte às atividades madeireiras. Os desdobramentos da produção da madeira foram capazes de dinamizar a economia urbana, em especial o comércio.

Já o carvão, disponível no Sul do Estado, teve sua maior expansão até a segunda Grande Guerra. Mesmo sendo de baixa qualidade, tal produto teve demanda garantida por lei⁴⁴. Sua exploração, segundo a visão de Vargas, era questão de segurança nacional. É com o fim da Guerra que cessa a obrigatoriedade da compra e, apesar da produção se estender ainda por muitos anos, foi uma atividade que enfrentou forte declínio. A acumulação oriunda da exploração do carvão, no entanto, foi capaz de engendrar um processo de diversificação produtiva na região, dando novos contornos à indústria regional que se assentaria, posteriormente, nas indústrias de cerâmica, plásticos e têxteis (GOULARTI FILHO, 2007).

A indústria de alimentos⁴⁵ teve também uma expansão acelerada, onde os frigoríficos catarinenses passaram a concentrar e centralizar fortemente o capital regional. É nesse período que, através da mercantilização da produção camponesa, se consolida o sistema de integração com as pequenas propriedades (CAMPOS, 1987). Segundo Espíndola (2002), na década de 1950, a agroindústria catarinense partiu agressivamente para o mercado nacional com novas estratégias empresariais. Estas estavam ligadas principalmente ao melhoramento de produtos, que visava à população de renda mais alta no centro de acumulação do país. Destacando-se também a

⁴⁴ Sobre a história do carvão ver: GOULARTI FILHO (2004) - Memória e cultura do carvão em Santa Catarina e Belolli, M. (2002). *A história do carvão de Santa Catarina*. Florianópolis, Brasil: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina.

⁴⁵ Assentada principalmente na produção de aves, suínos, milho e soja.

instalação de empresas de comercialização, que romperam a dependência dos grandes atacadistas e colocam a agroindústria em outro patamar de comando dos canais de circulação de mercadorias e acumulação de capitais.

Desta forma, a dinâmica da agricultura caminha no sentido de consolidar, a despeito da pequena propriedade, um duplo movimento: o de especialização da produção regional (no extremo e meio oeste, com a presença de grandes frigoríficos e produção de milho, trigo e soja); e um movimento cada vez maior de expulsão da população rural com destino às cidades, que ganhará força a partir do fechamento das fronteiras na década de 1970

O setor têxtil nesse período já estava consolidado, inclusive com a participação de grandes e médias empresas. A presença mais forte estava no Vale do Itajaí, onde, na região, se concentrava todo o processo produtivo; desde a fiação, tecelagem, malharia, beneficiamento até a confecção. No período que Goularti Filho (2007) define como “diversificação e ampliação da base produtiva” do estado (1945 a 1962) ele sustenta que,

A tônica na indústria têxtil, no período 1945 a 1962, foi a expansão e verticalização da produção por meio da ampliação da capacidade instalada e alargamento das bases comerciais, com a abertura de novos centros de distribuição, principalmente nas maiores capitais (p.145)

No final da década de 1960, com o forte desempenho da indústria, começam a ser gestadas as condições para abertura inclusive de novas fábricas fora do território catarinense. Entre as estratégias estava a integração de diversos empresários do setor e o incentivo do governo federal para abrir fábricas no Nordeste do país. Isso ocorre também no setor agroindustrial, que vai buscar no Paraná e no Centro-oeste do país melhores condições de acumulação⁴⁶.

A indústria metal-mecânica do Norte do Estado nasce mais tardiamente, principalmente a partir da década de 1930⁴⁷. A origem desse capital é da expansão das atividades ervateiras e madeireiras que, ao longo dos anos, passaram por processos industriais. Além disso, a acumulação mercantil oriunda do crescimento dos núcleos urbanos também fez com que, durante o declínio do mate, já estivessem montadas as bases da nova dinâmica industrial. Isso é decisivo até o final da Segunda Guerra Mundial, pois, a partir daí, o que determinará o crescimento do

⁴⁶ Vieira Filho (1986) descreve a trajetória desses grandes grupos e mostra a corrente de investimentos para fora do estado. Nos anos 1970, como veremos, esse movimento se dá com mais força, fazendo parte da desconcentração virtuosa da indústria brasileira.

⁴⁷ A Tupy, produtora de conexões hidráulicas e ferro maleável, é de 1938. A Hansen, futura Tigre, é de 1941, a Refrigeração Consul de 1950 e a WEG motores elétricos é já da década de 1960.

setor é sua integração com o mercado nacional, com a industrialização e a urbanização do país (GOULARTI FILHO, 2007).

Além disso, como destaca Silva (1979), as relações com a Alemanha e o papel do imigrante foram decisivos. Isso se deu não apenas pelo lado do “empreendedorismo” individual de alguns deles, como também pela possibilidade de exploração de um perfil específico de trabalhadores que não tinham, por diversos fatores, a possibilidade de se tornarem pequenos, médios ou grandes capitalistas:

O processo de industrialização destas cidades [com atividades do setor metal-mecânico], além de contar com aporte técnico e financeiro alemão é, ainda, incentivado por um padrão de relações “paternalistas” que, ao mesmo tempo que asseguram um ambiente de cooperação e alta produtividade aliado ao baixo nível de organização dos trabalhadores, engendram condições especialmente favoráveis para uma expressiva acumulação de capital a partir de uma mão-de-obra disciplinada, treinada e barata (SILVA, 1978, p.94)

Portanto toda essa região, que se especializaria na produção de bens de capital, ocupa lugar importante no crescimento e norteou o processo de diversificação dos setores e das demais regiões do estado. Há que se lembrar que esse crescimento se dá, oportunamente, no momento em que o país vivia o processo de substituição de importações, tornando favorável a entrada dessa classe de bens no mercado nacional. Isso está atrelado também ao papel do planejamento do Estado (tanto em nível local como nacional) que dispôs meios para o crescimento da indústria, principalmente a partir do Plano de Metas.

Em nível estadual, o planejamento acompanha as diretrizes nacionais, com a participação do Estado em diversos setores da economia. Em especial, concentrou-se naqueles em que o capital privado nacional ou internacional não dispunha de interesse ou capacidade de investimento, mas que seriam absolutamente necessários para o processo de *homogeneização e integração* da economia: em seu centro e na sua periferia.

A economia de Santa Catarina, já nos anos 1940, apresentava graves estrangulamentos para seu crescimento. É notória em toda literatura da época a ressalva quanto às condições da infra-estrutura que se mostravam incapazes de acompanhar a intensificação e ampliação da industrialização nas diversas regiões. Entre os principais problemas estavam o fornecimento de energia elétrica, o financiamento de longo prazo e o sistema de transportes para escoar a produção com destino às outras unidades federadas.

Entre 1950 e 1970 os planos mais importantes tiveram início no governo Celso Ramos em 1961 e continuaram no de Ivo Silveira até 1970. Esses foram o Plameg I e II (Plano de Metas do Governo), que apesar de seguirem as diretrizes do POE (Plano de Obras e Equipamentos)⁴⁸, apresentaram resultados mais pujantes⁴⁹. As diretrizes se concentravam em investimentos vultosos (de CR\$54,9 milhões) para a construção de rodovias (28,3% dos gastos), para energia (26,6%), para educação e cultura (11,6%) e para participação no crédito industrial (6,6%)⁵⁰.

Como sintetiza Goularti Filho (2005),

No bojo do ideário desenvolvimentista e diante do crescimento da indústria dinâmica, o Estado era o verdadeiro ente na condução política do processo de integração e consolidação do capital industrial, fazendo investimentos em infraestrutura e ofertando linhas de crédito de longo prazo. A inércia empresarial na área de infra-estrutura foi sendo preenchida pelo Estado. Esse movimento seguiu orientações federais e também pôde ser presenciado em outros estados da Federação, onde a indústria se expandia. (p.636)

Foi, portanto, através da atuação do Estado – que expressava claramente, nesse momento, os interesses da burguesia industrial – que foi possível mitigar os principais fatores que impediam o crescimento econômico e o aprofundamento da industrialização catarinense e a diversificação e adensamento de sua rede urbana.

1.4.2 A (des)integração regional e as características gerais da rede urbana catarinense (1930-1970).

Como visto anteriormente, o padrão de integração interna do estado, mesmo durante a industrialização das regiões, permaneceu débil. No entanto, foi nesse período que a economia catarinense se integrou efetivamente com o centro dinâmico do país, gerando mudanças na

⁴⁸ O POE, (1955 do governo Irineu Bornhausen e Jorge Lacerda) apesar de ser considerado apenas um orçamento paralelo de investimentos, vinculava recursos para setores estratégicos da economia catarinense, com 45% dos recursos destinados às estradas de rodagem e 35% à energia elétrica (GOULARTI FILHO, 2005).

⁴⁹ Os planos seguiram as mesmas diretrizes, inclusive a mesma estrutura institucional de financiamento. Prova disso é que no Plameg II 62% dos recursos estavam destinados à expansão econômica, entendida como investimentos maiores em transporte, energia e industrialização. Também é desse período a criação de importantes instituições que engrossaram a ossatura material do Estado Catarinense, como o BDE e o BRDE. Sobre isso ver Goularti Filho (2005 e 2007).

⁵⁰ Dados de: SCHMITZ, Sérgio. **Planejamento estadual: a experiência catarinense com o Plano de Metas do Governo** — PLAMEG — 1961-1965. Florianópolis: Ed. da UFSC/FESC/UEDESC, 1985. 134p.

estrutura urbana, principalmente no sentido de fortalecer as relações com as metrópoles nacionais e entre as principais cidades e suas hinterlândias.

Do ponto de vista externo, essas relações refletem o contínuo aumento do comércio, com crescimento tanto nas importações quanto nas exportações do estado em relação às outras unidades federadas. Silva (1978) mostra o crescente déficit da balança comercial catarinense em relação ao restante do Brasil, o que é concomitante ao aumento da participação das “vias internas” como caminho tanto para exportações como importações⁵¹. Nesse período, da mesma forma que Santa Catarina tem como principal mercado São Paulo, o estado também passa importar substancialmente seus produtos. Entre 1950 e 1960 a participação paulista nas importações por vias internas aumenta de 15% para 55%, enquanto a participação gaúcha, até então a mais importante, cai de 45% para 12%⁵².

Internamente, o processo de industrialização – regido pelo aumento do intercâmbio e dos elos econômico exteriores do estado – resultou em uma mudança na estrutura do emprego, uma vez que a urbanização redefinia as relações campo-cidade, fazendo aumentar a participação do emprego nos setores secundário e terciário e diminuir a participação no setor primário (tabela 1).

Tabela 1: Participação da população ativa por setor de atividade (%)

Ano	Primário	Secundário	Terciário	Total
1940	74,5	11,2	14,3	100
1950	65,5	15,2	19,3	100
1970	51,2	19,7	29,1	100

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1940,1950 e 1960 apud Silva (1978)

A característica de predominância do setor primário em 1940 se dá, principalmente, pelas próprias atividades artesanais (como por exemplo, o beneficiamento do mate, as serrarias, os engenhos, etc.), estarem localizadas na zona rural e não urbana. Esse perfil vai se diferenciando ao longo dos anos⁵³, até que em 1970 já apresenta características mais fortes ligadas aos setores

⁵¹ Como destaca o próprio autor (SILVA, 1978, p.103) os dados de comércio são muito precários e inconstantes, por isso, apontamos apenas a tendência evidenciada por ele, sem, com isso reproduzir os dados utilizados.

⁵² Dados de Silva (1978).

⁵³ Vale ressaltar que, a pequena propriedade e o decorrer da ocupação do Oeste até o fechamento da fronteira, também contribuíram para a manutenção das atividades predominantemente no setor primário.

urbano-industriais. Isso é ratificado pelo crescimento da população urbana (tabela 2) que também revelará a dinamização das economias mesorregionais:

Tabela 2 – População de Santa Catarina por Situação de Domicílio, Grau de Urbanização e Taxas Médias de Crescimento (1940-1970)

Ano	Pop Urbana	Pop Rural	Total	Grau de Urb (%)
1940*	253.717	924.623	1.178.340	21,53
1950	362.717	1.197.785	1.560.502	23,24
1960	695.347	1.451.562	2.146.909	32,39
1970	1.266.709	1.663.702	2.930.411	43,23
Tx Média Crescimento Anual (%)				
Ano	Pop Urbana	Pop Rural	Total	-
1940	-	-	-	-
1950	3,64	2,62	2,85	-
1960	6,72	1,94	3,24	-
1970	6,18	1,37	3,16	-

Fonte: Elaboração própria Censos Demográficos dos decênios entre 1940 e 1970

* Para o ano de 1940 os dados discriminados de população rural e urbana foram retirados de SILVA (1978, p.110)

A população urbana cresce em ritmos mais fortes, principalmente a partir dos anos 1950 e 1960 a taxas de 6,72% e 6,18%, respectivamente. Isso é acompanhado por um aumento no grau de urbanização, que passa de 21,53% em 1940 para 43,23% em 1970⁵⁴. Cabe ressaltar que o principal mercado consumidor urbano do estado, São Paulo, atinge, em 1970 o grau de urbanização de 80,36%, com taxas de crescimento da população urbana, de 5,65% para todo o período, reforçando, portanto, a idéia de que a demanda de bens de consumo duráveis era crescente.

A urbanização também se nota pela dinâmica populacional dos principais municípios do Estado, ou seja, aqueles que, em cada mesorregião, são responsáveis por articular a rede urbana e

⁵⁴ Apesar desse crescimento da população urbana, o grau de urbanização catarinense fica abaixo da média nacional, mas, entre 1950 e 1970, passa do 22 lugar para o 16 no mesmo indicador em relação às demais unidades federadas. Segundo os Censos Demográficos, para as três décadas o Brasil apresenta os seguintes graus de urbanização: 1950 – 36,16%; 1960 – 45,08; 1970% – 55,98%.

determinar seu papel na divisão territorial do trabalho. Nesse sentido, o crescimento também mostra a dinâmica do adensamento das redes urbanas mesorregionais, que como já foi colocado, atendem mais à lógica de acumulação do centro dinâmico do país do que àquela interna ao estado.

A tabela 3 mostra, para o período 1950-1970, a população e o grau de urbanização das dez maiores municípios de cada década. A troca de posições entre elas se justifica – mesmo que não seja exatamente correlata no tempo – pelos movimentos das transformações nas economias regionais.

Tabela 3 - População dos dez maiores municípios e grau de urbanização (%)

1950			1960			1970		
Cidade	pop	grau urb	cidade	pop	grau urb	Cidade	pop	grau de urb
Chapecó	96.624	10,10	Lages	120.821	32,95	Florianópolis	138.337	87,48
Lages	77.234	22,45	Florianópolis	97.827	79,31	Lages	128.728	69,52
Florianópolis	67.630	75,58	Joinville	69.677	79,18	Joinville	126.058	88,95
Tubarão	67.045	21,80	Blumenau	66.778	71,49	Blumenau	100.275	85,28
Rio do Sul	57.152	15,14	Tubarão	62.588	48,79	Criciúma	81.452	67,91
Canoinhas	52.556	18,97	Criciúma	61.975	45,03	Tubarão	66.876	46,73
Itajaí	52.057	46,04	Itajaí	54.996	70,06	Itajaí	63.139	85,54
Criciúma	50.864	18,30	Chapecó	52.089	21,00	Chapecó	49.865	40,53
Joaçaba	48.299	19,07	Concórdia	44.761	15,65	Concórdia	45.465	23,62
Blumenau	48.108	50,81	Rio do Sul	40.008	37,82	Campos Novos	43.135	32,31
% no total SC	39,92	-	% no total SC	31,54	-	% no total SC	29,87	-

Fonte: Elaboração a partir dos dados dos Censos Demográficos 1950, 1960, 1970 compilados por ALVES (2008)

Na década de 1950 o grau de urbanização do estado era relativamente baixo em comparação a outras regiões do país. Nesse sentido, não é de se estranhar que os maiores municípios tenham suas dinâmicas econômicas pautadas predominantemente no setor primário. Por isso Chapecó e Lages apresentam maior número de habitantes e taxas de urbanização relativamente baixas até 1950, já que articulavam as redes urbanas que tinham como principais funções a produção de alimentos e matérias-primas.

Ao contrário, os municípios com maior população urbana no período são Florianópolis, Itajaí, Blumenau e Joinville. Isso se justifica pelo fato de que, crescentemente, suas funções estavam ligadas às atividades predominantemente urbanas, respectivamente, à administração

pública, atividade portuária, indústria têxtil e indústria metal-mecânica. Cabe ressaltar que foi exatamente entre meados de 1950 e 1970 que o capital industrial se consolida no estado, integrando fortemente o processo de industrialização pesada de todo o país.

Nesse contexto, é importante salientar o crescimento acelerado de Joinville que, em 1950, não figurava entre os dez maiores municípios e, a partir da década de 1960, ganha rapidamente população colocando-se entre as primeiras posições. As taxas geométricas de crescimento anual da população total e urbana de Joinville no período 1950-1970 foram de, respectivamente, 5,48% e 8,64% - as maiores do estado⁵⁵. Esse forte acréscimo na população joinvilense – que continua nas décadas posteriores – corrobora a tese de que, a partir do desenvolvimento do setor metal-mecânico, o município foi capaz de produzir efeitos de *estímulo*, guiando a dinâmica socioeconômica do estado.

Apesar dos dez maiores municípios concentrarem em média 33,77% da população estadual para o período, eles se distribuem de forma relativamente equilibrada pelo território. Isso significa, mais uma vez, que em Santa Catarina não se constituiu uma metrópole regional que, ao largo da história, concentraria grande parte da população como no caso de várias unidades federadas do país. O fato de tal participação ter diminuído de 39,92% para 29,87% indica certa desconcentração ao longo das redes urbanas mesorregionais, seja pelo desmembramento de municípios, seja pelo maior crescimento das hinterlândias do que das “capitais regionais”.

Também podemos ver essa relativa desconcentração populacional e a “densidade” da rede urbana catarinense pela distribuição da população do Estado por estratos de municípios. A tabela 4 mostra para o mesmo período como se comporta a evolução desses estratos:

⁵⁵ Dados calculados a partir da compilação de Alves (2008) da população dos municípios catarinenses nos Censos de 1950, 1960 e 1970 – IBGE.

Tabela 4- Distribuição da população catarinense (%)
por estratos de municípios (1950-1970)

Tamanho da População	1950	1960	1970
Até 5.000 habitantes	-	-	4,9
5.001 a 10.000 habitantes	2,1	9,7	14,7
10.001 a 20.000 habitantes	17	24,7	27,7
20.001 a 50.000 habitantes	46,6	38,1	27,6
50.001 a 100.000 habitantes	34,2	21,9	7,5
Mais de 100.000 habitantes	-	5,7	17,5
Total	100	100	100

Fonte: elaboração própria através dos dados compilados por ALVES (2008) - IBGE Censos de 1950, 1960 e 1970

Lages, no auge do ciclo da madeira, apresentava maior população do estado e foi o único município a atingir mais de 100 mil habitantes em 1960. Nos anos seguintes, Florianópolis, Joinville e Blumenau também adentram nesse grupo, que, no total, passa a abrigar 17,5% da população catarinense. Há que se atentar para o fato de os estratos entre 10 e 20 mil habitantes e 20 e 50 mil habitantes⁵⁶ abrigam, a partir de 1960, a maior parte da população, o que também corrobora com a afirmação de que a rede urbana de Santa Catarina era desconcentrada em comparação ao resto do país.

O largo período que vai de 1930 até 1970 foi moldado, de modo geral, pela integração do mercado nacional, pela industrialização pesada, pela concentração industrial e pelo crescimento das diversas regiões do país. Santa Catarina, nesse contexto, também encontra respaldo para grandes transformações que consolidarão seu padrão de produção e integração em níveis internos, regionais e nacionais.

Diante das mudanças descritas podemos sintetizar as principais características rede urbana catarinense:

⁵⁶ Deve-se levar em conta que as grandes variações dos estratos de 50 e 100 mil habitantes e maior que 100 mil habitantes se deram pela mobilidade dos municípios de Lages – 1950; Florianópolis – 1970; Joinville – 1970; e Blumenau – 190; para o estrato maior que 100 mil habitantes.

- Por um lado, há um aprofundamento das articulações mesorregionais e uma intensificação da integração com o restante do país, principalmente com o centro dinâmico da economia brasileira: São Paulo. Isso se deu também pela intensificação e diversificação da industrialização, principalmente a partir dos anos 1940. Tal diversificação desenhou o que, até hoje constitui a funcionalidade das principais “capitais regionais”.
- Por outro lado, do ponto de vista das articulações intra-regionais, as relações continuam débeis. Isso formou regiões especializadas que se integrariam mais à divisão territorial do trabalho do ponto de vista nacional do que propriamente dentro do Estado.
- Corroborou para esse duplo movimento o modo como se integrou geograficamente o território, sendo que o sistema de transporte e a infra-estrutura privilegiou ou o corredor de passagem Sudeste Sul, ou os corredores de exportação de produtos. Também nesse sentido, a atuação do planejamento estatal – que seguiu as diretrizes nacionais – reforçou a (des)integração no interior do Estado.
- Do ponto de vista populacional, o adensamento da malha urbana foi considerável (com o dobro do grau de urbanização), assim como a participação da População Economicamente Ativa no setor secundário e terciário. Cabe ressaltar a dinâmica populacional de Lages, ligada ao auge do ciclo da madeira; a de Chapecó, que ainda sofria o movimento de expansão da fronteira; de Florianópolis, Itajaí e Blumenau, que ampliavam a participação urbana e concretizavam seu papel funcional (como capital administrativa, cidade portuária importante e comandante da rede urbana ligada às atividades têxteis e vestuaristas); e, por fim, Joinville, que em apenas 20 anos passa a ser um dos maiores municípios do Estado (com maiores taxas de crescimento da população urbana) e articulador da rede urbana do Nordeste (região industrial mais dinâmica).

Por fim, é a partir desse período que efetivamente se firmam as condições de *concentração e centralização do capital* e do *desenvolvimento desigual*. É com esse movimento de industrialização e urbanização que as capitais regionais de cada mesorregião passarão a *integrar e polarizar* suas redes urbanas, todas elas condicionadas por imperativos multiescalares, principalmente no âmbito nacional – da acumulação do centro dinâmico e suas restrições externas.

CAPÍTULO II – A INTEGRAÇÃO INTER-REGIONAL DA ECONOMIA CATARINENSE DURANTE O PERÍODO DA DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA REGIONAL DO PAÍS (PÓS-1970)

Este capítulo tem como objetivo analisar a integração econômica de Santa Catarina no período da desconcentração produtiva regional do país. Busca explicar a participação do estado na divisão do trabalho basicamente em duas frentes: a consolidação de seu espaço enquanto produtor e fornecedor de bens de consumo não duráveis; e a ascensão da indústria de bens de consumo duráveis e de capital que ganha dinamismo ao longo das décadas. A escolha da indústria de transformação como parâmetro para entender os câmbios econômicos do estado deve-se à sua importância em termos de criação de valor e emprego de força de trabalho e também por sua capacidade de estruturação do território – a jusante e a montante.

É também através da dinâmica do capital produtivo que, segundo Smith (1998), as forças de centralização espacial são – geralmente – melhor percebidas. Portanto, para que se entenda o papel e a capacidade de polarização de cada região do estado é necessário levar em conta essa dinâmica, principalmente no contexto de um estado cuja estrutura industrial dos setores está pautada em elevados graus de concentração geográfica. A primeira seção trata dos marcos gerais da desconcentração produtiva no Brasil e será o pano de fundo para a análise do estado. As seguintes dividem-se conforme os períodos da desconcentração regional virtuosa (1970-1980) e a desconcentração regional espúria (1980-2005)⁵⁷, observando especificamente, para cada sub-período, os setores agropecuário e agroindustrial e a indústria de transformação. A última seção traz uma breve discussão sobre o comércio inter-regional do estado, traçando o perfil das relações externas de Santa Catarina.

2.1. Os marcos gerais da desconcentração produtiva no Brasil

Os anos 1970 abrigaram grandes transformações na dinâmica regional e urbana brasileira. A necessidade de aprofundar os nexos do território e articular funcionalmente as regiões e centros urbanos impôs um novo padrão de integração e coerência territorial fortemente pautado na

⁵⁷ Pela disponibilidade de dados mais recentes em algumas partes da análise o período se estende por alguns anos.

expansão do modelo urbano-industrial para a periferia nacional. O período pós-crise⁵⁸ – que vai de 1967 até o final dos anos 1970 – é marcado pela grande expansão e diversificação da indústria, ampliando também a divisão territorial do trabalho entre as regiões.

Nesses anos a economia foi alavancada principalmente pela coordenação e pelos investimentos do Estado brasileiro de sorte que o país alcançou uma taxa média anual de crescimento do PIB de 8,7%⁵⁹ entre 1970 e 1980. Por um lado, o projeto do “Brasil Potência” esteve ancorado no favorável cenário internacional de elevada liquidez (pelo menos até 1973) e era parte essencial da sustentação ideológica do regime militar⁶⁰. Por outro, propiciou a acumulação baseada na concentração de renda e terras e também no empobrecimento de muitos trabalhadores⁶¹ – cujos salários reais eram constantemente rebaixados pelos processos inflacionários e pelo exército industrial de reserva que se renovava constantemente através das migrações internas no país.

Esse perfil generalizado de crescimento manifestou-se nos diversos setores da economia e também em grande parte do território nacional. Os grandes investimentos foram realizados na direção oposta à concentração territorial da indústria ocorrida nas décadas precedentes, configurando o que diversos autores chamaram de desconcentração produtiva regional⁶². Tal movimento, como aponta Cano (2007), foi liderado principalmente pela agropecuária, pela agroindustrialização, pela mineração e pela metalurgia básica. Ademais, os investimentos em infra-estrutura também foram determinantes para que essa desconcentração fosse possível, já que o melhoramento das vias de circulação de mercadorias (trabalho, bens, serviços, etc.) era essencial para a intensificação da coesão do espaço e para a acumulação de capital.

Até 1980, portanto, o processo de desconcentração esteve fortemente ligado ao amadurecimento da industrialização pesada e ao ciclo de expansão da economia brasileira⁶³. Isso quer dizer que o crescimento da periferia nacional foi mais acentuado, porém em consonância com o aprofundamento da integração regional ao centro dinâmico – já que São Paulo também

⁵⁸ Após a crise econômica de 1962, o regime militar de 1964 introduziu mudanças bancário-financeiras e tributárias, além do arrocho salarial, que levaram à recuperação, em uma fase de forte crescimento do comércio internacional e disponibilidade de capitais no euromercado.

⁵⁹ As taxas de crescimento do PIB que serão citadas ao longo desse capítulo foram apresentadas por Cano (2007, p.24).

⁶⁰ O que incluía sustentar, a partir da desconcentração produtiva “as exigências geopolíticas e geoeconômicas de dar coerência material e política [às] elites regionalizadas” do país. (BRANDÃO, 2007, p.137).

⁶¹ Sobre isso ver Singer (1989).

⁶² Cano (2007), Pacheco (1998), Azzoni (1986), etc.

⁶³ É importante frisar que a desconcentração ocorre, majoritariamente, pela materialização de novas unidades produtivas, e não pelo traslado de plantas ou sucateamento de antigas áreas industriais (PACHECO, 1998, p.59).

crece a taxas expressivas⁶⁴. Há que se ressaltar também a interiorização da indústria paulista, que revela taxas de crescimento maiores no interior do estado do que na região metropolitana de São Paulo⁶⁵.

A evolução da participação regional no PIB brasileiro corrobora essa idéia onde, após o período de concentração da produção em São Paulo (retratado na tabela entre 1939 – 1970), as demais regiões passam, continuamente, a ganhar participação, conforme a tabela 5.

Tabela 5 – Participação Regional no PIB Total (Brasil = 100%)

	1939	1949	1959	1970	1980	1985	1990	1995	2000	2004
NO*	2,6	1,7	2,0	2,2	3,2	4,1	4,7	4,6	4,6	5,2
NE	16,7	13,9	14,4	12,0	12,2	13,7	12,6	12,8	13,0	14,0
MG	10,0	10,4	7,9	8,3	9,4	9,7	8,9	9,7	9,7	9,4
ES	1,2	1,3	0,8	1,2	1,5	1,7	1,4	1,7	1,8	1,8
RJ	20,9	19,5	18,5	16,1	13,6	11,6	11,4	11,4	12,7	12,7
SP	31,2	36,4	37,9	39,5	37,7	35,8	35,3	35,5	33,3	31,1
PR	2,9	4,0	5,4	5,5	5,9	6,2	6,0	6,0	6,0	6,2
SC	2,2	2,5	2,4	2,8	3,3	3,3	3,4	3,6	3,8	4,0
RS	10,2	8,6	8,4	8,7	8,1	7,9	7,7	8,4	7,8	8,2
CO*	2,1	1,7	2,3	2,7	3,6	3,7	8,7	6,5	7,2	7,5
DF	-	-	-	1,0	1,5	2,3	5,4	2,7	3,0	2,5

Fonte: FGV p/ 1939-1980; IBGE, Contas Regionais p/ 1985-2004 APUD CANO, 2007, p. 50

*NO: inclui TO a partir de 1980

**CO: inclui TO em 1939-1985; exclui DF

Nesse contexto, o período referente ao acentuado crescimento dos anos 1970 é denominado por Cano (2007) como o da “desconcentração virtuosa”, sintetizado pelo autor da seguinte forma:

⁶⁴ As taxas de crescimento setoriais do PIB do Brasil e de São Paulo elaboradas por Cano (2007, p.24) mostram exatamente esse movimento. Entre 1970 e 1980 o PIB brasileiro cresce 8,7%, enquanto o PIB paulista cresce 8,2%. Como dito anteriormente, esse crescimento assenta-se principalmente nos setores secundário e na indústria de transformação, com taxas de 9,3% para o Brasil e 7,4% para São Paulo no primeiro e 9,0% e 8,1% para o segundo.

⁶⁵ *Em termos regionais, há um aspecto crucial dessa expansão da capacidade instalada [da indústria de transformação]: ela se materializou na segunda geração de plantas industriais do setor automotivo, que, embora instaladas no estado de São Paulo, já não estariam mais localizadas na área metropolitana da capital, mas dariam expressão ao que mais tarde se identificaria com a “interiorização” da indústria paulista.* (PACHECO, 1998, p.59). Isso se dá, em alguma medida, pelos próprios problemas gerados pela concentração industrial na metrópole: *Enquanto a área metropolitana de São Paulo passava a aumentar as chamadas deseconomias de aglomeração, apresentando grande elevação do preço dos aluguéis, das terras, dos salários relativos e também da pressão sindical, outras áreas, além do interior paulista, começaram a se tornar mais atrativas* (Azzoni, 1986), *induzidas e acicatadas por investimentos, incentivos e coordenação estatais* (BRANDÃO, 2007, p.136).

Em 1970 e 1980, período em que consolidamos a implantação da nossa indústria pesada e preenchemos um número ainda maior de células da nossa matriz industrial, a acumulação exigia, por isso mesmo, esforço periférico de articulação ainda mais intenso, usando também mais nossa base de recursos naturais – água, terra, minérios – e, com isso, a periferia mais bem dotada de recursos foi mais acionada. A maior parte do conjunto dos projetos de larga envergadura (como os hidrelétricos, não-ferrosos, químicos e petroquímicos) foi implantada na periferia, acelerando ainda mais seu crescimento. Isso, mais os efeitos decorrentes das políticas de desenvolvimento regional implantadas a partir de meados da década de 1960 (promovendo investimentos regionalizados em indústrias leves e de insumos), proporcionou importante processo de desconcentração industrial regional. (p. 42).

Como o período abriga não apenas os anos do “milagre”, mas também os da desaceleração do crescimento e os choques do petróleo (1973 e 1979) destaca-se o importante papel do II Plano Nacional de Desenvolvimento na manutenção dos investimentos e do crescimento. Apesar de superestimar as possibilidades de crescimento perante o cenário internacional desfavorável⁶⁶, o plano estimulou a desconcentração e garantiu o ritmo de crescimento principalmente através dos investimentos na produção de insumos básicos – que demandavam proximidade às fontes de matérias-primas e, pelas condições “naturais”, estavam fora do centro – e dos incentivos para produção e fornecimento de infra-estrutura, realizados e coordenados pela política estatal. Nesse panorama, articulou-se de maneira mais contundente o território brasileiro, melhorando a inserção da periferia no mercado nacional e avançando sua participação no mercado internacional – sobretudo através da produção de *commodities* e semimanufaturados, cujos setores, como antes assinalado, foram privilegiados nas determinações do plano⁶⁷.

Essa desconcentração foi acompanhada por uma forte modernização conservadora⁶⁸ do campo, que, a partir dos anos 1960 e principalmente nos anos 1970, integra a indústria à agricultura de forma mais abrangente. O efeito disso, descrito por Graziano (1982. p. 29-30), é

⁶⁶ De liquidez disponível sob contratos de juros variáveis e níveis ascendentes após a primeira metade da década, exatamente quando o país crescia com base em forte endividamento externo. A partir de 1978, as medidas de Volcker nos Estados Unidos configurarão o propriamente denominado “choque de juros”.

⁶⁷ *A expansão extensiva e intensiva da fronteira agrícola e mineral se acelerou e, ao lado de outros fatores desconcentradores, determinou, ao longo do período 1970-1985, a montagem de vários sistemas localizados de produção e beneficiamento de commodities e a estruturação de espaço urbano-regionais de certo porte (...). Foram criados e reforçados esparsos pontos com alguma capacitação, embora, geralmente, com fraca articulação e complementaridade entre si.* (BRANDÃO, 2007, p.144).

⁶⁸ O que se pode ver no campo brasileiro é uma ‘modernização conservadora’ que privilegia algumas culturas e regiões assim como alguns tipos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades). Nunca uma transformação dinâmica, auto-sustentada; pelo contrário, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vinga pelo amparo do Estado (SILVA, 1982, p. 40)

que, apesar do aumento da produtividade, a modernização – financiada pelo crédito agrícola – resultou em concentração de terras e deterioração da renda do setor. Ademais, foi um processo que atingiu positivamente quase que exclusivamente as unidades de culturas de exportação ou transformação industrial, deixando em último plano as pequenas unidades agrícolas dedicadas majoritariamente a gêneros alimentícios de primeira necessidade.

A modernização conservadora do campo, por conseguinte, além de privilegiar uma classe específica de proprietários fundiários e de capitalistas, impôs a expulsão⁶⁹ de grande parte da população rural, configurando um forte movimento migratório com destino às cidades e proletarizando o trabalho no campo.

Segundo Goldman et all (1985)

Essas políticas (...) promoveram a capitalização dos processos de trabalho rurais e a mercantilização crescente da agricultura da pequena escala, acelerando a taxa de proletarização rural. Essas recentes tendências são encaradas como prova de uma rearticulação fundamental nas relações rural-urbano, caracterizando-se pela integração direta da agricultura à reprodução dos capitais industriais (p.32).

Tal padrão de transformação do campo junto aos fatores intrínsecos à necessidade de centralização das atividades no espaço⁷⁰ promoveu um aumento da urbanização e da concentração populacional, em especial no Sudeste⁷¹.

Nesse contexto, o sentido dos movimentos populacionais foi em direção às grandes cidades e às metrópoles, adensando as principais aglomerações urbanas do país⁷². Mesmo com a expansão da fronteira agrícola⁷³ e as tentativas de desconcentração populacional, esse desenho persiste até o final do período.

⁶⁹ A expulsão da população se dá, segundo Singer (1998) pelos fatores de modernização que [...] decorrem da introdução de relações de produção capitalista nestas áreas, a qual acarreta a expropriação dos camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego [...] (p37). E pelos fatores de estagnação que [...] se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários (p.37).

⁷⁰ Ver seção 1 – fatores que levam à concentração espacial das atividades industriais na cidade.

⁷¹ Segundo Camarano e Beltrão (2000, p.13), a concentração populacional na região Sudeste foi intensificada nos anos 70, localizando-se aí 46% do incremento nacional, todo ele nas áreas urbanas. Como coloca Singer (1998), o motor das migrações é o quadro de desigualdades regionais existentes no país e, nesse sentido, a concentração de população no Sudeste só pode ser entendida a partir dos fatores de expulsão que impeliram milhões de pessoas a se colocarem em movimento. O Nordeste se destaca como a região que expulsou mais população na época, 2,9 milhões entre 1970 e 1980 (BAENINGER, 1997, p.152).

⁷² O trabalho de Davidovich e Lima (1975) já mostra nessa época a preocupação com o estudo e entendimento da hierarquização e funcionalização dessas aglomerações, apontando para problemas como a suburbanização das áreas que contornavam as metrópoles; as cidades dormitórios; os diferentes níveis hierárquicos; etc.

⁷³ Principalmente do Paraná, a partir dos anos 1930; do Centro-Oeste nos anos 1940 e da Amazônia a partir de 1970.

Como mostra a tabela 6, entre 1940 e 1980 o percentual da população brasileira que habita as metrópoles praticamente dobrou:

Tabela 6- Parte das Regiões Metropolitanas
no Total da População Brasileira (%)

1940	14,98
1950	17,95
1960	21,72
1970	25,58
1980	28,93

Fonte: SANTOS, 2005, p.85

Cabe destacar que, em um quadro de heterogeneidade estrutural permanente, a desconcentração e a forte urbanização apresentaram ritmos diferentes em relação às distintas regiões do país. A migração aparece como uma forma de amortecimento da crise social, já que a economia e o emprego urbano deram conta de absorver pelo menos uma parte desse grande contingente de população itinerante no Brasil⁷⁴ (CANO, 2007).

Destarte, no período da desconcentração virtuosa, a rede urbana brasileira se torna mais complexa e consolida as transformações referentes ao processo de industrialização, ou seja, solidifica os movimentos de desruralização, metropolização e aglomeração urbana⁷⁵.

Isso significa que:

Multiplicam-se e diversificam-se as bases de operação das diversas frações de capital, numa “expansão horizontal” sobre as diversas regiões. Mas a economia e sociedade brasileiras, dando prosseguimento à sua genética capacidade de “semear cidades”, avançam em sofisticação nesse movimento. Implantam-se equipamentos urbanos de porte e serviços sofisticados, com a expansão

⁷⁴ (...), o elevado crescimento da renda, (...), e do emprego urbano na década de 1970 não só amorteceram o virtual desemprego, mas compensaram parte do arrocho da política salarial e postergaram mais uma vez a Reforma agrária. São Paulo foi a “Meca”, absorvendo 2,8 milhões de migrantes (dos quais 50% eram nordestinos, 22%, mineiros e 18% paranaenses) entre 1970 e 1980. Esse total compreendia 52% dos migrantes nacionais do decênio; a Amazônia, com o garimpo, a ZFM e a nova fronteira agrícola recebiam 12%; para o Rio de Janeiro e CO-DF dirigiram-se cerca de 10% para cada região; e para Brasília, outros 7% (CANO, 2007, p.198)

⁷⁵ A consolidação da industrialização dependente, no entanto, reforça os traços do que Quijano (1968) chamou de urbanização dependente, onde, *Al mismo tiempo que el aumento de la población de las ciudades industriales refuerza su atractivo, las características descritas del proceso de industrialización dependiente suponen una estructura tal del mercado de trabajo urbano que es totalmente imposible para las crecientes promociones migratorias y para las nuevas generaciones populares, nacidas en las mismas ciudades, incorporarse de manera estable y consistente en la estructura de roles y posiciones de la nueva sociedad urbana que emerge con la industrialización* (p.560)

generalizada do terciário, introjetando novos estilos de vida, padrões de consumo, formas de morar, de se deslocar etc. que requereram a construção de um urbano moderno ao longo da rede urbana, que avança em extensividade e intensificação de porte e complexidade. Também avança a articulação funcional físico-territorial entre as cidades e os espaços sub-regionais (BRANDÃO, 2007, p.138).

O sentido da concentração populacional, no entanto, não é unívoco e mostra como, com o desenvolvimento da periferia e a interiorização da indústria paulista, cresce não apenas São Paulo e Rio de Janeiro como também as metrópoles regionais e os aglomerados urbanos (em especial do interior paulista)⁷⁶.

O fim desse ciclo virtuoso deu-se, principalmente, devido às crises e mudanças internacionais – a partir dos choques do petróleo em 1973 e 1979, do aumento do déficit e da subida das taxas de juros norte-americanos, da ascensão do neoliberalismo e da terceira revolução industrial nos países centrais –, que não apenas afetavam ciclicamente a economia brasileira como também freavam as expectativas criadas no projeto de “Brasil Potência”⁷⁷. Mudanças tão radicais trouxeram para os países dependentes sérias conseqüências, em especial, crise da dívida⁷⁸ e a elevação da inflação. O Estado perde sua capacidade de inversão pela diminuição da liquidez e por assumir para si parte da dívida do setor privado (DAVIDOFF CRUZ, 1983). O processo de estatização da dívida além de comprometer o montante dos novos investimentos, também acabou por sucatear as empresas estatais que integraram desde cedo a política econômica desenvolvimentista do governo ditatorial.

Portanto, apesar de na década de 1980 podermos sentir os efeitos positivos oriundos da maturação dos investimentos realizados na década anterior, o perfil da economia e da desconcentração produtiva regional mudam radicalmente, inaugurando o que Cano (2007) chamou de período da “desconcentração espúria”, que vai de 1980 até 2005. Este foi

⁷⁶ A urbanização do Brasil implicou numa elevada concentração geográfica de atividades e de população. Os dados de 1980 mostram claramente que não se trata apenas do crescimento de áreas metropolitanas dos grandes centros nacionais e regionais. Entre 1970 e 1980, o Brasil experimentou um crescimento anual na ordem de 2,5%, enquanto a área metropolitana de Curitiba cresceu 5,8% ao ano, e de Belo Horizonte 4,5%, e de São Paulo 4,4%; mas, no estado de São Paulo, por exemplo, as taxas mais elevadas de crescimento populacional no decênio pertencem a aglomerações urbanas como Americana (7,4%), Campinas (6,6%), São José dos Campos – Jacareí (6,3%), Jundiaí (5,2%), todas localizadas no chamado ‘entorno’ da região metropolitana de São Paulo (GEIGER, 1985, p.2 APUD, SANTOS, 2005).

⁷⁷Essas expectativas foram frustradas, principalmente devido ao desinteresse do setor privado brasileiro e à impossibilidade de manutenção do financiamento de um grande projeto pelo Estado (fôlego esgotado) e com recursos externos muito caros e indisponibilizados pelos bancos internacionais.

⁷⁸ Davidoff (1983) destaca os seguintes efeitos perniciosos: diminuição do investimento público e privado, baixo crescimento, crise do balanço de pagamentos, corte no crédito interno, elevação da dívida interna e externa e aprofundamento das crises fiscais e financeiras do Estado.

caracterizado, de modo geral, pelo baixo crescimento, debilitação da indústria – inclusive gerando um debate sobre a desindustrialização do país –, reformas fiscais e financeiras no sentido da liberalização dos mercados, hiperinflação e desestruturação da economia nacional.

Como destaca Macedo (2010),

Do ponto de vista territorial, a almejada desconcentração produtiva que se iniciou no final dos anos sessenta e inícios dos setenta (e ganha impulso a partir do II PND), perde a característica virtuosa que foi, em parte, consequência da integração do mercado nacional e torna-se, cada vez mais, reflexo das forças de mercado e da ausência de políticas regionais de desenvolvimento, descolando-se de qualquer perspectiva de constituição de um projeto nacional com equidade territorial.

Especificamente entre os anos de 1980 e 1989 o crescimento do PIB brasileiro é de 2,2%, enquanto na década anterior havia sido de 8,7%⁷⁹. Concomitante houve uma diminuição da participação de São Paulo nesse crescimento, já que, pelos efeitos da crise, o centro foi afetado com mais vigor do que a periferia, que também cresceu a taxas medíocres; isso levou a uma desconcentração mais de caráter estatístico do que uma resultante da ampliação e diversificação da produção (CANO, 2007, p.25). Entre os setores, que de modo geral foram fortemente prejudicados, os que tiveram desempenho relativamente melhor estavam vinculados às exportações, que no momento eram estimuladas na tentativa de abrandar os grandes volumes de recursos necessários ao pagamento da estratosférica dívida externa.

Os anos 1990 inauguram o período em que foi sedimentado o neoliberalismo no país. Mesmo que com atraso em relação aos países centrais, às economias pós-comunistas e alguns países da América Latina, as reformas na direção da liberalização e mudança do papel do Estado também implicaram – como foi o caso geral dos países periféricos – uma submissão à nova ordem traduzida nos princípios do Consenso de Washington⁸⁰. Esse receituário estava ancorado

⁷⁹ Para mais informações sobre o crescimento das regiões e dos setores da economia brasileira ver Cano (2007).

⁸⁰ Como mostra Parry Anderson (1995), essas mudanças se colocaram – através do pensamento neoliberal de Hayek e seus seguidores – como necessárias a partir da crise do modelo econômico do pós-guerra. Elas tinham como condicionantes o fim da regulamentação da economia, traduzida não apenas na liberalização dos mercados como também na necessidade de enfraquecimento da rigidez que os sindicatos impunham ao livre funcionamento do mercado. Nas suas palavras: *O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas pouco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa "natural" de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas, então às voltas com uma estagflação, resultado direto dos legados combinados de Keynes e de Beveridge, ou seja, a intervenção anticíclica e a redistribuição social, as quais haviam tão*

na necessidade conjunta de acumulação via capital financeiro, o que demandava o fim das “fronteiras” para sua circulação; e via capital produtivo, que atendia à necessidade das grandes empresas em reestruturar a produção e aumentar a taxa de mais valia apropriada.

A expansão geográfica desse processo, na direção de globalizar a produção, também exigia homogeneizar as bases da circulação do capital, ou seja, era necessário, além de criar condições de produção diferenciadas entre os países, estabilizar monetariamente suas economias para que, dessa forma, fosse possível dar “condições mínimas para o funcionamento do cálculo e da racionalidade capitalistas”. Além disso, o controle da inflação significava, internamente, o fim da corrosão das rendas monetárias e a possibilidade de, diante do cenário de estabilidade, realizar investimentos no país.

Ficou a cargo do Estado perseguir a estabilização monetária a todo custo e, com o Plano Real em 1994, a inflação atinge patamares mais baixos. O “a todo custo” significou um amplo endividamento externo e interno, déficits no balanço de pagamentos – dada a valorização cambial para sustentar o plano – e a sustentação a baixos níveis, ao contrário do que se pregava, dos investimentos público e privado:

O investimento não retoma seus antigos elevados patamares: o público, porque não há nem política de desenvolvimento, nem, muito menos recursos, haja vista que o montante dos juros se agigantou no orçamento público; e b) o privado dada a incerteza do movimento da economia e os elevados juros internos (CANO, 2007, p.30).

Diante disso, o crescimento da economia a partir de 1989 continuou sendo medíocre – até 2004 apresentou média de 2,4%⁸¹. Em paralelo houve uma aparente desconcentração, já que o PIB paulista cresceu a taxas menores que o brasileiro (1,8%). Isso se explica também pelo fato de que, no período, o setor da indústria de transformação teve uma significativa queda de participação no PIB setorial do país, atingindo mais fortemente, portanto, a unidade federada mais industrializada.

Ainda, vale para esse longo período o incremento da participação do setor primário, da indústria extrativa e do terciário⁸², os dois primeiros ligados à estrutura da pauta brasileira de

desastrosamente deformado o curso normal da acumulação e do livre mercado. O crescimento retornaria quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos. (p.1)

⁸¹ Cabe lembrar que isso não ocorreu de forma homogênea, onde em quatro dos dezesseis anos o PIB cresceu pouco acima de 4%, em dois desses anos foi negativo e nos outros quatro foram menores que 1%. (CANO, 2007, p.30).

⁸² Ver Cano (2007, p.31) para dados da estrutura setorial do PIB que apontam essa direção.

exportações. Em que pese tal desempenho, o crescimento das importações foi de 203%, enquanto das exportações foi de apenas 69%. Apenas a partir de 2002, com o “efeito China”, é que as exportações passariam a crescer de forma mais expressiva, resultando em relativo crescimento econômico. Aspecto importante ligado ao aumento da participação do terciário no produto é a especialização regressiva da economia brasileira: uma industrialização incompleta e um terciário heterogêneo.

Diante dessas condições o padrão demográfico sofre relevantes mudanças, tendo como características marcantes a diminuição da fecundidade; por um lado, o arrefecimento do crescimento e das migrações destinadas às metrópoles – principalmente São Paulo –, por outro, o crescimento das cidades médias, com considerável adensamento da rede urbana nacional. Apesar disso, cabe ressaltar o forte crescimento das áreas periféricas às metrópoles em comparação ao município sede, o que revela, a despeito da diminuição do crescimento metropolitano, um aumento significativo da periferização⁸³.

Além disso, a partir das mudanças no padrão de acumulação e articulação com a economia internacional,

(...) a desconcentração demográfica acena para uma configuração territorial do país muito mais complexa e heterogênea, com o sistema de cidades apresentando duas características que se acentuam: do ponto de vista interurbano, a rede urbana se complexifica pelo surgimento de aglomerações que passam a exercer centralidade em áreas pouco adensadas anteriormente, aumentando sua integração. (...) Por outro lado, núcleos urbanos com dinamismo econômico acima da média nacional passam a articular-se com mais intensidade com o exterior, tensionando elos da rede urbana, pois os centros de decisão que a ordenam se encontram no exterior e não no território nacional, numa verdadeira articulação local-global, com potencial desenvolvimento de forças centrífugas fragmentadoras que derivam diretamente da ação de *global players* privados (MACEDO, 2010, p. 53).

Ainda segundo Macedo (2010), essa desconcentração não significa uma melhora do quadro urbano; nem das metrópoles, nem das cidades médias, já que os principais problemas das primeiras áreas se reproduzem nas segundas (carência de infra-estrutura urbana, violência, periferização, segregação, etc. “indicando que a ocupação e reordenamento territoriais reproduziram os mesmos problemas sócio-ambientais verificados alhures no país” (MACEDO, 2010, p. 53).

⁸³ Segundo Beaninger (1998, p.747) *Nos anos 80 evidenciou-se que, a par desse processo de desconcentração populacional, embora as sedes metropolitanas tenham registrado acréscimos em suas taxas de crescimento populacional, o processo de periferização intensificou-se, no qual a periferia das áreas metropolitanas continuaram exibindo taxas elevadas e superiores às de seu núcleo.*

2.2. Santa Catarina no período da desconcentração produtiva regional: breve introdução.

Santa Catarina participa da economia nacional como um estado eminentemente industrial. Como já ficou colocado no capítulo anterior, sua economia integra-se definitivamente à dinâmica nacional comandada por São Paulo nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial. Seu padrão de crescimento até então era baseado na pequena propriedade e na produção dos setores tradicionais (alimentos, tecidos, madeira etc.). No decorrer dos anos 1960, no entanto, são gestadas as condições para uma significativa mudança que desenharia o espaço catarinense a partir da dinâmica do capital industrial mais moderno e diversificado, que se consolidou nos anos 1970 – sob a égide do processo da desconcentração virtuosa da economia brasileira.

Além da modernização dos setores tradicionais e a diversificação da produção (com a indústria cerâmica, eletro-metal-mecânica, etc.), a concentração e centralização do capital fizeram com que o processo de acumulação fosse comandado, na sua maioria, por grandes firmas⁸⁴ que, junto ao governo nacional e estadual, obtiveram condições materiais para a expansão e distribuição da produção.

O crescimento do setor industrial na participação do PIB estadual entre 1970 e 1980 é reflexo dessas transformações e pode ser observado na tabela 7.

Tabela 7 - Participação dos setores no PIB estadual (%)

	Indústria	Serviços	Agropecuária
1970	30,5	44,3	25,2
1980	50,2	33,4	16,4
1990	40,8	37,4	12,8
2000	45,0	34,8	12,7
2006	30,2	51,3	6,1

Fonte: Dados Brutos - IBGE; ipeadata - acesso em 13/11/2010

⁸⁴ *Do ponto de vista das forças endógenas, não foi a pulverização do capital que consolidou e integrou a indústria e a agroindústria catarinense e sim o processo de concentração e centralização de capital. O grande capital concentrado nas mãos de poucos grupos empresariais tem uma capacidade de alavancagem financeira e tecnológica muito maior do que um conjunto de micro e pequenas empresas* (GOULARTI FILHO, 2007, p. 186)

Nos anos 1980 e 1990 Santa Catarina encontra-se “na contramão do crescimento”, apresentando taxas maiores que as nacionais. Tal fato vincula-se às adequações da economia catarinense⁸⁵, cuja formação permitiu uma crescente e diversificada participação nos mercados nacional e externo durante a crise. No entanto, cabe ressaltar também que, em alguma medida, esse desempenho deve ser relativizado. Isso porque a base de comparação – principalmente com o centro dinâmico mais industrializado do país – era a de um contexto recessivo generalizado.

O setor industrial, paulatinamente, perde participação em relação ao PIB, mas, durante os anos 2000, a queda é mais abrupta, o que ocasionou também um forte aumento da participação do setor de serviços⁸⁶. Tais evidências, por um lado, revelam a reestruturação produtiva sofrida nesse período, que ampliou a participação dos serviços através das terceirizações, subcontratações, etc. – ligados à produção industrial; e, por outro lado, refletem a reafirmação, em novo contexto histórico, das especificidades do setor terciário dos países subdesenvolvidos, ou seja, serviços associados aos baixos salários e pior qualificação da força de trabalho.

Acentuou-se anteriormente que o período da desconcentração espúria colocou para as unidades federadas um marco macroinstitucional desfavorável ao crescimento industrial. Em um primeiro momento, levou à modernização através de estratégias de simplificação de produtos e processos; e, em um segundo momento, conduziu a uma modernização baseada na importação de equipamento e insumos (CÁRIO e FERNANDES, 2010, p. 207). O resultado disso para o país foi uma desindustrialização relativa, como apontou documento elaborado pelo IEDI (2005).

Santa Catarina não fugiu desse padrão, principalmente a partir do início do século XXI, quando a participação da indústria diminui e a do terciário aumenta (tabela 7), sem que com isso tenha aumentado de forma significativa a parcela dos serviços que dão maiores impulsos à dinâmica econômica⁸⁷. Ainda assim, um exame mais acurado sobre os principais setores da

⁸⁵85 Cário e Fernandes (2010, p. 203) apontam que nos anos 1990 há um impulso à reestruturação dos setores produtivos de Santa Catarina. Para eles, a adequação ocorreu através da adoção de técnicas de gestão modernas – acumulação flexível; de uma modernização dos equipamentos – através da importação de fornecedores internacionais especializados; e por estratégias de diferenciação do produto, buscando melhores posições no mercado. Essa capacidade é somada à presença de uma infra-estrutura tecnológica (laboratórios, equipamentos, pessoal, P&D, etc.) na maioria dos setores. Apesar disso, ainda há atividades em que essa infra-estrutura é precária, principalmente nos setores de plásticos descartáveis (Criciúma); calçados (Tijucas) e papel e celulose (Lages).

⁸⁶86 Sobre isso há que destacar a mudança de metodologia nas Contas Nacionais que teve como resultado a revisão da participação setorial do PIB que, de modo geral, mostrou um aumento do setor de serviços em detrimento do setor industrial para o Brasil.

⁸⁷87 *Em Santa Catarina, a matriz das contribuições dos tipos de serviços prestados apresenta, num primeiro momento, o crescimento dos valores monetários atualizados atribuídos à administração pública, à administração imobiliária, à intermediação financeira e outros, cuja representatividade alcançou 56,5% em 2005. Assim, cerca de pouco mais da metade do valor agregado se refere a atividades consideradas de impacto reduzido na dinâmica econômica, pois os efeitos provocados,*

economia catarinense se faz necessário, pois a qualificação da modernização da indústria e da agricultura e dos principais rebatimentos dessa dinâmica sobre o espaço e a rede urbana catarinense permitirá entender melhor o que ocorreu durante os anos da desconcentração regional virtuosa e espúria. Desta forma, a análise a seguir abarca os principais processos em relação á agricultura, à agroindústria e à indústria de transformação, que dinamizam grande parte da estrutura econômica regional.

2.3 A agricultura e a agroindústria catarinense diante da desconcentração produtiva regional 1970 – 2005:

2.3.1 Transformações da desconcentração virtuosa: 1970-1980

No âmbito periférico, Santa Catarina apresenta um aumento crescente na participação do PIB brasileiro. Conforme a tabela 5, entre 1970 e 1980 o estado tem um ganho de 0,5% na participação nacional que somado aos ganhos de outros estados caracterizou a desconcentração produtiva regional. Além disso, a convergência da renda média por habitante também mostra a dimensão de movimento, sendo que a diferença entre os estados que concentravam maior parte da produção industrial (SP, RJ) e os demais diminui consideravelmente⁸⁸; Santa Catarina sai de uma posição abaixo da renda média nacional (com índice de 88) e vai para uma posição superior (índice de 109) durante a década.

Para o setor agroindustrial os anos de 1970 foram de intenso crescimento. Os estados do Sul do país passaram por um notável ciclo de investimentos, principalmente nos setores de aves, suínos e soja, ganhando forte projeção na economia nacional. Tal processo foi respaldado pela crescente demanda urbano-industrial por alimentos, cujo perfil, a partir da mudança dos hábitos alimentares, ampliava a necessidade de produtos ligados à gordura vegetal e às proteínas – carnes (PERTILE, 2008, p.125).

para frente e para trás, pelo seu exercício, não dinamizam em grande proporção o sistema econômico, ainda que sejam consideradas importantes para a sociedade em geral (CÁRIO e FERNANDES, 2010, p. 211).

⁸⁸ Para dados específicos consultar Cano (2007, p.50).

A tabela 8 mostra a participação das unidades federadas selecionadas no PIB agropecuário nacional. Nos estados sulinos destaca-se o aumento da participação do Paraná⁸⁹ e Santa Catarina durante os primeiros anos da desconcentração, enquanto o Rio Grande do Sul tem significativa perda. A expansão da fronteira agrícola inicialmente para o Centro-Oeste e posteriormente ao Norte também fez com que essas regiões ganhassem participação ao largo do período.

Tabela 8 - PIB Agropecuário: participação regional (%) 1939 – 2004

	1970	1980	1985	1989	1995	2000	2004
NO*	4,1	5,0	5,8	10,9	8,6	7,7	6,9
NE	20,9	19,5	20,4	19,4	19,2	16,4	14,3
MG	11,9	16,3	14,7	14,9	11,3	10,9	8,7
ES	1,9	2,1	3,0	2,5	1,9	2,1	0,9
RJ	2,4	2,0	1,4	1,7	1,4	1,2	0,8
SP	18,0	14,2	18,0	14,4	21,5	18,2	21,3
PR	12,1	11,7	12,7	8,5	6,4	10,9	12,0
SC	5,4	5,2	5,2	8,1	6,3	7,1	5,7
RS	15,9	12,6	11,3	13,4	13,9	12,5	14,1
CO*	7,4	11,4	7,5	6,1	9,6	13,0	15,3
DF	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1

Fonte: FGV (1970-1980); IBGE-CR (1985-2004). Apud CANO (2007, p.79)

*NO: inclui TO a partir de 1990.

*CO: inclui TO em 1939-1985; exclui DF.

Para Santa Catarina, o supracitado aumento do consumo nos centros urbanos significou uma expansão do mercado de alimentos, com rebatimentos na produção de arroz, frutas, etc; e a dinamização do complexo agroindustrial de fumo e de carnes – que incluía a produção de milho, soja, máquinas e equipamentos.

No decorrer dos anos 1960 e início dos anos 1970 destaca-se, no caso da suinocultura, o decréscimo na utilização da banha⁹⁰ – substituída por óleos vegetais – que fez com que a produção passasse a se ocupar mais da criação para o abate, ou seja, para a produção de carnes. Cano (2007) chama a atenção para o baixo crescimento do efetivo de suínos no Brasil entre 1970 e 1980, o que pode ser observado na tabela 9. Ele alega que, de um lado, a “peste suína” diminuiu a demanda externa e parte da demanda interna por esse tipo de carne e, de outro, a partir da

⁸⁹ Sobre o processo de desconcentração regional produtiva no estado do Paraná ver FUNARI (2009).

⁹⁰ Como assinalado anteriormente, a banha foi um dos produtos de exportação de Santa Catarina no período da Concentração da Indústria e permitiu a realização de uma acumulação que contribuiu para a formação dos frigoríficos no estado.

modernização da produção e elevação da produtividade, o ciclo de produção seria mais curto, diminuindo a necessidade de um rebanho tão grande.

Essa condição também mostra como Santa Catarina ganha importância na produção, já que apresenta a variação do efetivo mais relevante do período⁹¹, de quase 24%. Isso se nota também no aumento da participação do estado no total de suínos do Brasil que passa de 10% para 12% - dados da tabela 9 – no contexto da retração do crescimento do rebanho.

Tabela 9- Participação das Unidades Territoriais (UT) e Variação do efetivo de suínos entre 1970 e 2006 (%)

Unidades territoriais	Participação UT/BR					Variação do efetivo			
	1970	1980	1985	1995	2006	70/80	80/85	85/95	95/2006
Brasil	100	100	100	100	100	3,5	-6,6	-8,8	12,1
Norte	2,9	5,7	8,4	7,9	5,1	104,1	38,0	-13,8	-27,6
Nordeste	22,5	22,5	25,8	22,9	12,6	3,3	7,5	-19,2	-38,0
Sudeste	18,4	17,8	18,4	16,2	16,8	0,4	-3,7	-19,8	16,4
Centro-Oeste	8,0	8,1	8,4	8,1	11,8	5,8	-4,1	-11,6	62,7
Paraná	19,7	17,3	14,7	14,5	14,7	-9,1	-20,7	-10,2	13,5
Santa Catarina	10,0	11,9	10,5	16,3	21,1	23,9	-18,3	42,4	44,8
Rio Grande do Sul	18,6	16,6	13,9	14,1	18,0	-7,3	-22,1	-6,9	42,6

Fonte: elaboração a partir de IBGE - Censos Agropecuários 1970, 1980, 1995 e 2006.

No caso da produção de frango houve uma revolução técnica e econômica que barateou sobremodo o consumo, tornando-se assim uma carne de fácil entrada nos mercados. A tecnificação da produção significou diminuição no tempo de engorda e abate e uma forte ampliação da produção. Os dados da tabela 10 corroboram essa afirmação mostrando que a participação de Santa Catarina no efetivo do Brasil praticamente dobra, crescendo de aproximadamente 244%.

Em Santa Catarina a modernização – que contou com forte apoio estatal⁹² do crédito rural e de exportações e de instituições científicas de pesquisa – estabeleceu uma estrutura verticalmente integrada, que alcançava desde a produção de insumos e a industrialização das carnes até a distribuição e comercialização dos produtos. Cabe ressaltar também que, mesmo com

⁹¹ A grande variação sofrida pela região Norte não é tão significativa em termos absolutos para dinâmica da produção de suínos, pois esta região representava apenas 5,7% do total do efetivo, enquanto Santa Catarina sozinha apresentava 12,0%.

⁹² Mussoi (2003) destaca a concepção desenvolvimentista centralizadora e hierarquizada que norteou a atuação do Estado sobre a agricultura catarinense. Em conformidade com a política nacional, o governo de Santa Catarina pregava forte modernização, principalmente via crédito rural e ajuda técnico-científica, com a criação da EPAGRI

essa modernização, a estrutura de fornecimento de animais estava ligada à pequena propriedade, pautada na relação perversa de integração entre as grandes empresas e os pequenos produtores.

Tabela 10 – Participação das Unidades Territoriais (UT) e Variação do efetivo de aves entre 1970 e 2006 (%)

Unidades territoriais	Participação UT/BR					Variação do efetivo			
	1970	1980	1985	1995	2006	70/80	80/85	85/95	95/2006
Brasil	100	100	100	100	100	93,4	5,7	64,5	95,0
Norte	3,5	3,4	4,2	3,8	2,2	88,8	31,2	49,8	11,0
Nordeste	17,0	15,7	18,0	14,3	8,6	78,5	21,2	31,3	16,8
Sudeste	42,0	41,0	33,8	36,9	31,2	88,8	-12,8	79,5	65,0
Centro-Oeste	5,7	4,4	4,7	6,0	12,1	50,0	11,1	111,6	291,9
Paraná	12,3	11,1	13,2	13,1	20,4	74,9	25,2	64,3	203,4
Santa Catarina	5,9	10,6	12,4	11,9	15,4	244,1	23,7	58,3	152,9
Rio Grande do Sul	13,7	13,9	13,9	13,9	10,1	96,7	5,6	65,2	41,4

Fonte: elaboração a partir de IBGE - Censos Agropecuários 1970, 1980, 1995 e 2006.

As agroindústrias catarinenses, nesse contexto de amplo crescimento e alavancagem industrial pelas políticas governamentais, aumentaram sobremaneira os investimentos produtivos, inclusive implantando e incorporando – no processo de centralização de capital – novos frigoríficos em outros estados brasileiros⁹³. Era uma estratégia de diversificação da produção, aproximação dos mercados e do fornecimento de matérias-primas (como no caso do Centro-Oeste que apresentava forte expansão do cultivo de soja, ganhando participação no cenário nacional de 10,5% entre 1970 e 1980).

Nesse sentido,

A política de investimento constante de lucros, via recursos próprios e capitais baratos de terceiros (venda de ações), nos setores de frigorificação de carnes e moagem de grãos, somada à diversificação produtiva – diferentemente dos frigoríficos nacionais e multinacionais instalados no Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná – possibilitou aos frigoríficos catarinenses iniciarem o seu processo de expansão setorial e territorial a partir do início da década de 60. Verificou-se, então, um processo de desdobramento espacial através de centralização/concentração de capital (ESPÍNDOLA, 1999, p. 49).

⁹³ Sobre isso ver Espíndola (1999 p. 40-41) que descreve os principais investimentos dos grandes grupos agroindustriais catarinenses fora de seu território. Os estados que, de modo geral, receberam esses investimentos, foram São Paulo, Mato Grosso, Mato grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul.

Em relação à produção vegetal, segundo o ITEP (1980) com base nos dados do ICEPA, o produto com maior participação no VBP agrícola estadual até 1977 era o milho, com 21,89% do total. Foi um produto amplamente cultivado desde a colonização que, conforme considerações anteriores, estava fortemente ligada à expansão da fronteira agrícola do Rio Grande do Sul. Isso fez com que a maior parte do milho fosse produzida em pequenas propriedades, com menos de 50 hectares – traço comum da região.

O crescimento de sua produção e da produtividade do cultivo a partir da industrialização está fortemente atrelado ao desenvolvimento da agroindústria de aves e suínos, que tem no milho insumo fundamental para a fabricação da ração. É por esse motivo que a maior parte do milho é consumida internamente e, segundo o ITEP (1980) 63% do volume produzido permaneceu no estabelecimento que, geralmente, também se ocupava da avicultura ou suinocultura. Apenas o excedente era comercializado e, desse excedente, 90% era vendido dentro da região produtora.

Segundo a tabela 11, a participação de Santa Catarina na produção nacional de milho aumenta de 9,4% para 12,8% durante a década de 1970 e a de suínos e aves apresentam (tabelas 9 e 10) um aumento de 10% para 12% e 6% para 10,6% respectivamente, corroborando a idéia de que o dinamismo da agroindústria de carnes puxa também a produção de insumos como o milho.

Tabela 11 - Participação dos principais produtos vegetais de Santa Catarina no Total do Brasil e Variação da Produção 1970/2006 (%)

Cultura	Participação				Variação da produção		
	1970	1980	1995	2006	70/80	80/95	95/06
Arroz	3,45	3,06	6,18	8,96	36,1	101,0	70,1
Feijão	5,37	7,36	11,34	0,05	56,5	29,0	-99,0
Fumo	26,72	38,92	36,18	27,64	117,1	28,6	87,7
Mandioca	12,76	9,07	4,74	3,71	-46,1	-57,0	38,5
Milho	9,38	12,84	9,04	9,72	68,5	14,2	78,3
Soja	3,08	4,15	1,90	1,75	810,9	-22,8	74,7
Trigo	4,67	0,33	3,12	4,33	-91,0	461,2	118,3

Fonte: Elaborado a partir de IBGE - Censos Agropecuários 1970, 1980, 1995 e 2006

Outra cultura que cresce consideravelmente no período é a soja, mas, apesar disso, sua participação no total da produção do país não apresenta grande expansão saindo de 3,08% para

4,15% na década. Ainda segundo o ITEP (1980) o crescimento do cultivo não consorciado⁹⁴ se dá em consonância ao aumento da produção em todo o país e devido ao aumento da produtividade⁹⁵ através da utilização de máquinas e implementos agrícolas. O mesmo estudo aponta que, por sua maior rentabilidade, a soja vai, ao longo do tempo, ocupando o lugar da produção de trigo, que decaiu consideravelmente na década, conforme a tabela 11. Cerca de 80% da comercialização da soja teve como destino o mercado interno, principalmente as indústrias de beneficiamento, enquanto aproximadamente 20% destinou-se ao exterior.

O fumo também é um produto importante da participação de Santa Catarina em termos da produção nacional, chegando a quase 40% em 1980 (ver Tabela 11). É uma cultura vinculada à agroindústria, através dos contratos entre os pequenos produtores e as companhias manufatureiras. Constitui-se relação similar à integração da agroindústria de carnes, onde o produtor compra os insumos, contrata a assistência técnica e crédito das grandes empresas e produz diretamente para elas, fazendo com que o risco de perda das safras esteja voltado, predominantemente, para o produtor. Dessa forma, a grande empresa controla não apenas a qualidade de sua matéria prima como também condiciona a comercialização de maneira oligopsônica.

As demais culturas de arroz, feijão e mandioca, como são alimentos de primeira necessidade seguiram a lógica de atender o mercado interno que se urbanizava⁹⁶. Além disso, a constante necessidade de diminuir o valor da força de trabalho fez com que essas culturas fossem, em alguma medida, alvo de ações para o barateamento e o aumento da produtividade⁹⁷. A tabela 11 mostra a dinâmica dessas culturas para o estado e reitera o papel que Santa Catarina, junto a todo Sul do país, desempenhou no fornecimento de alimentos para o restante do Brasil no período da desconcentração virtuosa.

⁹⁴ No início o cultivo da soja era feito consorciado com o milho. Isso foi sendo abandonado com o tempo, principalmente pelo dinamismo que a cultura ganha em todo o país.

⁹⁵ Esse aumento de produtividade era essencial para ampliação da cultura, já que a fronteira agrícola se esgotava e o cultivo extensivo não seria mais possível.

⁹⁶ A comercialização desses produtos é esquematizada pelo ITEP (1980) da seguinte maneira: na produção de arroz, 27% é consumido internamente, enquanto 73% vai, principalmente, para São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Ponta Grossa; no caso do feijão a maior parcela permanece no estado – mais de 50% – e a outra parte é comercializada principalmente com São Paulo e Rio de Janeiro; por fim, a comercialização da mandioca é destinada ao consumo interno nas unidades e às indústrias do estado e do restante do país para a produção de farinha e fécula, sendo pequena parte dela exportada.

⁹⁷ Para o caso específico do arroz catarinense, Medeiros (2006), destaca o papel do aumento do crédito para a produção e o controle de preços como fatos importantes do condicionamento da produção estadual. Para ele, em Santa Catarina, o aumento da produtividade foi o fator mais importante na expansão da produção, ao contrário do Rio Grande do Sul, que tinha na extensividade sua base de crescimento. É também da década de 1970 o aumento da produção no centro-oeste, ocasionada pela expansão da fronteira e com vistas no mercado do Sudeste. Santa Catarina é, historicamente, fornecedora de arroz para o mercado interno, condição que será abalada apenas nos anos 1990 com a abertura econômica, e a grande importação de arroz pelo país.

2.3.2 Transformações da desconcentração espúria: 1980-2005

O período da desconcentração espúria veio com uma série de transformações institucionais, as quais mudaram não apenas as taxas de crescimento como também contribuíram para que o Brasil e Santa Catarina ingressassem em um novo padrão de acumulação. Essas transformações, do ponto de vista do setor primário e agroindustrial, implicaram a diminuição drástica do crédito agrícola e dos subsídios para a produção. Segundo Cano (2007), para o período entre 1980 e 1989:

Os estímulos que restaram ao setor foram, de um lado, as desvalorizações cambiais, que contornaram parte da perda dos preços externos, e, de outro, a reestruturação produtiva que sofreu. Essa reestruturação se fez com alta introjeção de progresso técnico, intensificando o uso de fertilizantes e agrotóxicos, notadamente nas culturas exportáveis e na cana. Com isso, elevou-se a produtividade e conteve-se a expansão da área cultivada, continuando a substituição de áreas com cultivos menos rentáveis (em geral alimentos simples, que continuaram a sofrer deslocamentos para a periferia e para a fronteira agrícola). No período, os mais expressivos aumentos se deram na cana para produção de álcool, na soja, milho e na laranja, estas últimas, basicamente exportadoras (p.80).

No momento posterior, caracterizado como neoliberal, tais transformações se aprofundam com o agravamento do quadro geral das condições de produção. Isso ocorre pela hiperinflação, abertura comercial do início dos anos 1990, pela valorização cambial e liberalização das importações no final da década. A enxurrada de importáveis (algodão, trigo, arroz, leite) prejudicou a produção interna, enquanto para os exportáveis (soja, café, carnes) a valorização tornava os produtos brasileiros menos competitivos.

Ainda assim, ao contrário de outros setores, a produção de bens de consumo não duráveis apresentou um crescimento acima da média. A produção de alimentos contribuiu significativamente para esse cenário, incentivado também pelo esforço exportador. Eis que Santa Catarina acompanha tais mudanças consolidando sua participação na divisão do trabalho nacional como forte produtora de suínos e aves, destacando-se também na produção de milho e arroz⁹⁸. As

⁹⁸ No caso do arroz, como destaca Medeiros (2006, p.205), os estímulos destinados às culturas exportáveis – em especial a soja – levaram a uma diminuição da produção nas regiões do Centro-Oeste, Paraná, São Paulo (entre 1980 e 1995, segundo dados tabulados dos Censos Agropecuários, as participações diminuíam: de 33% para 11% no CO; de 4% para menos de 1% em SP; e de aproximadamente 3% para 1,7% em São Paulo), dando a possibilidade para o arroz catarinense e gaúcho preencherem essa lacuna no mercado.

tabelas 9 e 10 mostram como evolui a participação do estado no efetivo de animais em termos nacionais e também a variação desse efetivo entre 1980 e 2006.

A impossibilidade de traçar um panorama geral da década de 1980 é resultado dos anos em que os Censos foram realizados, dificultando, assim, a análise inteiramente compatível com a periodização adotada. No entanto, como traço geral pode-se notar o crescimento de ambos os produtos e um aumento da participação durante o grande período de 1980 até 1995. O aumento não é maior porque, como já destacado, a modernização deu conta de reduzir o tempo de engorda e a necessidade de rebanhos muito maiores.

Outro importante fator que dinamizou muito a agroindústria do estado foi a entrada no mercado exterior. É desde a década de 1970 que as exportações ganham participação, mas nos anos 1980 as exportações de bens primários crescem aproximadamente 10%, sendo que as de aves congeladas saem de 1,6% e chegam a 11% do total dos bens primários⁹⁹. Principalmente no início da década esse crescimento se acentua, mostrando como o setor contribui para que o estado estivesse na “contramão da recessão”.

Mesmo que tenha havido um crescimento sustentado da suinocultura e avicultura – com aumento do número de integrados para quase toda a década de 1980 – não se pode dizer que os efeitos da crise não incidiram sobre os complexos agroindustriais, que tiveram que buscar novas formas de diminuir custos e de financiamento, além de uma mudança na estrutura de mercado:

[Nos anos 1980] O grau de integração vertical e a diversificação se ampliaram, levando à maior oligopolização da indústria. Nesse sentido, a lógica concorrencial se inverteu: ao invés de travar-se entre todas as firmas que compõem a indústria, ela se estabelece entre as líderes, buscando ampliação no mercado nacional e internacional. Já as pequenas sobrevivem atendendo o mercado regional (ESPÍNDOLA, 2002, p.201).

Apesar do cenário dos anos 1990 ter seguido a mesma direção em termos de desempenho setorial¹⁰⁰, há que se atentar para as mudanças de ordem qualitativa e também para as formas de ajuste que a agropecuária e a agroindústria sofreram no período. Goularti Filho (2002) destaca a desnacionalização parcial do complexo agroindustrial que se dá concomitantemente à diminuição no número de integrados à suinocultura e readaptação dos avicultores na produção.

⁹⁹ Dado apresentada por CUNHA (1992).

¹⁰⁰ Cano adverte que os dados sobre a participação dos estados no PIB agropecuário brasileiro a partir dos anos 1990 não explica de maneira satisfatória a dinâmica do setor, uma vez que apresenta resultados contraditórios com as Contas Regionais e incoerentes com o que, posteriormente, se analisou do período. (CANO, 2007, p.125).

No geral, o número de integrados à Aurora, Sadia, Perdigão e Chapecó, cai de 36.050 em 1990 para 22.198 em 1999. No caso dos suinocultores essa redução é gritante, com mais de 65% de decréscimo na Sadia e 33% na Aurora. Em contraposição, houve significativo aumento da produtividade que, no caso da Aurora passa de 6,5 matizes por propriedade para 14,34 – quase 120%¹⁰¹. Isso também pode ser visto pelas tabelas 9 e 10 que mostram o aumento no efetivo de aves e suínos, o qual - mesmo menor do que nos anos anteriores - ainda é bastante alto.

O aumento das exigências técnicas, que acompanhou todo o desenvolvimento do setor, pautou também o processo de reestruturação. Os investimentos foram principalmente na compra de novos equipamentos, melhoramento da matéria prima, relacionamento fornecedor cliente, redução de custos, entre outras¹⁰².

Segundo Espíndola (2002),

É mister salientar que muitos desses novos equipamentos e máquinas que estão sendo introduzidos no sistema produtivo agroindustrial de carne do Sul do Brasil são de origem nacional (Semil, High Tech, RM Indústria e Comércio, etc.). Entretanto, em alguns segmentos o processo de desnacionalização foi brutal. As empresas nacionais de equipamentos avícolas e suínícolas que detinham o mercado brasileiro até 1996 encolheram ou foram incorporadas (...) A década de 90 caracterizou-se, ainda, pela entrada de grandes empresas européias e americanas, especializadas na importação de máquinas e equipamentos (...) Assim sendo, quando a empresa não se desnacionaliza, provoca *dumping* na indústria brasileira.

Outra mudança importante foi a reestruturação patrimonial das principais empresas a partir da segunda metade da década de 1990, que passaram para o controle de fundos de pensão ou grupos internacionais¹⁰³. Esse rearranjo foi contrário ao período anterior, de forte verticalização, uma vez que as principais empresas venderam unidades que, na década anterior, tinham servido à diversificação dos produtos. As empresas partem para uma estratégia de privilegiar os produtos de maior valor agregado e, segundo Espíndola (2002) sofrem um processo de diminuição da oligopolização, vetor do crescimento da década anterior. Cenário que

¹⁰¹ Dados de Goularti Filho (2002, p. 332 e 333).

¹⁰² Espíndola (2002) descreve de maneira detalhada as medidas tomadas pelas principais empresas, que seguiram durante a abertura econômica e a estabilização monetária os planos de modernização.

¹⁰³ A Perdigão sai do controle familiar para os fundos de pensões comandados pelo Bradesco, WEG, etc.; A Avícola Eliane é adquirida pela Seara; A Sadia se desfaz de segmentos de carne bovina, grãos e derivados; a Chapecó refinancia sua dívida com o BNDES, BB, Bozano Simonsen e BNDESPar, sendo algumas unidades desativadas; e a Ceval-Seara foi comprada pelo Grupo Bunge Internacional.

novamente mudará na segunda metade da década 2000, com a fusão das grandes empresas Sadia e Perdigão.

Em relação à produção vegetal, há que se destacar o melhor dinamismo do arroz, do milho, fumo e do trigo; mas mesmo assim houve, no geral, uma diminuição da renda devido à diminuição dos preços agrícolas (MATTEI, 1999)¹⁰⁴. Em relação ao arroz, Medeiros (2006, p.111) aponta que o aumento do investimento na produção se deveu: à atuação das cooperativas como suporte financeiro aos produtores; à união entre o setor privado e a pesquisa tecnológica através da EPAGRI; aos investimentos dos anos anteriores, à maior integração “técnica-agricultura-indústria” e à ampliação dos mercados. O milho seguiu a trajetória de insumo para a fabricação de ração para as agroindústrias de carnes; e o fumo, mesmo com a diminuição na participação da produção nacional, apresentou crescimento relevante tanto na produção como nas exportações.

Os relatórios do ICEPA entre 1999 e 2005 evidenciam, de modo geral, o bom desempenho da agricultura catarinense. Ressaltam que, apesar da crise na virada do século e, ao contrário dos outros setores, a intensificação tecnológica e o câmbio desvalorizado contribuíram para o desempenho do setor. O aumento da produção dos exportáveis (soja, fumo e carnes) e o aumento dos preços foram decisivos para o crescimento, assim como o “efeito China” e a elevação dos preços das commodities no mercado internacional.

Mattei (2010) e Cano (2002) assinalam também que é a partir dos anos 1990 que a agricultura familiar no Brasil passa a ter mais atenção, principalmente com a disponibilização de crédito através do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - 1995). O primeiro autor sustenta que em Santa Catarina apenas as culturas “tipicamente dinamizadores da modernização agrícola” não são produzidas predominantemente pela agricultura familiar. Aqueles produtos destinados à alimentação básica como feijão, mandioca e arroz e o milho são produzidos majoritariamente por esses agricultores.

Nesse sentido, até o surgimento do Pronaf, a agricultura familiar passava por sérios problemas decorrentes de todo o contexto adverso dos anos da crise e da abertura econômica:

É preciso lembrar que, no contexto do início da década de 1990, a agricultura brasileira, e particularmente a da região Meridional do Brasil, estava fortemente afetada pelo processo de abertura comercial e de desregulamentação dos

¹⁰⁴ Os principais produtos catarinenses tiveram uma tendência declinante, principalmente nos anos do congelamento de preços, da abertura comercial e da valorização cambial.

mercados, fatores que a submetiam a uma concorrência intensa com os países do Mercosul. Em vista das sucessivas dificuldades decorrentes da crise da segunda metade dos anos oitenta, particularmente no que se refere à disponibilidade de crédito e da queda da renda, os agricultores familiares da região Sul do Brasil, e em menor medida os agricultores da região Nordeste (sobretudo os produtores de algodão), encontravam-se debilitados diante da nova conjuntura econômica e comercial. (MATTEI et. All. p. 1).

Desses problemas decorre o fato de que no final da década de 1990, com a reestruturação dos complexos agroindustriais, houve um crescimento do número de trabalhadores assalariados na agricultura – que antes trabalhavam ou por conta própria ou eram não-remunerados –, mas em um contexto perverso de diminuição da oferta de trabalho (devido à mecanização das atividades) e descapitalização dos pequenos agricultores, que tiveram que buscar novos ramos de ocupação (MATTEI, 1995). Isso significou um aumento da pluriatividade nos estabelecimentos da agricultura familiar, uma vez que, em 1997, 29% da PEA rural estava ocupada em atividades não agrícolas¹⁰⁵.

Como aponta Mattei (2010), um retrato censitário sobre a agricultura familiar só foi possível no último Censo Agropecuário, de 2006. Sobre isso o autor destaca os avanços metodológicos que melhoram o entendimento das dinâmicas da agricultura familiar e da patronal de maneira mais específica. Para o estado, 87% dos estabelecimentos pertencem à agricultura familiar, sendo que estes possuem apenas 44% da área total, reiterando a desigualdade na propriedade da terra¹⁰⁶. A agricultura familiar também é responsável por cerca de 67% do valor bruto da produção e a maior parte das ocupações rurais, participando de forma minoritária apenas das culturas de soja e trigo.

Outro aspecto importante ressaltado pelo autor é o tempo de direção dos estabelecimentos que, realizada na maioria das vezes pelos proprietários, é bastante alto. Isso confere certa estabilidade para a organização da agricultura, mas coloca um problema sério em relação à transitoriedade da direção, ou seja, o envelhecimento da população rural, por um lado, e a retenção da juventude na produção agropecuária, por outro.

¹⁰⁵ As famílias pluriativas são aquelas que combinam atividades agrícolas com atividades não agrícolas dentro ou fora de suas propriedades, no meio rural ou urbano (Mattei, 1999)

¹⁰⁶ *Mesmo figurando entre os estados com as menores taxas de concentração de terra do país, o último censo mostrou que o Índice de Gini1 de Santa Catarina se manteve em patamares elevados (0.682) e sem grandes oscilações em relação aos censos anteriores, demonstrando existir possibilidades concretas para a implantação de programas de reforma agrária.* (MATTEI, 2010, p.5)

2.4 A indústria de transformação catarinense diante da desconcentração produtiva regional 1970 – 2005.

2.4.1 Transformações da desconcentração virtuosa: 1970-1980

A desconcentração virtuosa, como mencionou-se, foi um período de crescimento dos diversos setores e regiões do país. Focando a indústria de transformação os estados que mais ganharam pontos na participação nacional foram: Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina. Conforme a tabela 12 o aumento da participação catarinense foi de 1,7%, enquanto São Paulo, concentrador histórico da indústria brasileira, perdeu mais de 5%. O crescimento médio anual do setor, de 9% para o Brasil, reitera mais uma vez o perfil desse processo: o relevante crescimento da periferia (crescimento do Brasil menos São Paulo é de 10,2%) concomitante ao desenvolvimento do centro dinâmico (que cresceu 8,1%)¹⁰⁷.

Tabela 12- Participação Regional (%) da Indústria de Transformação no Total do Brasil - 1970/2004

REGIÃO	1970	1980	1985	1996	2004
BRASIL	100	100	100	100	100
Norte	0,8	2,4	2,5	4,2	5,0
Nordeste	5,7	8,1	8,6	7,3	8,5
Sudeste	80,7	72,6	70,8	68,5	62,7
Sul	12,0	15,8	16,7	17,9	20,2
SC	2,5	4,2	3,9	4,6	4,8
Centro-Oeste -DF	0,8	0,9	1,2	2,0	3,4
DF	0,0	0,2	0,2	0,2	0,2

Fonte: Censos Industriais - IBGE; PIAS 1996 e 2004. APUD Cano (2007, p.102)

(*) Em 1970, MS e MT ainda estavam juntos.

Em uma primeira aproximação com os níveis de desagregação possíveis sobre a indústria de transformação, pode-se notar que o Sul do país é a região que mais aumenta sua participação no grupo de bens de consumo não duráveis em termos nacionais. Segundo a tabela 15 Santa Catarina ganha 3,3 pontos percentuais nesse grupo de bens. Na estrutura regional o

¹⁰⁷ Os dados retirados de CANO (2007) não estão reproduzindo integralmente as tabelas originais. Especificações regionais para o restante do Brasil e esclarecimentos metodológicos consultar o apêndice estatístico e metodológico da referida obra – isso também vale para esclarecimentos sobre os grupos de bens classificados como I, II ou III.

estado também ganha pontos no grupo I, conforme apresentado na tabela 13, aumentando de 43,4% para 47,2% sua participação.

Tabela 13- Indústria de Transformação: Estrutura Industrial da Região por Grupo(a) de Indústrias, segundo o valor de transformação industrial (VTI)

	Grupo I: Indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não durável					Grupo II: Indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários					Grupo III: Indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de consumo durável				
	1970	1980	1985	1996	2003	1970	1980	1985	1996	2003	1970	1980	1985	1996	2003
BRASIL	43,7	33,9	33,2	40,3	33,3	35,4	41,0	42,4	35,7	45,2	20,9	25,1	24,4	24,0	21,6
SUDESTE	40,8	30,2	28,6	37,3	28,4	35,4	41,1	43,9	36,5	48,4	23,8	28,7	27,5	26,2	23,2
SUL	51,4	46,3	48,0	48,7	40,5	37,3	38,8	35,1	30,9	36,9	11,3	14,9	16,9	20,4	22,7
SC	43,4	47,2	53,7	50,9	49,2	45,9	38,9	31,2	25,3	29,4	10,7	13,9	15,1	23,9	21,4

Fonte (dados brutos): Censos Industriais e PIAS, IBGE. APUD Cano (2007, p. 163)

Tal desempenho se deveu ao crescimento acentuado dos produtos ligados à indústria têxtil-vestuarista e aos produtos alimentares, principalmente durante os primeiros cinco anos da década de 1970 (tabela 14). A demanda desses bens era crescente no mercado interno e exterior – as exportações foram principalmente dos produtos têxteis, frango congelado, farelo de soja, fumo e madeira, esta última com decréscimo relevante dado o fim do chamado “ciclo da madeira” (CUNHA, 1992, p.170).

Tabela 14- Taxas médias de crescimento do VTI dos gêneros selecionados

Gênero	1970-1975	1975-1980	1970-1980
Mínerais não-metálicos	32,9	14,2	23,2
Madeira	18,7	6,1	12,2
Produtos e matérias plásticas	24,2	10,6	17,2
Têxtil	2,4	23,0	12,2
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	88,2	17,2	48,5
Diversas	13,1	23,8	18,3
Mecânica	32,5	11,5	21,5
Metalúrgica	30,4	11,7	20,7
Produtos alimentares	21,4	13,4	17,8
Indústria de transformação	22,5	13,4	17,8

Fonte: BRDE/SUDESUL "Estratégia de desenvolvimento para a Região Sul" Estudos setoriais - indústria. 1987. V.2. p.23 APUD Cunha (1992, p.109)

No entanto, esse quadro não significa que os demais grupos industriais não tenham se dinamizado. No caso do grupo II, indústria de bens intermediários, há um pequeno ganho de participação no cenário nacional (0,7%), contraposto a uma forte queda em termos regionais (7%) devido, provavelmente, ao crescimento mais acentuado dos outros setores. Mesmo assim, o VTI da madeira, dos minerais não-metálicos e matérias plásticas apresentam crescimento (12,2%, 23,2% e 17,2% a.a. respectivamente). No primeiro caso, o dinamismo do “Milagre Econômico” incentivava a exportação de madeira¹⁰⁸ para a construção civil – sendo que a produção de mobiliário ajudava a aumentar a participação do grupo I de bens. Além disso, o crescimento da produção de minerais não-metálicos era necessária também pela intensificação da urbanização, que demandava, cada vez mais, insumos para aumentar a produtividade no campo e construir as cidades.

O crescimento do grupo III, de bens de capital e de consumo durável, também foi significativo, pois, como aponta Cano (2007),

A reforma no sistema financeiro, alargando a concessão de crédito ao consumidor, a forte expansão da renda e a piora de sua distribuição expandiram a demanda interna de consumo durável, enquanto os bens de capital também foram beneficiados por novas modalidades de crédito e pelo ímpeto da expansão da taxa de investimento no país (p.65).

O estado ganha 3,9% de participação no contexto nacional, mostrando a intensificação de sua industrialização. Na estrutura interna de distribuição do VTI o setor como um todo cresce 3,2%, fazendo com que a dinâmica da economia regional passasse, cada vez menos, a depender apenas do crescimento da produção de bens tradicionais. Entre 1970 e 1980 os gêneros que mais ganham participação interna são o de mecânica, que passa de 5,9% na participação para 8,1% e material elétrico e comunicações, que sai de 1,3% para 2,2%¹⁰⁹. Isso mostra o forte crescimento do setor eletro-metal-mecânico que ditaria a consolidação e a dinâmica da indústria catarinense a partir de então.

¹⁰⁸ Cabe ressaltar que o “ciclo da madeira” já apresenta sinais de esgotamento das reservas nativas que pautaram boa parte das exportações catarinenses para o mercado interno brasileiro. No entanto, algumas regiões do estado buscaram como alternativa o reflorestamento e conseguiram diversificar as atividades, como o caso da produção de móveis em Rio Negrinho e São Bento do Sul, voltados fortemente para o mercado externo.

¹⁰⁹ Dados dos Censos Industriais de 1970 e 1980 apresentados por Cunha (1992, p. 106).

Entre todos os setores, os principais ganhos de participação de Santa Catarina no VTI nacional durante o período foram: Fumo – 10%; Vestuário –10%; Mobiliário 5%; Min. Não-Metálicos 4%. Foram registradas perdas na madeira e no papel de, respectivamente, 1% e 2%. Cabe ressaltar que é a partir dos anos 1960, mas principalmente nos anos 1970 que ocorre uma forte diversificação da indústria catarinense. A expansão dos setores da indústria plástica, cerâmica e eletro-metal-mecânica ditarão o crescimento das regiões mais industrializadas e predominantemente urbanas do estado.

2.4.2 Principais transformações da desconcentração espúria: 1980-2005

A análise do período da desconcentração espúria está cercada de problemas metodológicos com o fim dos Censos Industriais em 1985 e a lacuna deixada até a elaboração das Pesquisas Industriais Anuais em 1996. Portanto, em termos de informações empíricas o período será recortado da seguinte forma: 1980-1985 e 1980-1989; e depois será analisado o período neoliberal, que vai de 1990-2004, também apresentará especificidades no agrupamento das informações tratadas mais adiante¹¹⁰.

Nesses primeiros cinco anos da década de 1980 o país viveu uma depressão econômica sem precedentes, o que reduziu sua produção em 16%. Ademais, a crise vivida pelo Estado reduziu os investimentos públicos drasticamente tanto em âmbito nacional como regional. Nesse contexto, a indústria de transformação brasileira apresenta uma queda de 3,1%, e a paulista de 7,1% (CANO, 2007, p.101).

Apesar de ter as taxas reduzidas, Santa Catarina apresentou crescimento acima da média nacional para o período. Isso foi reflexo não apenas do amadurecimento dos investimentos realizados na década anterior, mas também da diversificação produtiva experimentada pelo estado, que garantiu a presença de setores não atingidos tão fortemente pela crise. Mesmo assim, o estado sofre com taxas negativas de crescimento do PIB que em 1983 caiu -3,8%, em 1988 -0,7% e em 1990 -2,4%.

Santa Catarina perde participação relativa no VTI nacional nos primeiros cinco anos da década, caindo de 4,1% para 3,9%. Isso se dá pela diminuição na participação da indústria de

¹¹⁰ Para uma análise metodológica mais acurada, ver o capítulo 6 de Cano (2007), que trata detalhadamente dos problemas e lacunas da análise econômica para o período.

bens intermediários no VTI nacional, que foi de 1,1% devido ao decréscimo na produção de madeira (31,2%) e dos minerais não-metálicos (de 34,5%)¹¹¹. Apesar disso, o estado teve uma expansão positiva da produção, com taxas de crescimento maiores que a média nacional.

No caso da indústria de bens de consumo não duráveis, o Brasil apresenta uma taxa média de crescimento entre 1980 e 1985 estimada de -1%, que, segundo Cano (2007, p.101) se deve à contração do mercado interno, mas que foi compensada, em parte, pelo aumento das exportações agroindustriais e de manufaturas leves (têxteis, confecções e calçados). Nesse sentido, o estado conseguiu manter certo ritmo de crescimento, uma vez que esses setores já eram consolidados na estrutura produtiva regional. Essa dinâmica conseguiu garantir um crescimento acima da média brasileira, mas que não chegou aos patamares das décadas precedentes, fazendo com que o “sucesso” da economia catarinense fosse apenas relativo.

Os estados do Sul aumentam sua participação no G I, sendo que Santa Catarina ganha 0,7% (tabela 15). Nesse caso, o aumento se dá, principalmente, pelos ganhos nos gêneros de alimentos (1,3%), fumo¹¹² (3%) e mobiliário (6,4%) registrados na tabela 16. Portanto, em um cenário de restrição interna, os maiores ganhos catarinenses se dão nos produtos exportáveis que, entre 1980 e 1983¹¹³ tem sua participação no valor das exportações aumentada em 15,7%, enquanto os produtos semi-manufaturados decrescem 3,3% e os manufaturados 12,1%.

¹¹¹ Dados retirados de Lins e Mattei (2010, p.124).

¹¹² Atenta-se para o fato de que a desconcentração da indústria do fumo ocorreu por uma decisão do oligopólio em realocar suas plantas, que estavam mais próximas das fumiculturas regionais e necessitavam também de uma reestruturação tecnológica.

¹¹³ Dados retirados de Cunha (1992, p. 171) – CECESC – Centro de Comércio Exterior de Santa Catarina.

Tabela 15- Indústria de Transformação: Participação das Regiões, segundo os Grupos(a) de Indústrias, no (VTI) Valor de Transformação Industrial (%)

	Grupo I: Indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não durável					Grupo II: Indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários					Grupo III: Indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de consumo durável					Todos os Ramos				
	1970	1980	1985	1996	2003	1970	1980	1985	1996	2003	1970	1980	1985	1996	2003	1970	1980	1985	1996	2003
BRASIL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
NORTE	1,0	1,8	1,6	2,5	3,0	1,0	1,8	1,6	3,4	4,1	0,1	4,4	5,4	8,3	7,8	0,8	2,4	2,5	4,2	4,5
NORDESTE	8,4	10,1	11,2	9,0	10,7	5,0	9,1	9,8	9,2	10,0	1,5	2,6	2,8	1,7	2,9	5,7	7,8	8,6	7,3	8,7
CO-DF	1,1	1,4	1,7	3,1	7,0	0,5	1,1	1,3	1,9	1,8	0,1	0,2	0,2	0,1	0,3	0,7	1,0	1,2	1,9	3,2
SUDESTE	75,3	64,6	60,8	63,5	53,4	80,9	72,8	73,2	70,0	66,9	91,7	83,2	79,9	74,6	67,1	80,7	72,6	70,9	68,5	62,5
SUL	14,1	21,7	23,9	21,5	25,3	12,6	15,1	13,7	15,4	17,0	6,5	9,4	11,5	15,1	21,8	12,0	16,0	16,7	17,8	20,8
SC	2,5	5,8	6,5	5,8	7,2	3,3	4,0	2,9	3,2	3,2	1,3	2,3	2,4	4,5	4,8	2,5	4,2	3,9	4,6	4,8

Fonte (dados brutos): Censos Industriais, IBGE. (a) Ver em "Notas Metodológicas" (Apêndice Estatístico) os ramos que compõem os Grupos I, II e III.

Entre os principais gêneros que ganham participação na pauta catarinense estão: o frango congelado, o fumo, soja (farelo e grão) e têxtil e confecções; ou seja, nesse período, é o comércio exterior que ajuda na dinamização da economia já que, em comparação com os anos anteriores, muitos gêneros perdem participação nacional, como os casos do vestuário, bebidas, madeira e bens intermediários no geral (conforme tabela 15). Sobre os bens de capital e de consumo durável houve um tímido aumento na participação nacional de 0,1%. No entanto, em termos regionais sua expressão é um pouco maior, de 1,2%.

Os anos que seguem também apresentam taxas de crescimento baixas, porém maiores do que nos primeiros anos da década. A taxa média anual de crescimento da Indústria de Transformação para todo o período (1980 e 1989) foi de 0,9% para o país e 0,2% para São Paulo. Isso mostra um arrefecimento da desconcentração industrial do Brasil, não apenas pela indústria crescer a taxas menores, mas também pelo fato de que a percepção da desconcentração, como já explicado anteriormente, estava mais ligada ao baixíssimo crescimento do centro dinâmico do que um aprofundamento dos elos regionais da produção do país e de sua divisão territorial do trabalho.

Tabela 16- Indústria de Transformação: principais ganhos ou perdas (-) de Santa Catarina entre 1980/85 e 1985/96 na participação nacional do VTI (%)

Gêneros (x)	1970/1980	1980/1985
Alimentares	2	1,3
Bebidas	...	-0,4
Fumo	10	3,0
Têxtil	2	0,4
Vestuário	10	-2,3
Mobiliário	5	6,4
Editorial	...	0,1
Diversas	...	-1,1
Farmac.	...	0,1
Perf., sabões e velas	...	-0,3
Couros e peles	...	0,8
Min. Não-Met.	4	-0,3
Metalúrgica Básica	1	-0,4
Prod. Metal		-0,5
Derivados de Petróleo e Álcool		-0,3
Outros Prod. Químicos	1	0,1
Madeira	-1	-2,2
Papel	-2	1,3
Borracha	...	-0,2
Mat. Plástico	1	-0,7
Mecânica	1	0,5
Equip. Médicos, Automação e Cine-Foto		-3,7
Mat. Elétrico	...	0,6
Veículos Automotores	...	-0,8
Outros Equip. Transporte	...	0,6
TOTAL	2	-0,2

Fonte: (Dados Brutos): Censos Industriais de 1980 e 1985 (X) Classificação anterior à CNAE 85 (...) variação < 0,1

Como agravante, ainda está o fato de que os investimentos realizados na segunda metade da década de 1970 chegaram ao ápice de sua maturação, colocando novamente entraves para uma recuperação continuada da economia. Além disso, com o “salve-se quem puder” do período de crise, a alternativa da “guerra fiscal” se colocou para muitos estados, que ampliaram sua participação na economia nacional a despeito de uma política nacional e integrada de desenvolvimento¹¹⁴.

O setor de bens de consumo durável e de capital no Brasil teve o pior desempenho, sem ter, como no caso dos outros grupos de bens, a alternativa de aumento das exportações como opção. Mesmo que a participação de alguns estados, entre eles Santa Catarina, tenha aumentado isso se dá “mais por efeito estatístico de pequenos diferenciais nas taxas de crescimento (positivas ou negativas) do que propriamente por um crescimento vigoroso ou mesmo moderado” (CANO, 2007, p.112).

Também é importante destacar o desempenho decrescente da produção de carvão mineral ao longo da segunda metade da década de 1980, com diminuição de quase 60%¹¹⁵. Além da diminuição de sua participação na produção regional, iniciou-se também o “desmonte do aparato estatal pró-carvão” (GOULARTI FILHO, 2007, p.295), que foi sentido fortemente na entrada dos anos 1990.

Os anos neoliberais iniciam-se com os problemas macroeconômicos e recessivos novamente agravados. Apesar do advento da estabilidade macroeconômica após 1994, a abertura econômica, o problema cambial, o endividamento e as altas taxas de juros, impediram o crescimento da economia nos patamares alcançados em décadas precedentes. A consolidação da política neoliberal também concentrou renda e comprometeu o avanço das conquistas dos direitos sociais (atreladas à Constituição de 1988), dando nova cara às metrópoles e aos problemas regionais.

¹¹⁴ *A guerra fiscal, neste trabalho, é definida como um fenômeno que ocorre em países federativos à medida que as Unidades da Federação (UFs) intensificam suas posturas competitivas para a atração de inversões produtivas através da utilização de instrumentos fiscais e orçamentários. Trata-se, portanto, de uma situação em que as UFs concorrem para oferecer um maior número de vantagens “comparativas” à iniciativa privada, ao promoverem verdadeiros leilões de incentivos aos investimentos. Essas decisões de investimentos podem ser tanto de novos investimentos (nacionais ou estrangeiros) assim como decisões de empresas de migrarem de uma localidade à outra dentro do território nacional (...). A questão essencial que se deve ressaltar é que a guerra fiscal caracteriza-se quando as ações não cooperativas assumem uma grande proporção e ocorrem de forma isolada, desordenada e desarticulada, sem que haja ações efetivas do poder central para regulamentar e articular as diferentes políticas estaduais.* (CARDOZO, 2010, p.1)

¹¹⁵ Segundo Cunha (1992, p.199), houve uma diminuição na produção de 4,8 milhões de toneladas para 1,9 milhões entre os anos de 1986 e 1991.

Além dessas dificuldades, cabe ressaltar o fato de que a indústria brasileira após a “década perdida” encontrava-se com uma lacuna tecnológica maior em relação aos países centrais do que nas décadas anteriores e que, a partir da abertura econômica, esse problema seria ainda maior. Como consequência, houve forte reestruturação da indústria nacional e catarinense, resultando em mudanças técnicas, organizacionais e patrimoniais importantes. Tais mudanças garantiram a inserção do estado na economia nacional e internacional, seguindo os padrões de produção baseados na acumulação flexível¹¹⁶.

Também se repetem para esse sub-período os problemas metodológicos das pesquisas sobre o setor industrial; ademais, como 1989-91 foram anos recessivos, as taxas de crescimento com essa base tendem a estar superestimadas. A análise por grupos de bens é realizada para o período 1991 – 2006, conforme o índice de produção física da indústria de transformação catarinense, apresentado no anexo 1. E as outras seguem a periodização 1985-1996-2003.

De modo geral, entre 1985-96 nota-se o aumento da participação dos bens de consumo não duráveis para o total do VTI brasileiro, de 33,2% para 40,3% (tabela 13). Isso aponta para uma regressão estrutural, onde os grupos II e III perdem, respectivamente, 6,7% e 0,4% do total. No período seguinte, 1996-03, apesar da diminuição da participação dos não duráveis, os duráveis e de capital perderam ainda mais pontos, sendo que os ganhos mais expressivos concentraram-se nos bens intermediários. Estes tiveram papel importante no aumento das exportações, não só com a desvalorização cambial de 1999 como também pelo conjuntura internacional de preços crescentes.

Mesmo com o contexto recessivo, podemos afirmar que a indústria de transformação catarinense apresentou crescimento igual ou acima da média nacional durante a década de 1990, com um aumento de participação entre 1985 e 1996 no total do VTI nacional de 0,7%, crescendo timidamente até 2003 chegando a 4,8% do VTI nacional (tabela 15).

Nesse primeiro sub-período, para os bens de consumo não duráveis, Santa Catarina apresenta queda da participação no VTI nacional (0,7%). Tal queda, no cenário geral, é reflexo da perda de pontos nos gêneros de alimentos e bebidas, fumo e couro e peles (tabela 17), enquanto os maiores ganhos se dão nos setores de têxteis e vestuários, móveis diversos e bebidas. Para o período seguinte, o estado volta a ganhar pontos, chegando a 7,2% de participação no total do

¹¹⁶ O padrão de acumulação flexível surge pelo esgotamento do rígido padrão de acumulação fordista. Este novo modelo foi capaz de sustentar a demanda de acumulação do capital através da flexibilização das relações de trabalho e de uma nova organização da produção horizontalizada, que se caracterizou, entre outras coisas, por desconcentrar espacialmente a produção.

Brasil. Esses ganhos ocorreram em virtude de um aumento da maioria dos gêneros relacionados na tabela 17, mas em especial Alimentos e Bebidas, Fumo, Móveis e Diversos e Mobiliário.

Tabela 17- Indústria de Transformação: principais ganhos ou perdas (-) de Santa Catarina entre 1985/96 e 1996/04 na participação nacional do VTI (%)

Gêneros (x)	1985/1996	1996/2004
Alim. e Bebidas	-1,4	2,5
Alimentares	-1,4	2,2
Bebidas	4,6	1,2
Fumo	-7,5	5,0
Têxtil	6,3	1,6
Vestuário	7,5	2,6
Couros e peles	-1,2	0,6
Farmac.	0,7	-0,1
Perf., sabões e velas	0,0	0,2
Móveis e Diversos	2,9	2,7
Mobiliário	1,6	2,9
Diversas	2,3	1,7
Editorial	0,3	0,2
Madeira	-1,0	3,0
Papel	-0,3	1,9
Deriv. de Petróleo e Álcool	0,0	0,1
Prod. Químicos, Farm. e Perfum.	-0,2	0,5
Prod. Químicos	-0,4	0,6
Borracha e Plástico	1,1	1,2
Borracha	0,7	0,7
Mat. Plástico	-0,4	1,9
Mín. Não-Met.	1,7	-1,3
Metalúrgica Básica	-0,8	0,6
Prod. Metal	0,6	2,3
Reciclagem	0,4	4,5
Maq. e Equipamentos	5,9	-2,0
Maq. P/Escreit. e Informática	...	0,3
Mat. Elétrico	3,5	6,1
Mat. Eletrônico	0,0	0,4
Equip. Médicos, Automação e Cine-Foto	-0,8	2,1
Veículos Automotores	1,4	0,1
Outros Equip. Transporte	-0,4	-0,2
TOTAL	0,7	0,2

Fonte: IBGE Censo Industrial 1985 e PIA 1996. (...) Dados sigilados ou desconhecidos. Dados a 3 dígitos p/ NO, NE, ES, CO-DF e DF são de 1996 e 2003.

Internamente, entre 1985 e 2003, houve uma perda de participação no VTI estadual dos bens de consumo não duráveis. Evidencia-se uma paulatina mudança na estrutura produtiva do estado, pois, concomitante a essa diminuição, a participação dos bens de consumo duráveis e de capital cresce. Conforme os dados de produção física a partir de 1991 (anexo 1), há um aumento da produção do gênero de alimentos (aproximadamente 70% até 2003), enquanto nos gêneros de vestuário e têxtil as quedas são bastante acentuadas (12,8% para o primeiro e 21,2% para o segundo), indicando que os efeitos da crise foram sentidos mais fortemente nesse setor.

Nos citados casos, o estado só não perdeu participação no total do VTI Brasil porque, por um lado, as outras regiões também enfrentaram forte crise com a abertura comercial e sobrevalorização cambial e, por outro, as atividades apresentaram um viés desconcentrador. Para o país como um todo, Cano (2007) destaca a desconcentração que sofreu esse grupo de produtos, já que, inseridos em um novo padrão de acumulação, as empresas buscavam na periferia o rebaixamento de custos – tanto de salários, informalização e terceirização, como dos encargos tributários através da “guerra fiscal” entre os estados.

Nos bens intermediários, Santa Catarina apresenta leve aumento, de 3,9% para 4,2% na participação nacional, devido principalmente aos ganhos em borracha e plásticos, minerais não-metálicos e produção de metal (tabela 7). No entanto, em termos de participação no VTI estadual esse grupo de bens perde, caindo de 31,2% para 25,3% no total. Em relação ao crescimento da produção física os destaques são para a metalurgia básica (30%), papel e celulose (75%), madeira, borracha e plásticos (30%) (anexo 1).

Os bens de capital e de consumo durável no estado tiveram elevado crescimento na década de 1990, principalmente devido à dinâmica dos gêneros materiais elétricos (177%), máquinas – agrícolas e industriais – e equipamentos (84%) e veículos (37%) – que inclui autopeças. Santa Catarina foi entre os estados brasileiros uma exceção, pois conseguiu aumentar a produção física e a participação no mercado nacional. Nesse sentido, também há um aumento considerável na participação do VTI estadual de 15,1% para 21,9%. Isso indica que esse ganho na produção nacional não foi apenas um resíduo estatístico e sim o resultado da consolidação da indústria eletro-metal-mecânica catarinense. Cabe ressaltar que o complexo eletro-metal-mecânico teve forte impulso com os investimentos automobilísticos no Paraná que, no momento

da guerra fiscal para sediar as plantas industriais, já colocava como vantagem locacional a proximidade com o Nordeste de Santa Catarina¹¹⁷.

2.5. Algumas considerações sobre o comércio inter-regional

Como salientado na introdução deste trabalho, os dados sobre comércio inter-regional são bastante limitados e não há, na literatura atual, uma série estatística capaz de mostrar precisamente essa importante determinação da rede urbana e dos elos regionais. No entanto, a partir de algumas iniciativas podemos traçar um panorama mais geral sobre o assunto, que mostraremos com base nos estudos de Pacheco (1998), Haddad e Perobelli (2006) e Campos et al. (2010). Esses estudos não apresentam metodologias compatíveis e, por esse motivo, não se elaborou uma compilação de todos os períodos.

O processo de integração regional do país condicionou e foi condicionado pelo alargamento dos mercados e crescimento do comércio inter-regional. As trocas possibilitaram não apenas a acumulação nas economias regionais como também um aumento na divisão territorial do trabalho, possibilitando, a partir da década de 1950 a superação das trocas inter-regionais em relação às internacionais.

Como destaca Macedo (2010), até a década de 1980,

A dinâmica do mercado interno possibilitou, portanto, a simbiose de múltiplas frações do capital que conseguiram se valorizar dentro de uma certa divisão funcional que indicava o poder de cada um deles para ordenar o espaço econômico no qual se inseria (...). Numa economia na qual quase tudo estava por ser feito no sentido de preparar o terreno para uma nova articulação com o mercado internacional, para a qual a integração do mercado interno era condição fundamental, os investimentos realizados promoveram altas taxas de crescimento por todo território. (p.49)

¹¹⁷ Segundo Milward e Meiners (IPARDES, 1998), o Manual do Investidor em Curitiba, editado pela Secretaria Municipal da Indústria e Comércio de Curitiba (SICT) destaca a proximidade com o Nordeste catarinense. Além disso, para os autores, *É importante destacar que os maiores impactos das montadoras deverão ser sentidos em um raio máximo de 150 km em torno de Curitiba, canalizados pela infra-estrutura (rodovias, gás, redes de energia elétrica, comunicação) e pelas economias de aglomeração e urbanização que transbordam da capital, tanto para a Região Metropolitana, como para um campo aglomerativo que, no limite, atinge Ponta Grossa, Paranaguá e até Joinville (Santa Catarina).* (p.46).

Como afirmado no capítulo anterior, até a década de 1970 Santa Catarina apresenta participação crescente no mercado nacional, especializando-se principalmente na comercialização de bens provenientes da indústria tradicional – de têxteis, alimentos e madeira. É a partir dessa década também que são preparadas as bases do aumento das relações internacionais que crescerão sobremaneira no decorrer das décadas posteriores.

Entre 1975 e 1985, Pacheco (1998, p.179) mostra que a participação das entradas (nacionais) no PIB estadual é maior do que as saídas, quadro que muda a partir de 1985, quando as saídas superam as entradas. Isso aponta na direção das afirmações de que Santa Catarina, durante o largo processo de desconcentração produtiva regional, conseguiu firmar seu papel na divisão territorial do trabalho, como grande fornecedora de mercadorias para o restante do país.

Do ponto de vista das exportações para as grandes regiões brasileiras, o mesmo autor mostra que a articulação de Santa Catarina é claramente mais forte com a região Sudeste e Sul, mas, ao longo do tempo, as demais regiões apresentam ganhos crescentes¹¹⁸. No mesmo sentido, Haddad e Perobelli (2006) mostram que, entre 1987 e 1995¹¹⁹ há um aumento do comércio inter-regional, sendo maior a intensidade de trocas entre os estados do centro sul e que os mesmos (exceto Minas Gerais) são superavitários nas trocas entre unidades federadas.

Campos et all. (2010) apontam a mesma tendência para 2006. Com dados mais precisos sobre o estado (tabela 18), os autores sistematizam as relações comerciais específicas entre Santa Catarina e as regiões brasileiras, com o exterior e as trocas internas. Em relação ao comércio inter-regional o Sudeste é a região mais expressiva em termos de entradas e saídas, sendo que o saldo comercial é positivo para Santa Catarina, com uma participação no fluxo comercial de 34,7%. Dessa região, São Paulo é o estado com maior peso no fluxo de comércio, com 34,54% do total, seguido do Rio de Janeiro que apresenta níveis muito menores, com 5,71%¹²⁰.

¹¹⁸ Participação das grandes regiões nas exportações de Santa Catarina - 1975/80/85 - (%)

Ano	NO	NE	SE	SU	CO
1975	0,9	6,9	67,1	22,5	2,6
1980	1,4	9,0	51,5	35,8	2,3
1985	2,1	8,8	56,3	29,0	3,7

Fonte: elaborada a partir de dados de PACHECO (1998, p.203,204,205)

¹¹⁹ Os autorres comparam esses dois anos a partir da construção de modelos de autocorrelação para o comércio, não analisando ano por ano o período.

¹²⁰ Dados de Campos et all (2010)

Tabela 18 - Balança e Fluxo Comercial do Estado de Santa Catarina: Relação Interestadual, Exterior e Interna (2006) – R\$ Milhares

Balança	Entradas (A)		Saídas (B)		Saldo (B-A)	Fluxo Comercial (B+A)	
	R\$	Part (%)	R\$	Part (%)		R\$	R\$
Interestadual (1)	75.186.654	37,9	78.984.225	32,2	3.797.571	154.170.879	34,7
Sudeste	33.932.142	17,1	38.434.844	15,7	4.502.702	72.366.985	16,3
Sul (exceto SC)	31.589.109	15,9	28.702.068	11,7	- 2.887.041	60.291.177	13,6
Centro-Oeste	5.995.223	3,0	5.067.872	2,1	- 927.350	11.063.095	2,5
Nordeste	2.401.312	1,2	5.095.587	2,1	2.694.274	7.496.899	1,7
Norte	1.268.868	0,6	1.683.854	0,7	414.986	2.952.722	0,7
Exterior (2)	11.497.491	5,8	17.737.078	7,2	6.239.587	29.234.569	6,6
Subtotal (1)+(2)	86.684.145	43,6	96.721.303	39,4	10.037.158	183.405.448	41,3
Internas (3)	111.934.210	56,4	148.596.213	60,6	36.662.003	260.530.423	58,7
Total Geral (1)+(2)+(3)	198.618.355	100	245.317.516	100	46.699.161	443.935.871	100

FONTE: elaboração a partir dos dados SEFAZ/SC Apud Campos BNDES

Reitera assim, a afirmação de que Santa Catarina apresenta forte relação com a metrópole nacional – São Paulo – e que, de modo geral, sua estrutura produtiva é complementar ao centro dinâmico. Além do comércio atacadista e varejista, o setor eletro-metal-mecânico tem ampla participação nas trocas, sendo 21,59% nas entradas e 27,68% nas saídas, mostrando que o estado aparece como fornecedor de bens duráveis e de capital. Confirmando também o papel dos setores de bens de consumo durável nas trocas destaca-se a saída dos alimentos (8,96%) e dos produtos têxteis e confecções (12,25%) – tabela 19.

Tabela 19- Fluxo Comercial Setorial de Santa Catarina

Principais Setores	Entradas		Saídas	
	R\$	(%)	R\$	(%)
Alimentos	1.473.175	6,08	2.599.107	8,96
Calçados	52.487	0,22	95.134	0,33
Cerâmicos	268.342	1,11	505.661	1,74
Eleto-Metal-Mecânico	5.235.235	21,59	8.026.164	27,68
Madeira	111.637	0,46	242.547	0,84
Móveis	141.285	0,58	156.816	0,54
Papel e Celulose	720.355	2,97	1.056.535	3,64
Plástico	1.204.285	4,97	1.408.249	4,86
Químicos	720.273	2,97	546.617	1,88
Têxteis e Confecções	2.118.098	8,73	3.553.271	12,25
Comércio Atacadista e Varejista	7.224.792	29,79	6.369.997	21,96
Comércio de Veículos	2.245.918	9,26	1.119.015	3,86
Energia	528.193	2,18	1.293.429	4,46
Demais	2.205.081	9,09	2.028.347	6,99
Total	24.249.154	100	29.000.889	100

FONTE: elaboração a partir dos dados SEFAZ/SC Apud Campos BNDES

Os outros estados de maior participação são os da região Sul: Paraná e Rio Grande do Sul. No que diz respeito ao fluxo de comércio, o primeiro representa 24% do total, enquanto o segundo alcança 15,11%. Esses percentuais possivelmente refletem o fato de que as regiões de Santa Catarina que se relacionam mais fortemente com o Paraná são as que apresentam maior participação e dinamismo na economia catarinense, em especial o Norte com o complexo eletro-metal-mecânico, que representa 7,5% das entradas e 17,94% das saídas. Além disso, em termos absolutos a corrente de comércio (entradas+saídas) é quase 50% maior para o Paraná do que para o Rio Grande do Sul – tabela 20.

Ainda assim o Rio Grande do Sul participa fortemente da dinâmica regional, destacando-se, além das especializações – eletro-metal-mecânica, têxtil-vestuarista e alimentos – as trocas de Plásticos e o comércio atacadista e varejista com participação nas entradas muito superiores às saídas.

Tabela 20- Fluxo Comercial Setorial de Santa Catarina com Paraná e Rio Grande do Sul (2006)

Principais grupos	Paraná				Rio Grande do Sul			
	Entradas		Saídas		Entradas		Saídas	
	R\$	(%)	R\$	(%)	R\$	(%)	R\$	(%)
Alimentos	2.377.658	12,18	2.279.399	13,04	1.207.392	10,0	1.065.533	9,49
Calçados	27.706	0,14	48.546	0,28	149.487	1,24	124.189	1,11
Cerâmicos	227.584	1,17	206.020	1,18	110.125	0,91	270.814	2,41
Eleto-Metal-Mecânico	1.462.961	7,5	2.523.367	14,44	1.239.811	10,27	2.014.167	17,94
Energia	993.100	5,09	495.428	2,83	509.707	4,22	126.159	1,12
Fumo	305.310	1,56	60.262	0,34	537.130	4,45	382.384	3,41
Madeira	304.788	1,56	255.405	1,46	78.436	0,65	144.187	1,28
Móveis	242.500	1,24	114.831	0,66	93.606	0,78	146.473	1,3
Papel e Celulose	508.611	2,61	733.167	4,19	143.978	1,19	497.478	4,43
Plástico	313.157	1,6	681.121	3,9	725.524	6,01	663.175	5,91
Químicos	293.136	1,5	336.369	1,92	208.726	1,73	281.762	2,51
Têxteis e Confecções	598.565	3,07	754.162	4,31	401.766	3,33	1.147.114	10,22
Armazenamento	895.132	4,59	830.940	4,75	345.841	2,87	416.268	3,71
Comércio Atacadista e Varejista	8.643.466	44,28	6.665.657	38,14	5.203.832	43,11	2.876.727	25,63
Comércio de Veículos	766.639	3,93	271.686	1,55	437.436	3,62	215.607	1,92
Demais	1.558.368	7,98	1.221.441	6,99	677.633	5,61	852.229	7,59
Total	19.518.681	100	17.477.801	100	12.070.430	100	11.224.266	100

FONTE: SEFAZ/SC Apud Campos BNDES

Em relação às outras regiões do país, o Centro-Oeste é a que tem maior participação no fluxo comercial regional (2,5%), sendo que o saldo comercial de Santa Catarina com a região é negativo. Caso relevante é dado pelas entradas oriundas do Mato Grosso, compostas pelos alimentos (32,35%); têxteis e confecções (9,91%); armazenamento (33,45%)¹²¹. A grande participação dos alimentos e armazenamento indica a estreita relação do complexo agroindustrial catarinense com esse estado que, como foi indicado, apresenta inclusive unidades de produção pertencentes a empresas com sede em Santa Catarina.

O Norte e o Nordeste apresentam menor participação no fluxo de comércio catarinense – respectivamente 0,7% e 1,7%. Ambas as regiões são deficitárias, mas o montante de saídas para o Nordeste sobre as entradas é muito mais significativo. Sobre essa região, destacam-se as entradas

¹²¹ Dados disponíveis em Campos et. All. (2010)

dos gêneros têxtil-vestuarista (30,79% do total) que sofreram forte desconcentração regional em função da necessidade de diminuição de custos.

Para essas três regiões, as saídas e entradas seguem de maneira geral à lógica das especializações do estado. Fato intrigante é que, no caso dos produtos eletro-metal-mecânicos as saídas são muito superiores às entradas; enquanto as entradas do grupo de alimentos no Centro-Oeste e têxtil-vestuarista no Nordeste tendem a ser maiores do que as saídas. Tais fatos, de alguma forma, podem refletir a relação desigual das estruturas produtivas das regiões e, se melhor estudado, deveria ajudar a identificar e explicar como as estruturas de comércio inter-regional reproduzem esse padrão de desigualdades – mesmo que no caso do Centro-Oeste as entradas representem um montante monetário maior. Isso significaria entender como as especializações regionais tendem a ser articuladas de modo a beneficiar a acumulação das regiões mais desenvolvidas do país.

2.6. Síntese e reflexões

O perfil da agricultura catarinense, desde sua formação, consolidou a pequena propriedade como estabelecimento predominante da produção. Isso implicou, além de uma pulverização na acumulação mercantil, uma modernização capitalista moldada na intensificação da produtividade e na relação de integração entre os pequenos produtores e as agroindústrias, as quais cresceram não apenas através da ampliação dos mercados como também por forte incentivo estatal.

Isso é válido especialmente para a região Oeste, reduto das principais agroindústrias catarinenses beneficiadas diretamente pelas políticas estatais¹²², as quais permitiram ampliar as

¹²² Os investimentos estatais introduziram as agroindústrias catarinenses no “milagre brasileiro” e, a partir do II PND também foram capitalizadas para a geração de excedentes exportáveis e “crescimento a todo custo” do país. Também nesse contexto é importante salientar a participação dos grandes industriais no cenário político estadual, em especial de Atílio Fontana, fundador da Sadia, que assumiu a vice-governança do estado em 1970 e foi secretário estadual da agricultura. Através desse último cargo o empresário consolidou o sistema de integração e pode utilizar o Estado como instrumento de alavancagem para o setor (ESPINDOLA, 1999, p.56). Isso também se reflete, segundo o mesmo autor, na apropriação dos recursos do FUNDESC (Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina) que, em 1973, destinou aproximadamente 10,28% do total para as três principais agroindústrias do estado: Sadia, a Perdigão e a Ceval-Hering.

exportações para os estados que se industrializavam e para outros países¹²³. Da mesma forma, é importante destacar o papel da agricultura nas demais regiões, onde, também em função da pequena propriedade, a hinterlândia das principais cidades foi capaz de fornecer produtos básicos (principalmente alimentos) para que fosse possível o aprofundamento e ampliação da industrialização de cada região.

A indústria, por sua vez, também ganhou dinamismo através dos capitais locais. Mas, à medida que a necessidade de concentração e centralização de capital se colocava para aprofundar o processo de *integração* regional e nacional – nos marcos da forte concorrência entre capitais – a dinâmica econômica do estado seria crescentemente ditada pelos grandes grupos. Nesse sentido, o papel do “empresário inovador” tão aclamado na literatura, perde relevância, já que o crescimento dependerá, cada vez mais, da associação desses grupos com as políticas do Estado e adoção de estratégias típicas de estruturas de concorrência oligopolizadas.

As grandes empresas, portanto, tiveram à disposição investimentos e apoio maciço do Estado e, mesmo no período neoliberal, ainda contaram com os incentivos fiscais. Sob esse ambiente, houve um aprofundamento dos elos regionais de Santa Catarina com o restante do país. Semelhante movimento apresentou maior força até 1980, principalmente com os investimentos infra-estruturais que permitiram a continuidade da acumulação regional e aumento da saída e entrada de mercadorias da região. Esse aumento do fluxo de comércio também representa a mudança no padrão de acumulação, já que a região central e as mais industrializadas (centro-sul), transferiram para a periferia partes dos processos produtivos – seja pela diminuição dos custos, seja pela proximidade dos recursos naturais.

No entanto, a partir da crise do período neoliberal há uma mudança das relações entre as regiões e o mercado interno e externo que coloca novas questões sobre o debate da inserção nacional e internacional do estado, uma vez que:

¹²³ O estudo do ITEP (1980) mostra que para os anos 1970, os principais importadores de suínos vivos eram São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. No caso das aves, além desses estados, destacam-se também as exportações para o Oriente Médio (Kuwait, Arábia Saudita, Dubai, Líbano, etc.). Para o período da desconcentração espúria Rocha (2008) destaca que, *Segundo os setores de contas nacionais, a análise das exportações catarinenses demonstra que a maior parte das vendas ao exterior (por exemplo, em 2000) consistiram de bens de consumo (46,75%); destes, no entanto, sobressaem os bens de consumo não duráveis (36,5% sobre o total geral). Em seguida estão situados os bens intermediários (35,7%), com o domínio de insumos industriais (29,38% do total), e os bens de capital (17,49%).* (p.5)

Como lembra Martins (2005), a partir da década de oitenta, com a crise da dívida, — rompe-se esse elo funcional entre exportações e importações, com as receitas das primeiras sendo progressivamente drenadas para o exterior a título de remuneração dos passivos externos. Consequentemente, o elo entre comércio exterior e crescimento, tornar-se-ia menos direto e menos definido (MARTINS, 2005, p. 64). Por analogia, poderíamos dizer, também, que se tornaria menos direta e menos definida a articulação das regiões com o mercado interno. A despeito de esse continuar central para as dinâmicas regionais, a mudança de orientação da política econômica no período pós-1980, com seu engessamento à crise do endividamento (anos oitenta) e ao controle da inflação (anos noventa), criou novas articulações dos espaços subnacionais com o mercado externo. Isso descolou em muitos casos os ciclos de crescimento dessas economias da dinâmica do mercado interno, fazendo surgir verdadeiras —ilhas de produtividade (PACHECO, 1997 e 1998) que se articulam mais com o exterior do que com a economia nacional. Tal processo criou novas territorialidades, cujas dinâmicas não podem ser explicadas exclusivamente pela articulação ao núcleo central da economia brasileira (São Paulo) ou mesmo pelas articulações com suas regiões de origem (MACEDO, 2010, p.50).

Sobre isso devem ser realizadas pesquisas específicas para Santa Catarina, mas apenas como proposição para caminhos futuros, pode-se sugerir que o perfil diversificado de Santa Catarina fez com que o estado fugisse dessa “armadilha”. Sustenta-se essa ideia pelo fato de que, apesar do estado ser um dos principais exportadores do país, a participação do mercado intra e inter regional no comércio é expressivamente maior. Isso não exclui as tentativas e a ideologia da panacéia da relação local-global e do leilão de localidades como saídas para o desenvolvimento “endógeno” – principalmente das regiões estagnadas¹²⁴. O caso da região Serrana do estado apontaria nessa direção, já que a atividade de Papel e Celulose se constitui como um enclave exportador (seja para o resto do país, seja para o exterior).

No contexto da integração inter-regional, portanto, o estado se consolida na divisão do trabalho em grande medida através dos setores agroindustrial, de bens duráveis e, mais recentemente, de bens de capital. Sua rede urbana se articula, principalmente com os estados do Sul e Sudeste, onde São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul apresentam papel polarizador muito superiores aos demais.

Do ponto de vista produtivo e comercial, os estados que mais se destacam São Paulo e Paraná, sendo que com o segundo a proximidade geográfica constituiu regiões com estruturas

¹²⁴ Essa visão atribui ao poder local a capacidade de transformar a economia endogenamente, ou seja, a própria região deveria, ao associar-se a mercados externos, resolver seus problemas relacionados ao fraco dinamismo econômico. Tende-se, sob essa visão, desconsiderar não só que as desigualdades são intrínsecas ao sistema capitalista de produção, como também o fato de que as políticas de desenvolvimento regional devem, necessariamente, passar por uma compreensão global do problema, ou seja, uma compreensão da dimensão nacional das disparidades.

produtivas complementares como o caso da indústria eletro-metal-mecânica e automobilística entre o Nordeste catarinense e a região metropolitana de Curitiba; e a indústria moveleira no Vale do Rio do Peixe. Também há relações estreitas entre a agroindústria dos três estados do Sul, que constituem parte considerável do complexo agroindustrial brasileiro. Em relação ao Rio Grande do Sul, a polarização se dá mais em função das atividades do Oeste e Sul do estado, pela agroindústria de carnes e fumo.

O próximo capítulo terá como objetivo central qualificar essas relações e desenhar as principais características da rede urbana catarinense. No entanto, a análise da integração econômica pela ótica da agricultura e indústria de transformação já permite apontar algumas das mudanças sofridas durante a desconcentração regional produtiva, as quais estão sintetizadas abaixo:

- O período da desconcentração virtuosa foi marcado por uma forte complexificação da rede urbana brasileira. Em Santa Catarina, essa complexificação se deu não apenas através da consolidação de ramos industriais tradicionais, mas também pelo aprofundamento dos laços criados a partir do dinamismo da indústria de bens de consumo duráveis e bens de capital que terá papel crescente na rede urbana estadual.
- É a partir dessa época também que as grandes empresas passam a ditar o ritmo da acumulação, aumentando seu poder de comando sobre o território¹²⁵. Além de sua capacidade de gestão sobre os recursos naturais e a força de trabalho local, a imbricação entre esses grupos e o Estado teve papel central na construção da infra-estrutura regional e urbana catarinense. Além disso, as grandes empresas de diversos ramos, sob os estímulos das políticas governamentais, abriram unidades fora do estado, principalmente no Centro-oeste e Nordeste¹²⁶, estreitando os laços econômicos e produtivos com essas regiões.
- Apesar das grandes empresas definirem o ritmo e o padrão de acumulação dos setores, o estado continuou com a participação importante das pequenas e médias propriedades e empresas. Elas contribuíram para o fortalecimento da rede urbana principalmente nos

¹²⁵ *De fato, na fase atual do capitalismo são as grandes corporações com múltiplas atividades e localizações que desempenham o principal papel na reorganização do espaço: constituem elas agentes fundamentais da gestão do território, exercendo poderoso controle sobre a organização espacial e sua dinâmica* (CORRÊA, 2006, p.99)

¹²⁶ Vieira Filho (1986) descreve esse processo para as empresas catarinenses que investiram em novos espaços – como o caso da Artex, com a produção de fios, tecidos e tinturaria no Nordeste; Ciplanorte, na produção de tubos de PVC em Recife; e as agroindústrias (Sadia e Perdígão principalmente) no Paraná, Mato Grosso, Rio Grande do Sul.

níveis meso e micro-regionais que, por características históricas já apresentadas, articularam internamente suas redes com base, inclusive, na aglomeração de setores especializados em porções específicas do território.

- Durante a desconcentração virtuosa houve um forte crescimento do mercado interno que intensificou as trocas regionais. Na desconcentração espúria, no entanto, os fatores atinentes às crises e ao medíocre dinamismo econômico fizeram com que a saída produtos para o exterior ganhasse crescente espaço. O aumento do comércio exterior aumentou a vinculação do estado aos centros exteriores de comando o que não significou – como ocorreu em outras partes do país – que os principais ditames da dinâmica econômica catarinense fossem dados pelo mercado exterior de commodities.
- A desconcentração espúria apresentou conseqüências importantes para a organização produtiva. Além das conseqüências do padrão de acumulação flexível, especificamente para o estado destacam-se a reestruturação produtiva sofrida pelas indústrias de transformação – que ocasionou uma desindustrialização relativa – e, no caso particular da agroindústria, a diminuição progressiva do número de integrados.

CAPÍTULO III – AS TRANSFORMAÇÕES DA REDE URBANA CATARINENSE NO PÓS-1970

3.1. Introdução e algumas considerações metodológicas sobre os REGICs¹²⁷

Este capítulo tem como objetivo principal discutir as transformações da rede urbana catarinense durante o período da desconcentração virtuosa e espúria da economia brasileira. Para tanto, se analisará a evolução dos REGICs, com o intuito de caracterizar os principais determinantes da rede urbana catarinense, e a evolução populacional do estado, que permite traçar um perfil de como a articulação dos centros – e suas estruturas econômicas – condiciona e é condicionada pelo padrão de ocupação e pelos principais movimentos populacionais.

Os estudos sobre as REGICs pautam-se, de modo geral, na Teoria das Localidades Centrais¹²⁸, com a finalidade de classificar – conforme as principais funções urbanas – e hierarquizar – de acordo com os fluxos de bens e serviços – os centros urbanos no espaço. Dessa forma, todos eles buscam quantificar esses fluxos, atribuindo a cada localidade a capacidade de organizar a rede¹²⁹. Esses estudos podem, em alguma medida, refletir a organização do setor de serviços, já que categorizam a oferta dos mesmos em diferentes graus de complexidade nos municípios. Apesar de cumprir tal função nesta dissertação, não significa, no entanto, que a análise substitui um estudo mais profundo do terciário do estado – que seria extremamente profícuo para a compreensão da rede urbana catarinense. Infelizmente não se pôde suprir essa lacuna, tanto pela dificuldade com os dados e pelo limitado alcance da pesquisa, como também em função grandes problemas metodológicos existentes ao consideramos um terciário tão heterogêneo como o brasileiro – que exigiriam uma análise mais acurada sobre a abrangência e definição do que é o setor de serviços.

Os REGICs referem-se aos anos de 1966; 1978; 1993 e 2007 que não correspondem exatamente à periodização geral adotada neste trabalho. Mas, mesmo com essa limitação, não

¹²⁷ Regiões de Influência das Cidades (REGIC).

¹²⁸ Cabe ressaltar que, apesar de ter a Teoria das Localidades Centrais como base metodológica para os estudos, os pesquisadores do IBGE acompanharam o desenvolvimento da teoria crítica sobre a rede urbana, de modo que, ao longo do tempo, as interpretações dos estudos não se comprometessem totalmente com as hipóteses funcionalistas dos lugares centrais, seguindo um olhar mais autônomo no entendimento da rede urbana brasileira.

¹²⁹ Sobre isso ver as diferentes metodologias dos estudos que apresentam, detalhadamente, a segmentação tanto da oferta de bens como de serviços nos núcleos urbanos brasileiros.

impede a integração das análises: as duas primeiras pesquisas serão tratadas a partir dos marcos da desconcentração virtuosa, enquanto as posteriores estarão integradas à análise do período da desconcentração espúria. Apesar de apresentarem metodologias distintas, as classificações das cidades podem ser compatibilizadas, permitindo certa comparação entre os períodos. Isso será realizado conforme as sugestão do estudo de 2008 e de Moura (2009) apresentada no quadro 1

Também é importante destacar que, dadas as grandes disparidades regionais do país, centros com o mesmo nível hierárquico em diferentes regiões podem exercer funções com intensidade e complexidade bastante distintas; por isso evita-se traçar comparações nesse sentido. Não cabe aqui enumerar as limitações metodológicas de cada estudo¹³⁰, apenas frisar que, de uma forma ou de outra, todos eles são simplificações da realidade e não dão conta, sozinhos, do entendimento da rede urbana regional.

Quadro 1– Correspondência entre Categorias dos REGICs

REGIC 1966	REGIC 1978	REGIC 1993	REGIC 2007
Grande Metrópole Nacional	Metrópole	Regional Máximo	Grande Metrópole Nacional
Metrópole Nacional			Metrópole Nacional
Centro Metropolitano Regional			Metrópole
Centro Macrorregional			
	Centro Sub-metropolitano	Muito forte	Capital Regional A
Centro Regional A	Capital Regional		Capital Regional B
Centro Regional B		Forte	Capital Regional C
Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional	Forte para médio	Centro Sub-regional A
Centro Sub-Regional B		Médio	Centro Sub-regional B
Centro Local A	Centro de Zona	Médio para fraco	Centro de Zona A
Centro Local B		Fraco	Centro de Zona B

Fonte: IBGE (2008)

Como as matrizes referentes aos dados brutos só estão disponíveis para 2007, a qualificação mais precisa dos fluxos de bens, serviços, informações, etc. só será possível para o referido ano. Portanto, as mudanças de posição dos municípios catarinense nos períodos

¹³⁰ Todos os estudos apresentam considerações sobre as simplificações e problemas metodológicos. Para maiores especificações consultar os documentos referenciados IBGE (1972, 1987, 2000 e 2008).

anteriores serão qualificadas mais pelo papel que estes desempenharam e desempenham em relação ao estado – que se pautará nas explicações dos capítulos anteriores e na dinâmica populacional – do que pela quantificação exata das relações.

A pesquisa de 1966 observa os vínculos mantidos entre os centros urbanos a partir de três setores principais: os fluxos agrícolas; a distribuição de bens e serviços à economia; e a distribuição de bens e serviços à população¹³¹. Já a pesquisa de 1978 construiu um esquema de oferta de bens e serviços (classificados conforme complexidade dos setores de comércio varejista, atacadista e serviços) e da disponibilidade deles em cada centro selecionado, desenhando a estrutura e a hierarquia da rede urbana brasileira¹³². A pesquisa de 1993 define as funções centrais através da utilização de informações relativas aos censos de comércio e serviços, pesquisa de campo e outros estudos, classificando as funções centrais conforme a complexidade e frequência da procura nos centros urbanos.

O estudo de 2007 apresenta avanços metodológicos importantes, inclusive um quadro analítico mais complexo, que busca compreender as principais mudanças nas relações espaciais após o aprofundamento da globalização no Brasil¹³³. Fica explícita, nesse sentido, a incapacidade de entender a rede urbana apenas a partir das noções das localidades centrais, ainda mais considerando a heterogeneidade das estruturas regionais do país – que já eram desvendadas nos quadros anteriores.

Especificamente para o caso de Santa Catarina, o fato desse estudo ter privilegiado analiticamente os centros de gestão e comando do território (a partir da localização dos órgãos estatais e sedes de empresas) possibilitou um entendimento mais claro da rede urbana estadual. Pois, pelas características apontadas sobre a (des)integração interna, a disponibilidade

¹³¹ Os fluxos agrícolas foram quantificados pela compra discriminada de produtos; a distribuição para a economia foi contada a compra de máquinas agrícolas, arame farpado, sacaria, fertilizantes, comércio atacadista, serviços bancários; e no setor de serviços à população foram incluídos a oferta de varejo comum e fino, atendimento médico e serviços hospitalares. Nas palavras do documento: *As cidades foram, então, classificadas como centros de relações, considerando o conjunto dos vínculos mantidos com um espaço maior ou menor: esses vínculos referem-se tanto à centralidade como à atração da produção agrícola para comercialização. As combinações dos relacionamentos resultaram em formas diferentes de atuação das cidades e daí as diferentes categorias de centros definidos com suas áreas de influência hierarquizadas.* (IBGE, 1972, p.12)

¹³² *Para cada cidade pesquisada foram elaboradas quatro matrizes descritivas, que indicam, nas linhas, os municípios de procedência ou as cidades procuradas e, nas colunas, os bens e serviços procurados e reproduzidos (...)* (IBGE, 1987, p.17).

¹³³ Em termos gerais, a hierarquia dos principais centros de comando da rede urbana brasileira não se modificou durante os anos. São Paulo representa, obviamente, o principal espaço de polarização da economia nacional, exercendo o comando por toda a rede. Mesmo nos estudos de 1978 e 1993, que apresentam apenas um grupo de classificação das metrópoles, São Paulo tem o maior número de relações, vindo em segundo lugar o Rio de Janeiro. Apenas no estudo de 2007 é que o Rio de Janeiro divide a segunda posição com Brasília na hierarquia nacional, fato que, como aponta Moura (2009), tem mais relação com a ênfase dada na gestão federal do que efetivamente a intensidade do fluxo de bens e serviços.

dos diferentes serviços na maioria dos pólos das redes urbanas sub-regionais não permitia observar tão claramente a hierarquização entre essas áreas.

A análise do capítulo estará baseada, portanto, na ideia de que, mesmo com a inexistência de uma metrópole primaz no estado, é possível verificar crescente hierarquização dos centros urbanos. A concentração populacional e do excedente, que se ampliou nas últimas décadas, também segue essa direção e reforça a noção de que a articulação do espaço está cada vez mais subordinada às dinâmicas de *igualização* e *diferenciação*, moldando as relações inter e intra-regionais conforme necessidades de acumulação, centralização e circulação do capital.

3.2. A Rede Urbana Catarinense no período da desconcentração virtuosa: o início da mudança do padrão de (des)integração

O período da desconcentração virtuosa foi caracterizado por forte crescimento e diversificação da economia brasileira e catarinense. Explicitou-se nos capítulos anteriores que esse crescimento se traduziu em um espraiamento das atividades pelo território e uma intensificação das relações comerciais entre todas as regiões do país. Do ponto de vista populacional, foi um período que, em termos nacionais, consolidaram-se os processos de urbanização, desruralização e concentração espacial da população. Tais processos apresentavam forte intensidade desde a década de 1960, quando a população urbana do país superou seu contingente rural (tabela 21) e, aprofundaram-se a partir dos anos 1970.

Também foi nesse período que o movimento de metropolização¹³⁴ ganhou fôlego inédito e, em consonância à dinâmica econômica e populacional instaurada no decorrer da segunda metade do século XX, redefiniu a rede urbana brasileira. Essa, diferentemente dos períodos anteriores – cuja organização espacial esteve vinculada mais fortemente aos aspectos coloniais e das economias regionais –, se tornava mais complexa e articulada, adensada por um contingente populacional enorme que saía do campo.

Santa Catarina não segue exatamente o mesmo movimento: além da predominância da população urbana só ser atingida no decorrer da década de 1970, não houve, como já apontado, a formação de uma metrópole que concentrasse a maioria da população do estado. A primeira

¹³⁴ Até os anos 70, o processo de urbanização e de redistribuição espacial da população brasileira esteve condicionado praticamente a uma só vertente: o crescimento acelerado e progressivo das grandes cidades e das metrópoles. (BAENINGER, 1998, p.730).

questão pode ser observada pelos dados censitários na tabela 21, onde o grau de urbanização de Santa Catarina atinge 59,70% apenas no Censo de 1980. E a segunda é assinalada nas tabelas 22 e 23, que mostram a dinâmica dos maiores municípios – que não atingem o contingente de 300 mil habitantes – e a distribuição populacional por estratos de municípios – cujo estrato mais alto em 1980, tinha menor participação no total da população (23,34%) do que o estrato até 50 mil habitantes (29,67%).

O ritmo de crescimento da população urbana também se acentua durante os anos da desconcentração virtuosa, com taxas anuais de crescimento para o estado maiores do que para o país (tabela 23). Cabe ressaltar, no entanto, que nos anos 1970 o Brasil ainda sofria os efeitos da expansão da fronteira agrícola, o que justifica uma queda menos acentuada em termos absolutos da população rural; mas, ainda assim, pode-se dizer que os principais processos ligados à industrialização e à urbanização brasileira foram sentidos mais tardiamente por Santa Catarina.

Tabela 21- Grau de Urbanização e Taxa Anual de Crescimento (%):
Brasil e Santa Catarina - 1960/2010

	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Grau de urbanização BR	45,08	55,98	67,70	75,47	81,23	84,35
Grau de urbanização SC	32,39	43,23	59,70	70,64	78,73	83,99
Taxas de crescimento BR		1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010
Urbana		5,15	4,48	3,06	2,19	1,56
Rural		0,65	-0,61	-0,82	-1,23	-0,64
Total		2,90	2,51	1,95	1,45	1,18
Taxas de crescimento SC		1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010
Urbana		6,18	5,68	3,48	3,08	2,23
Rural		1,37	-1,12	-0,99	-1,74	-1,28
Total		3,16	2,33	1,90	1,84	1,57

Fonte: dados brutos dos Censos Demográficos 1970/2010

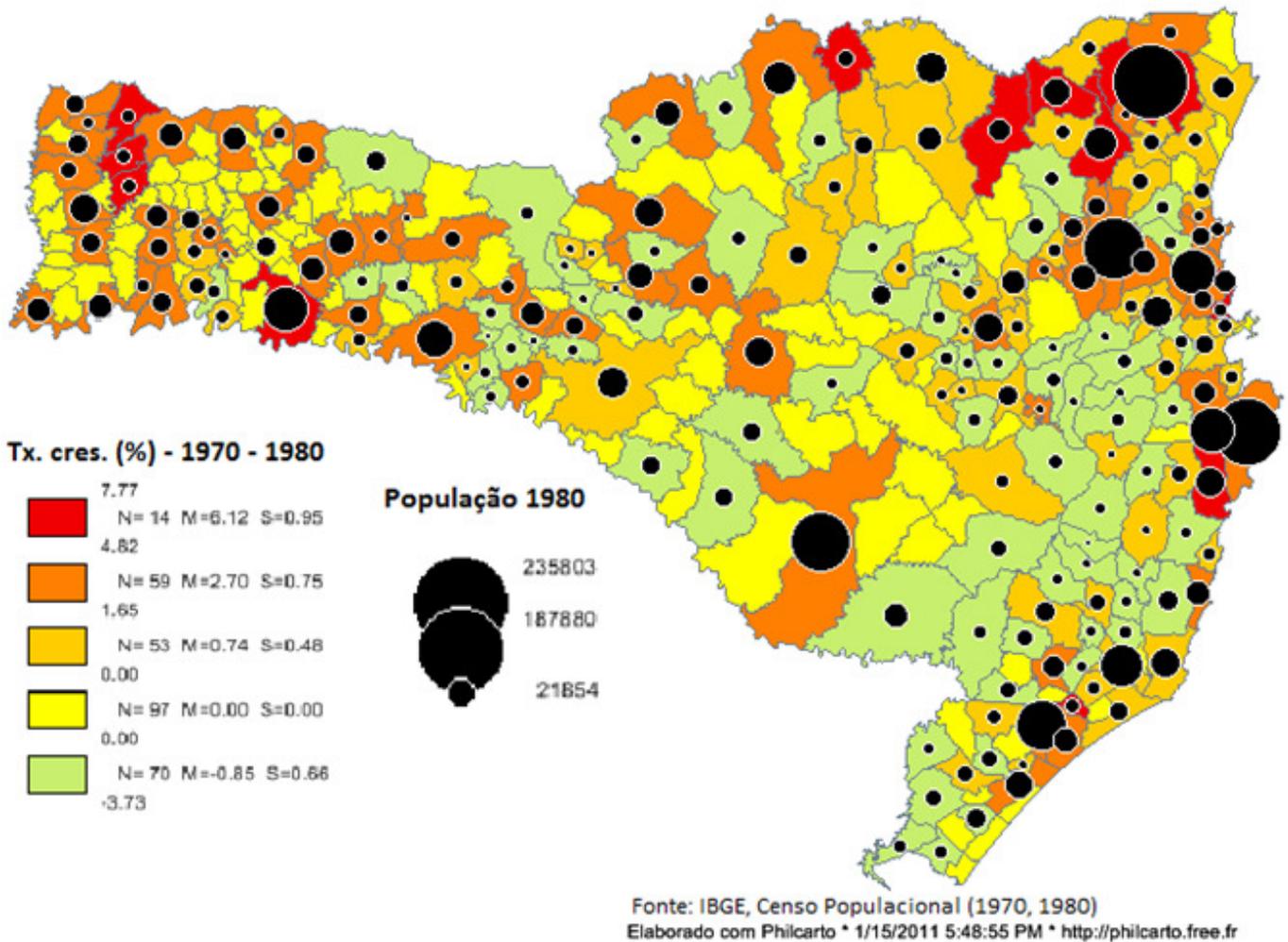
Os anos 1970, portanto, respondem não apenas por uma taxa anual de crescimento da população urbana na ordem de 5,68%, como também por uma taxa negativa de crescimento de sua população rural. Esse decréscimo teve como base dois movimentos: o fechamento da fronteira – que altera a dinâmica da região Oeste do estado – e, principalmente, a expulsão de população do campo em direção à cidade – o que afeta todas as sub-regiões, uma vez que a

maioria das capitais regionais apresentava uma hinterlândia com estrutura de pequenas propriedades. Houve, por conseguinte, uma forte ascensão dos movimentos migratórios intra-estaduais (ALVES, 2009), condicionados em grande medida pelos efeitos de modernização que imperavam no meio rural – processo tratado no capítulo 2.

Conforme nos ensina Singer (1998), por um lado, o que determina as migrações são os fatores de expulsão; e, por outro, o que condiciona a direção da classe social que se põe em movimento são os fatores de atração. Esses estão ligados à dinâmica do local de destino que, diante do processo de industrialização, tem como componente essencial a demanda por trabalho. Nesse contexto, pode-se afirmar que, atuando na mesma direção da modernização agrícola, o crescimento industrial e a necessidade de concentração e centralização territorial do capital, ditaram a dinâmica da rede urbana catarinense atraindo cada vez mais trabalhadores para as regiões que apresentavam forte dinamismo urbano-industrial.

O mapa 1 mostra essa relação, onde os grandes municípios têm taxas de crescimento positiva acompanhados, em menor medida, pela maioria dos espaços urbanos de suas redes. Também aponta para o fato de que as capitais regionais, em maior ou menor grau, conseguiam dinamizar sua hinterlândia o suficiente para que não houvesse um quadro geral de expulsão, como veio a ocorrer nas décadas posteriores. Não obstante a impossibilidade de mensurar esses deslocamentos intra-regionais específicos para o período 1970 e 1980, ao que parece, as migrações internas seguiam um duplo e integrado dinamismo: de movimentos vinculados à hierarquia tradicional entre áreas rurais-urbanas nas próprias sub-regiões; e os fluxos em direção às áreas de forte industrialização, que se beneficiavam com a desconcentração produtiva regional do país e o alargamento do mercado interno.

Mapa 1– Taxas de crescimento anual da população (1970-1980) e população absoluta de Santa Catarina (1980)



Destarte, vale a análise da dinâmica dos municípios catarinenses mais populosos (tabela 22), que em 1970 abarcavam 29,06% da população catarinense e, em 1980, passam a responder por 34,16% do total. Além disso, as maiores taxas de crescimento dizem respeito à, pelo menos, quatro áreas importantes que concentram produção industrial do estado: Joinville, Chapecó, Blumenau e Criciúma.

Joinville foi o carro-chefe do crescimento e diversificação da indústria de bens de consumo duráveis e de capital, dando coerência ao espaço regional sob os parâmetros do complexo eletro-metal-mecânico. Blumenau, seguindo a expansão do mercado nacional de bens de consumo não duráveis, continuava a articular o complexo têxtil-vestuarista na região do Vale

do Itajaí. Os REGICs de 1966 e 1978 expõem a ascensão de Joinville, que passa de centro regional B a capital regional, igualando-se a Blumenau e Florianópolis no mais alto nível de centralidade do estado – assinalado no quadro 2. Além disso, com crescimento de 6,46% ao ano entre 1970 e 1980, Joinville se torna o maior município do estado em termos populacionais durante o período.

Tabela 22- 10 maiores município de Santa Catarina: população, participação no estado e taxa anual de crescimento - 1970/1980

1970			1980			70/80
Município	População	Part SC (%)	Município	População	Part SC (%)	Tx crescimento a.a (%)
Florianópolis	138.337	4,77	Joinville	235.803	6,50	6,46
Lages	128.728	4,44	Florianópolis	187.880	5,18	3,11
Joinville	126.058	4,34	Blumenau	157.251	4,33	4,60
Blumenau	100.275	3,46	Lages	155.295	4,28	1,89
Criciúma	81.452	2,81	Criciúma	110.597	3,05	3,11
Tubarão	66.876	2,30	São José	87.822	2,42	7,52
Itajaí	63.139	2,18	Itajaí	86.456	2,38	3,19
Chapecó	49.865	1,72	Chapecó	83.772	2,31	5,32
Concórdia	45.465	1,57	Tubarão	75.242	2,07	1,19
Campos						
Novos	43.135	1,49	Concórdia	59.426	1,64	2,71
Total	843.330	29,06	Total	1.239.544	34,16	-

Fonte: IBGE - Dados brutos dos Censos demográficos de 1970 e 1980.

Na rede urbana comandada por Blumenau o segundo nível de centralidade apresentou mais municípios em 1978 do que em 1966, quando apenas Rio do Sul constava como centro sub-regional A. A ascensão de Brusque, município importante da indústria têxtil-vestuarista, é exemplo disso, pois além de ter ganhado posição na hierarquia, entre 1970 e 1980 obteve a maior taxa de crescimento populacional dos centros sub-regionais do Vale do Itajaí.

A articulação em torno de Joinville também sofreu modificações. Além de polarizar a área de produção eletro-metal-mecânica e ter como tributária a região de Jaraguá do Sul – que passou a compor o grupo de centros sub-regionais – também influenciava a dinâmica de São Bento do Sul que, apesar de não estar nos estratos superiores da hierarquia urbana, teve o maior crescimento populacional do estado durante a década de 70, na ordem de 7,77% ao ano. Junto

com Rio Negrinho¹³⁵ esse município integra o pólo moveleiro que, no período, mostrou grande dinamismo – em função tanto do crescimento do mercado interno como do mercado externo.

Quadro 2- Posição dos municípios nos estratos superiores da Rede Urbana Brasileira e Catarinense - 1966 e 1978

REGIC 1966		REGIC 1978	
Grande Metrópole Nacional	São Paulo	Metrópole Regional	Curitiba e Porto Alegre
Metrópole Nacional	Rio de Janeiro		
Centro Metropolitano Regional	Porto Alegre		
Centro Macrorregional	Curitiba		
		Centro Submetropolitano	Não há
Centro Regional A	Blumenau e Florianópolis	Capital Regional	Joinville, Blumenau, Florianópolis, Chapecó, Joaçaba, Lages, Tubarão e Criciúma
Centro Regional B	Joinville, Lages, Joaçaba, Criciúma, Tubarão e Chapecó		
Centro Sub-Regional A	Mafra, Porto União e Rio do Sul	Centro Sub-Regional	Mafra, Videira, Porto União, Jaraguá do Sul, Itajaí, Brusque, Rio do Sul, Xanxerê, São Miguel d'Oeste, Laguna, Araranguá e Concórdia
Centro Sub-Regional B	Itajaí, Concórdia, Videira, Laguna e São Miguel d'Oeste		

Fonte: Construção a partir das matrizes dos Regics 1966 e 1978 - IBGE

Chapecó teve taxa de crescimento populacional elevada, mas não ganha posição relativa no estado. O aumento significativo de sua população está ligado ao dinamismo crescente das atividades urbanas, já que, mesmo tendo como base a agroindústria, seu grau de urbanização passa de 40,53% para 65,92%¹³⁶. Chapecó, portanto, polariza todo o Extremo Oeste do estado, sendo, já nessa época, um importante receptor populacional da região. Na hierarquia dos centros

¹³⁵ Municípios do Paraná como Piên e Ponta Grossa também compartilham a dinâmica da indústria de móveis e derivados da madeira. Essas são atividades que colocam a região do Planalto Norte catarinense em articulação direta com o estado do Paraná.

¹³⁶ Dados brutos dos Censos Demográficos – IBGE, 1970/1980.

que comanda, São Miguel do Oeste aparece como centro sub-regional nas duas pesquisas e Xanxerê ocupa essa mesma posição a partir de 1978.

O Planalto Serrano, cuja capital regional é Lages, sofria – desde meados da década de 1960 – os efeitos do esgotamento do “ciclo da madeira”. Como mencionado nos capítulos anteriores, o dinamismo da atividade madeireira foi capaz de diversificar a produção e atrair grandes contingentes de força de trabalho, colocando o município como o mais populoso do estado no Censo de 1960. No entanto, a partir daí, a região torna-se forte expulsora de população e menos capaz de articular e diferenciar a rede urbana ao seu redor. Entre os REGICs de 1966 e 1978, Lages ocupa a mesma posição de capital regional, mas com crescimento populacional inferior às demais. Esse baixo crescimento também ocorre em diversos municípios que compõem sua rede urbana¹³⁷, revelando o quadro crítico de expulsão que se reproduziria no decorrer das décadas.

Nos dois REGICs o Sul do estado figurou com duas capitais regionais, que polarizavam, com a mesma intensidade, os demais municípios da região. No entanto, considerando os aspectos populacionais, nota-se que Criciúma já apresentava maior dinamismo que Tubarão, com taxas anuais de crescimento de, respectivamente, 1,19% e 3,71% - a diferenciação se reflete também na perda de posição de Tubarão em relação à participação na população do estado. Tal movimento já distinguia o caminho ascendente de Criciúma, que tinha na indústria cerâmica sua principal base de crescimento econômico; e também acenava para os problemas que atravessaria Tubarão pelo paulatino desmanche do complexo carbonífero.

Florianópolis, capital regional e administrativa do estado, teve influência limitada em relação às demais capitais até o final dos anos 1970. Sua rede urbana era desenhada, segundo os REGICs, apenas pelos municípios circunvizinhos, cuja dinâmica industrial era consideravelmente inferior às outras regiões do estado. Seu papel polarizador restringia-se à sua função administrativa e à prestação de serviços específicos (como hospitalares, educacionais e bancários) – o que não significava um baixo dinamismo econômico e populacional, já que as taxas de crescimento associadas aos centros da região eram relativamente altas¹³⁸ (mapa 1).

Essa parca abrangência confirma para esse anos a ideia do perfil de (des)integração da RU catarinense, onde as regiões apresentavam maior crescimento das ligações com outras partes

¹³⁷ Entre os principais, destaca-se São Joaquim, com taxa anual de crescimento de -1,19% e Campos Novos com taxa próxima a zero (Dados brutos dos Censos Demográficos – IBGE, 1970/1980).

¹³⁸ Exemplo disso é a taxa de crescimento de São José de 7,51% ao ano, segunda maior do estado.

do país (principalmente Paraná e São Paulo) do que entre si. Como salientado na introdução do capítulo, a indisponibilidade das matrizes originais dos dados brutos das pesquisas anteriores a de 2007 impede uma análise mais acurada da dimensão e intensidade dos vínculos. É possível que, pelo perfil relativamente equilibrado da rede urbana estadual e pelo nível de diversificação das economias regionais, essas características tenham perdurado mesmo com o aprofundamento das conexões infra-estruturais dos anos 1960 (conforme considerações do capítulo 1).

A tabela 23 elucida o perfil relativamente equilibrado da rede urbana catarinense através da distribuição e da participação da população por estratos de municípios. Em primeiro lugar ressalta-se o fato de que o estado não apresentava nenhuma cidade com população acima de 500 mil habitantes e, em 1980, o município mais populoso já não era a capital administrativa do estado. Além disso, entre 1970 e 1980, os estratos que respondem por cerca de 50% da população são aqueles entre 10 e 20 mil habitantes e 20 e 50 mil habitantes (cerca de 80 municípios).

Tabela 23- Distribuição espacial dos municípios segundo estratos de população 1970-2010

Intervalo	n de municípios					% pop no total de SC				
	1970	1980	1991	2000	2010	1970	1980	1991	2000	2010
300.001 a 500.000	0	0	1	2	3	-	-	7,64	14,41	19,93
100.001 a 300.000	4	5	7	8	9	17,00	23,34	25,26	23,69	22,73
50.001 a 100.000	3	5	8	9	15	7,29	10,82	11,47	10,97	15,10
20.001 a 50.000	27	36	34	31	34	26,88	29,67	23,56	18,93	16,19
10.001 a 20.000	57	51	56	61	60	26,98	19,53	17,34	15,63	13,11
5.001 a 10.000	68	63	66	76	64	17,05	12,86	11,02	10,11	7,48
2.001 a 5.000	35	35	43	98	96	4,61	3,68	3,62	5,98	5,13
1 a 2 mil	3	2	2	8	12	0,19	0,10	0,04	0,27	0,34

Fonte: dados brutos dos Censos Demográficos do IBGE - 1970 a 2010.

Em certo grau, tal perfil não é convergente com a forte tendência de concentração da população brasileira na década de 1970: para o Brasil 13 cidades acima de 500 mil habitantes abarcavam 31% da população¹³⁹, enquanto em Santa Catarina as cinco maiores cidades (que são consideradas cidades médias – de até 300 mil habitantes) continham 23,34%. A contraposição disso é ainda mais marcante, pois, enquanto no país apenas 22% da população se encontrava em 87,6% do total de municípios com menos de 20 mil habitantes, em Santa Catarina 36,16% de sua

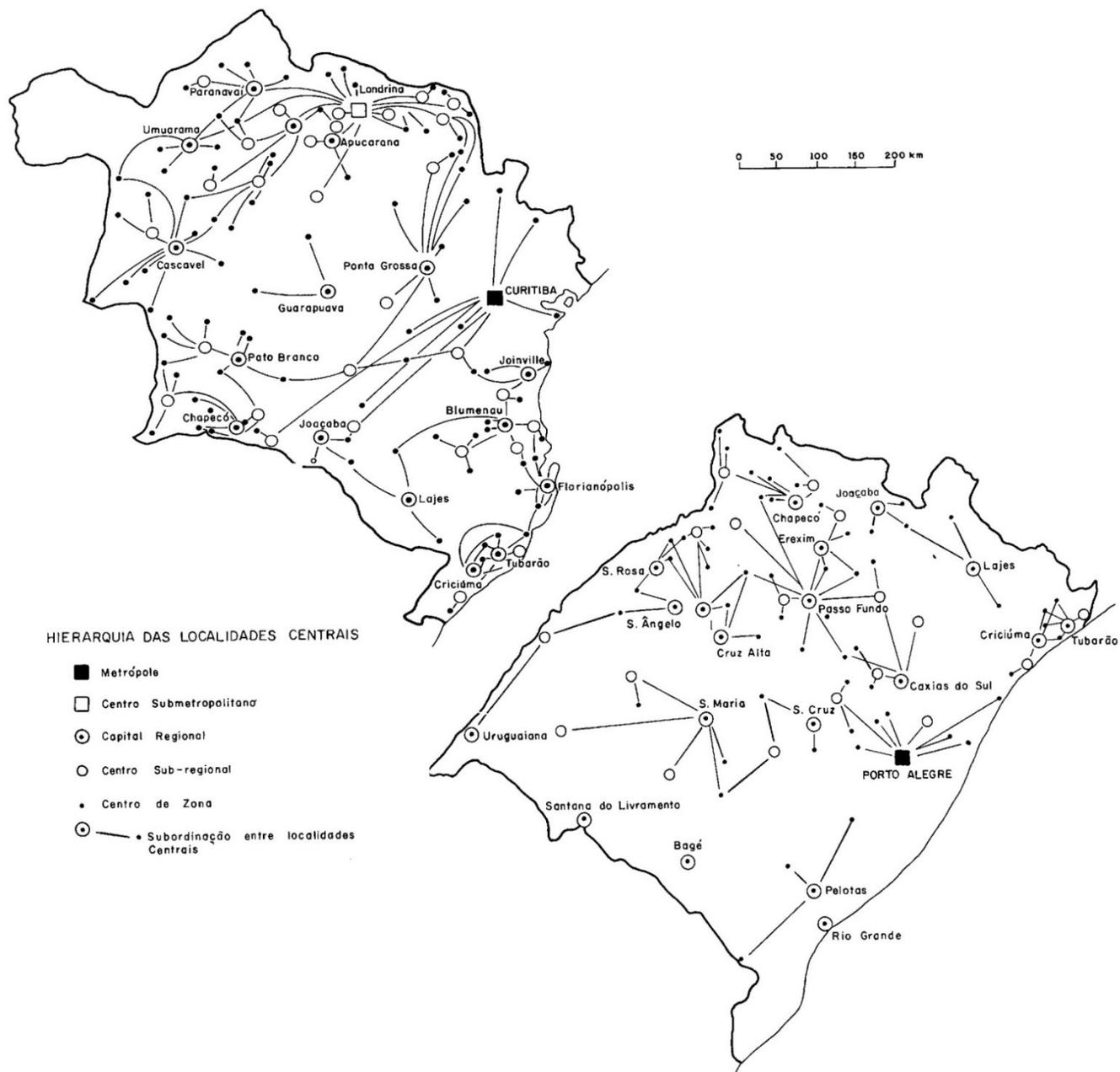
¹³⁹ Os dados para o Brasil foram retirados de Baeringer (1998).

população encontrava-se nesse estrato, sendo que ele representava 76,64% do total do número de municípios.

No entanto, mesmo que esse processo não tenha se dado tão fortemente no estado, já se percebe que, durante os anos 1970, o sentido do movimento passa a ser o da concentração populacional – com aumento da participação do maior estrato no total. Isso se deu não apenas pela entrada de Criciúma nessa camada (tabela 22), como também pelo forte dinamismo da população de Joinville, Florianópolis e Blumenau (já que Lages, mesmo com taxa de crescimento positiva, começava a enfrentar as consequências de sua decadência sócio-econômica).

Nesse contexto, as capitais regionais catarinenses atendiam a uma hierarquia fundamentalmente extrínseca ao estado e, por consequência, suas transformações também estiveram ligadas a outros espaços de acumulação. Estes reconfiguraram suas áreas de influência, fazendo com que o mapa da rede urbana catarinense tivesse seu traçado modificado. Segundo os REGICs, é entre 1966 e 1978 que o Paraná ocupa de vez lugar central na hierarquia do estado, consolidando e constituindo importantes relações econômicas que seguirão trajetória ascendente. Além da metrópole regional de Curitiba, Porto Alegre apresentava considerável influência sobre a rede urbana do estado.

Mapa 2– Regiões de Influência de Curitiba e Porto Alegre – 1978



Fonte: REGIC 1978 (IBGE, 1983)

Em 1966 a polariza o que essas metrópoles exercem está basicamente dividida em termos geográficos, sendo que a porão centro-norte responde ao centro macrorregional de Curitiba (através dos centros regionais de Blumenau, Joinville e Florianópolis), enquanto o

centro-sul (Criciúma, Tubarão e Chapecó) é tributário do Centro Metropolitano Regional de Porto Alegre. No estudo posterior esse perfil é distinto, onde Curitiba influencia a maior parte das capitais regionais (Florianópolis, Joinville, Blumenau, Lages, Criciúma, Tubarão, Joaçaba e Chapecó) enquanto Porto Alegre influencia apenas o centro-sul (Lages, Chapecó, Joaçaba, Tubarão e Criciúma). Este panorama é delineado pelo Mapa 2.

Nesse período, portanto, o crescimento populacional é mais fortemente direcionado às capitais regionais, que tinham taxas de crescimento geralmente maiores do que as dos municípios do seu entorno. Por um lado, o movimento era reflexo da necessidade de concentração de população no espaço que, durante o período, acompanhava a concentração de capital e o alargamento das escalas de produção no interior do estado. Por outro, era resultado da desconcentração industrial no país, cujo eixo cortava Santa Catarina através de suas principais aglomerações produtivas (Joinville e Blumenau), interligando a economia de toda região Sul¹⁴⁰. Como se explicará na seção seguinte, a partir dos anos da desconcentração espúria essa tendência de concentração se alarga e a rede urbana do estado vai sendo mais marcada pela dissociação entre litoral e interior do que pela existência relativamente desvinculada de diferentes regiões produtivas.

3.3. A Rede Urbana Catarinense no período da desconcentração espúria: novo padrão de (des)integração

O largo período da desconcentração espúria foi marcado pela inflexão das elevadas taxas de crescimento do Brasil e de suas regiões. O contexto recessivo, junto às mudanças nas políticas macroeconômicas e nas relações com o exterior, pintou um quadro mais complexo para o entendimento da rede urbana brasileira. Com a diminuição da coordenação explícita do Estado sobre a economia e sobre a desconcentração produtiva regional, as unidades federadas passaram a buscar alternativas para o crescimento de forma desarticulada e por vezes contraditória ao “interesse nacional”. Os principais reflexos disso para a economia, explicitados no capítulo anterior, foram a guerra fiscal e a articulação direta de áreas sub-regionais com o mercado exterior e assim, uma maior subordinação desses espaços às dinâmicas e interesses externos.

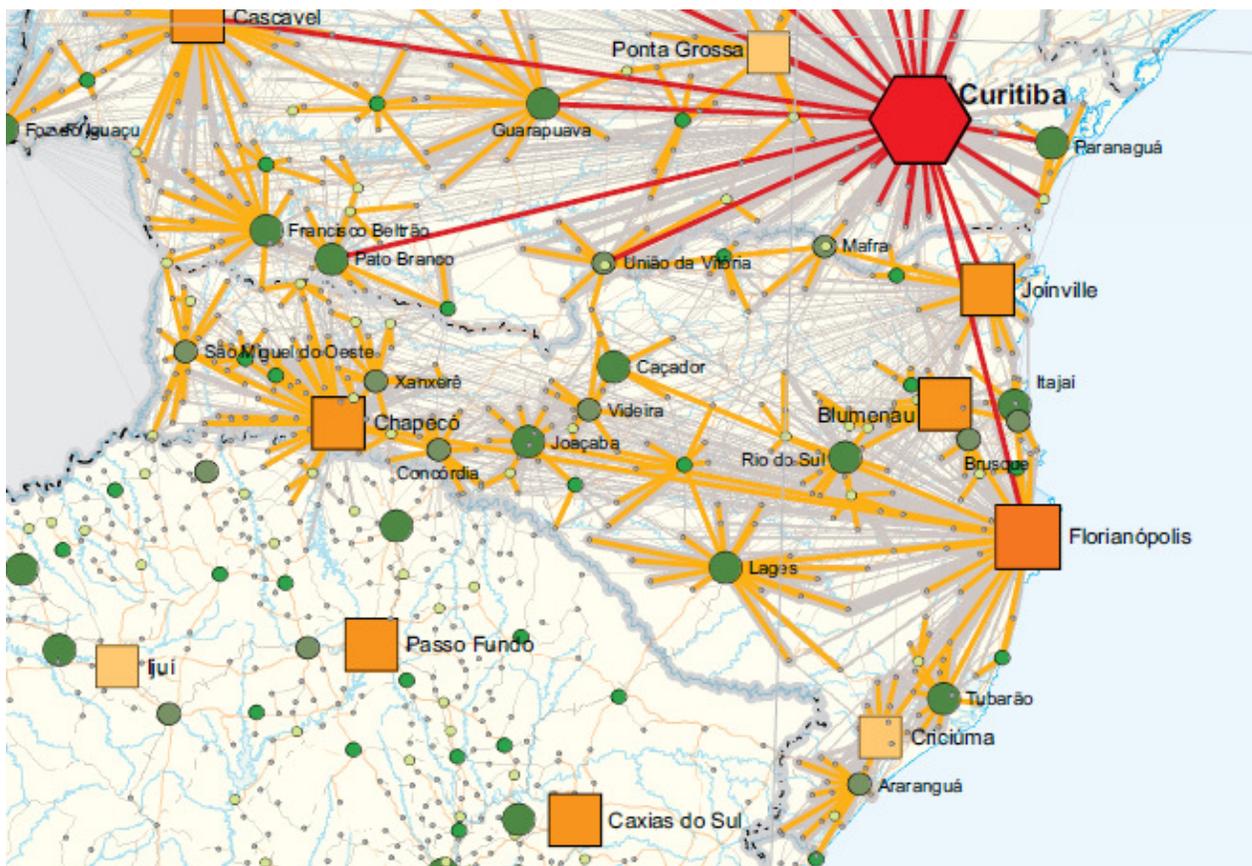
¹⁴⁰ Como apontaram Diniz (1993) e Lemos e Pereira (2003), as cidades médias foram nós importantes para que a desconcentração se efetivasse – principalmente no sentido centro-sul.

Santa Catarina teve desempenho econômico relativamente melhor do que o Brasil. Tal fato não significou, no entanto, que os condicionantes perniciosos da “década perdida” e dos anos “neoliberais” não modificaram sua economia. A reestruturação produtiva e a mudança no padrão de acumulação fizeram com que houvesse centralização de capitais, desnacionalização parcial do complexo agroindustrial e ampla adoção de formas flexíveis de produção – precarizando as relações de trabalho e diminuindo o emprego industrial.

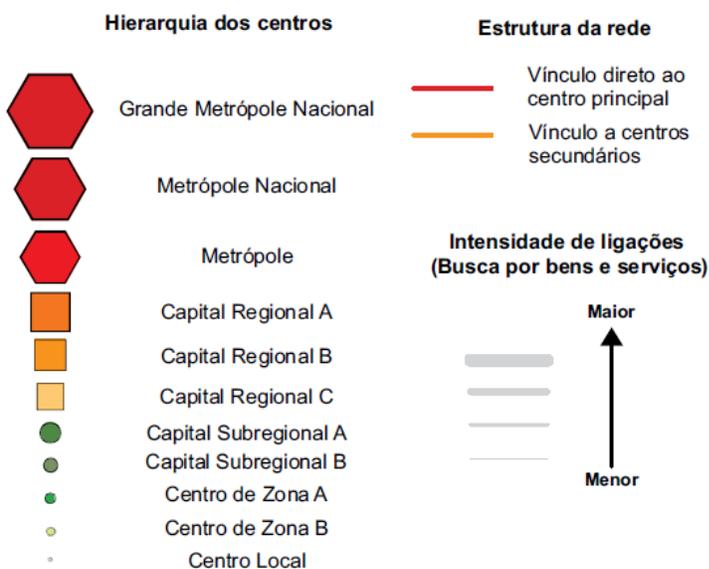
Como já colocado no capítulo anterior, a abertura comercial e a valorização cambial dificultaram tanto a participação no mercado interno, pela alta concorrência de produtos oriundos de outras partes do mundo (caso das indústrias de calçados e o complexo têxtil-vestuarista); como as exportações (caso da indústria moveleira), pela perda de competitividade internacional. No início do século XXI os efeitos perversos desses anos são sentidos também através da desindustrialização, uma vez que os ramos mais dinâmicos da produção vão perdendo participação relativa ao longo do tempo.

O quadro geral da rede urbana catarinense a partir dos anos 1980, portanto, sofre fortes alterações. Em primeiro lugar há uma mudança nas relações externas do estado. O Rio Grande do Sul perde influência e o Paraná passa a polarizar a maior parte da rede urbana catarinense. A maior integração de Santa Catarina à metrópole regional de Curitiba se deu não apenas em função da proximidade geográfica e da convergência dos seus setores produtivos (no Nordeste e Oeste do estado), mas também pelo fato de que ambos os estados figuraram entre os maiores beneficiados com o movimento de desconcentração produtiva regional. O mapa 3 projeta a polarização da metrópole de Curitiba sobre Santa Catarina:

Mapa 3– Região de Influência da Metrôpole Regional de Curitiba – REGIC 2007



Legenda: Regiões de Influência¹⁴¹



Fonte: REGIC 2007 (IBGE, 2008).

¹⁴¹ Esta legenda corresponde a todos os mapas referente ao REGIC 2007 (IBGE, 2008).

Além disso, nas trocas migratórias inter-regionais o Paraná supera as demais unidades federadas, tanto em termos de emigração quanto de imigração. O Rio Grande do Sul vem em segundo lugar, seguido de São Paulo e Mato Grosso¹⁴². No que tange a intensidade das relações empresariais das capitais regionais (IBGE, 2008) o quadro é semelhante, com participação intensa de São Paulo e Curitiba.

Outra característica geral da rede urbana catarinense que despontava na década de 1970, porém se intensifica nas décadas seguintes, é a concentração espacial do excedente econômico e da população. Sobre o primeiro aspecto, a figura 1 esboça a distribuição dos estabelecimentos da indústria de transformação no estado para os anos entre 1989 e 2009. Os mapas mostram que, mesmo com o espraiamento dos estabelecimentos, as maiores aglomerações situam-se no litoral, formando manchas contíguas pelo território. A densidade da mudança também é diferente para as outras regiões, onde o Planalto Serrano experimenta muito menor dinamismo no aumento do número de estabelecimentos durante os anos do que a região Oeste – que concentra a maior parte deles no entorno de Chapecó.

Sobre o segundo aspecto destaca-se – no período 1991 e 2010 – a crescente participação dos municípios pertencentes aos maiores estratos no total da população catarinense. Naqueles entre 100 e 500 mil habitantes a alta é de 32,9% para 42,7% (tabela 23) e, em contrapartida, há uma diminuição abrupta dos municípios entre 10 e 50 mil habitantes cuja participação declina de 40,9% para 29,9%. Outro fato que chama atenção é o aumento do número e da participação dos municípios de até 5 mil habitantes. Isso se deve, por um lado, à criação de novos municípios (no total 96) durante a década de 1990; por outro também se deve à diminuição absoluta da população de alguns municípios que perderam posição nesse quadro, principalmente a partir de 2000 – o aumento do número de municípios até 2 mil habitantes é prova disso. Ademais, como coloca Miotto (2008), entre 2000 e 2007, vários municípios fundados na década de 1990 tornaram-se expulsos de população, principalmente no Oeste do estado.

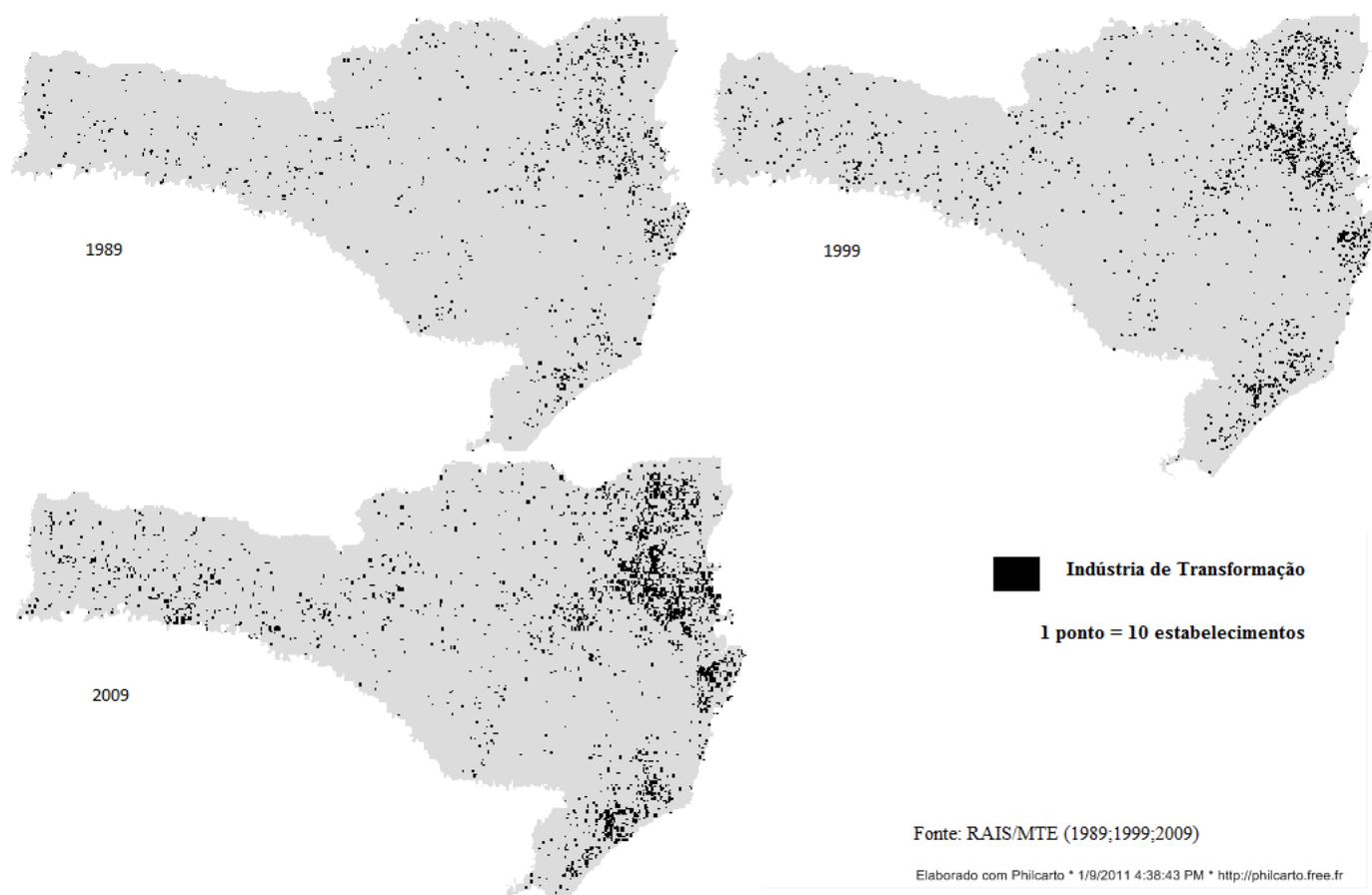
Nesse sentido, a seguinte questão colocada em 1997 pelo IPARDES – UNICAMP já aponta resposta, aparentemente confirmada pelos dados preliminares do Censo de 2010.

¹⁴² A migração com destino ao Mato Grosso é oriunda, principalmente, da região Oeste. Ela faz parte do movimento de expansão da fronteira nacional, onde, pelo fechamento das fronteiras regionais do Sul do país, muitos paranaenses, catarinenses e gaúchos acabaram saindo em busca de novas terras e condições de produção.

(...) [A pergunta que temos de fazer é se] o surto emancipatório é benéfico à superação do quadro de carências quanto aos serviços e à consolidação do processo democrático, ou se serve apenas à concretização de interesses particulares de ordem político-eleitoral, onerando os cofres públicos com a duplicação de estruturas administrativas. (IPARDES – UNICAMP, 1997, p.54)

Considerando que a grande maioria dos municípios criados entre a década de 1990 e 2000 encontra-se na região Oeste e Serrana¹⁴³ e essas são áreas de esvaziamento populacional intenso nas duas últimas décadas; e, desse total de municípios criados, mais da metade apresenta taxa de crescimento populacional negativa entre 2000 e 2010: conclui-se, portanto, que a emancipação não foi e, em princípio, não será a saída para resolver a carência de serviços ou problemas do processo democrático.

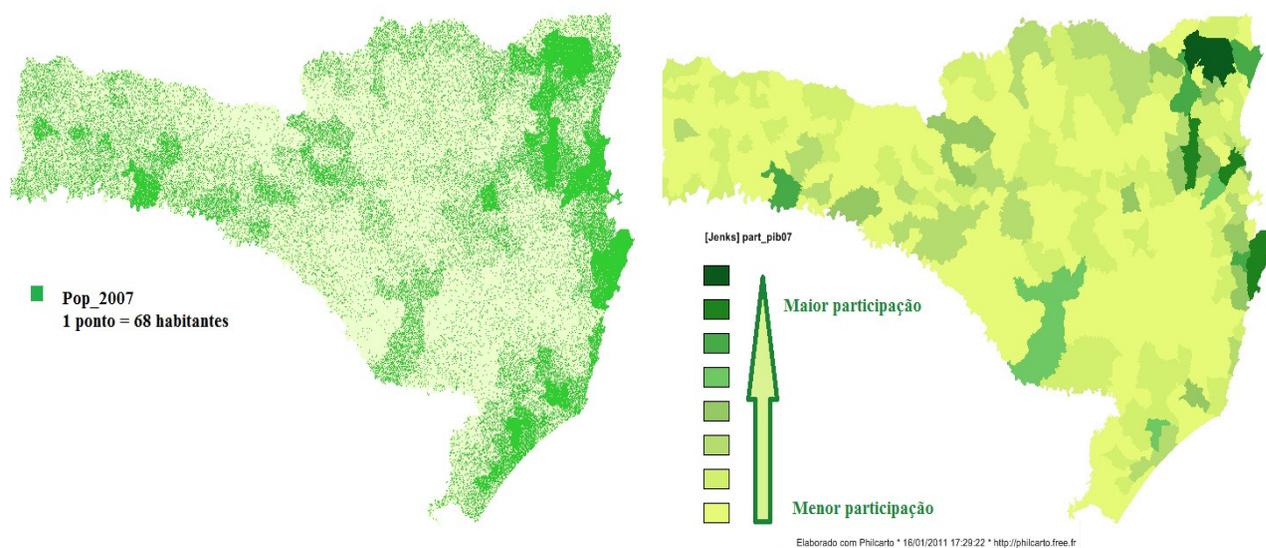
Figura 1– Número de estabelecimentos da Indústria de transformação em Santa Catarina (1989, 1999 e 2009)



¹⁴³ Dos 76 municípios emancipados 45 são da região Oeste e 13 da Serrana .

A experiência das Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR) parece seguir o mesmo sentido, já que não só foi incapaz de minimizar o processo de concentração/litoralização do estado ao qual se propunha¹⁴⁴, como também passou a apregoar o receituário conservador de parte dos pensadores do desenvolvimento local e endógeno como via de salvação, sem considerar os níveis e capacidades de decisão – geralmente escassos – que essas localidades apresentam. A implicação disso, não é somente a frustração das tentativas de conectar espaços historicamente decadentes aos ciclos de acumulação superiores da economia (nacional ou global), mas também responsabilizar a escala local por seu próprio (sub)desenvolvimento, desconsiderando, portanto, o desenvolvimento desigual e as conseqüências dele nas diversas escalas de um grande território subdesenvolvido¹⁴⁵.

Figura 2– Distribuição da população e Participação Municipal no PIB (%) em Santa Catarina



Fonte: IBGE – Contagem da População 2007 e Contas Municipais – 2007

¹⁴⁴ Birkner (2005) descreve as principais diretrizes da proposta de descentralização política, que tinha como base regionalizar a gestão e aplicação dos recursos nas regiões conforme as necessidades identificadas no bojo de cada uma delas, dando autonomia na utilização do orçamento e na elaboração de demandas prioritárias

¹⁴⁵ Com isso não defende-se a supressão de políticas locais de desenvolvimento: pelo contrário. O que se destaca é a ideia de que os locais não podem enfrentar singularmente as mazelas impostas pelo desenvolvimento desigual. A política local – e seu entendimento – não dispensa, nesse sentido, a análise do todo e as ações coordenadas que seriam capazes de atuar em dupla frente: *aquela que constrói alguns processos e aquela que desmonta processos* (BRANDÃO, 2007, p.217).

Entre 2003 e 2009, as SDRs com maiores investimentos – tanto em termos absolutos como relativos por habitante – foram aquelas situadas nas regiões mais dinâmicas do leste do estado¹⁴⁶ (RUDINICK e MATTEDI, 2010), agravando ainda mais a concentração dos investimentos nessa área. Fica claro como os investimentos tendem a beneficiar os espaços de acumulação mais desenvolvidos. A figura 2 apresenta a participação municipal no PIB catarinense e a distribuição da população pelo território em 2007, denotando justamente para uma concentração de ambas as variáveis.

A evolução dessa concentração populacional pode ser observada na figura 3 que ilustra como o movimento interior/litoral é intenso e, somado às migrações oriundas de outras partes do Brasil, configura o adensamento litorâneo. Mesmo que consolidado, o perfil desse movimento apresenta especificidades durante os decênios. Para a década de 1980 nota-se que, além de um arrefecimento das taxas de crescimento em relação ao período anterior, as capitais regionais ainda estão no maior estrato de crescimento das sub-regiões, com exceção de Florianópolis cuja periferia já apresentava maior dinamismo que a capital.

Nos anos 1990 os municípios com taxas negativas de crescimento aumentam, indicando o agravamento da crise social – via migrações – que o estado enfrentava na primeira década do período neoliberal. Ademais, o Extremo Oeste e o Planalto Serrano perdem população em termos absolutos, expondo a incapacidade crescente de um rearranjo populacional no âmbito das próprias regiões, impondo maior dinâmica aos movimentos de mais larga distância.

Do ponto de vista interno das sub-regiões do estado, Alves (2008) – com dados do Censo de 2000 – demonstra também uma tendência de periferização nos espaços das capitais regionais, uma vez que algumas delas apresentam saldo migratório negativo nas trocas com os demais municípios de suas respectivas sub-regiões. Casos importantes são os de Joinville, onde os saldos positivos estão nas cidades litorâneas, em Jaraguá do Sul, Araquari e Schoreder; Florianópolis, que perdeu população para Palhoça, Biguaçu e São José; e de Criciúma, onde os maiores saldos positivos são de Forquilha, Cocal do Sul e Içara conjuntamente a outros municípios do litoral. A década de 2000 consolidou esse padrão, desvendando níveis ainda

¹⁴⁶ (...) as SDR que mais receberam investimentos nesse período foram justamente as mais desenvolvidas economicamente. Embora a proposta de regionalização do orçamento seja importante para desenvolver as regiões do Estado, os investimentos permanecem concentrados nas regiões mais desenvolvidas, localizadas próximas ao litoral. Assim, dentre as SDR estudadas a Grande Florianópolis, Blumenau e Criciúma se destacam quanto ao volume de investimentos recebidos. As demais SDR, localizadas principalmente no interior do Estado receberam investimentos significativamente inferiores. (RUDINICK e MATTEDI, 2010, p.52)

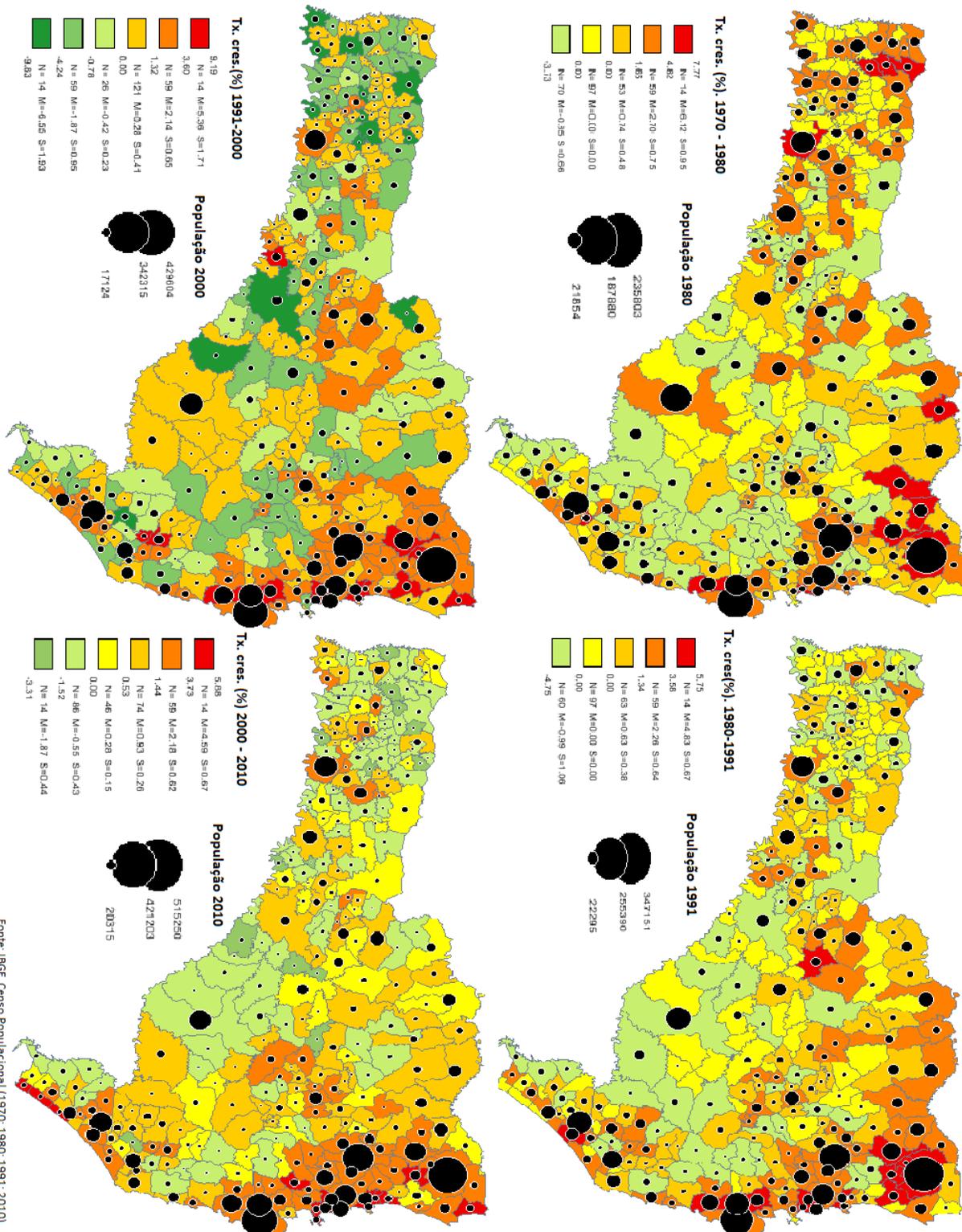
maiores de concentração no litoral e na periferia das capitais regionais do leste; e taxas negativas mais generalizadas nas regiões menos dinâmicas economicamente.

O resultado desse processo concentrador foi não só a litoralização do estado em um período que o país se interiorizava, mas também a formação de aglomerados urbanos, com áreas adensadas e contíguas de ocupação. Ademais, concretizou-se a formação de uma região metropolitana em Florianópolis, que já dava sinais de formação desde a década de 1980. Como coloca documento do IPARDES-UNICAMP,

Confirmando o processo de disseminação de novas metrópoles e de expansão das áreas de abrangência de sua polarização, é necessário considerar, ainda, que na Região Sul o processo de metropolização já ultrapassa as regiões metropolitanas oficiais (...). Espaços com características nitidamente pré-metropolitanas já são perceptíveis, como é o caso do aglomerado urbano de Florianópolis (...). Esse conjunto [Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz] forma o maior aglomerado populacional do estado, polarizado pela capital político-administrativa e principal centro de serviços, com vetores que demonstram a tendência de crescimento em direção aos demais municípios da região. Concorrente com os aglomerados de Joinville, Itajaí e Blumenau, Florianópolis já compõe com eles importante vetor de ocupação econômica do eixo leste do estado, no corredor da economia nacional com o sul. (IPARDES – Unicamp, 1997, p.68)

Alves (2008) captou – para o início do século XXI – a dinâmica metropolitana através das relações existentes entre Florianópolis e os municípios vizinhos, revelando grandes movimentos pendulares entre essas áreas e forte dependência dos municípios circunscritos e a capital Florianópolis. Além disso, o espaço intra-urbano da ilha e de sua periferia também sofre com os efeitos do crescimento acelerado e desordenado, com crescente número de ocupações ilegais, favelização, violência urbana, problemas de mobilidade, etc. Segundo o mesmo autor, também há fortes traços de seletividade na chegada e saída dos migrantes, ou seja, a população de maior renda se dirige ao município sede, enquanto a de menor renda aloca-se ou realoca-se (é expulsa) na sua periferia, configurando um quadro de segregação sócio-espacial.

Figura 3– Mapas de taxas de crescimento (%) e tamanho da população entre 1970 e 2010



Fonte: IBGE, Censo Populacional (1970, 1980, 1991, 2010)
Elaborado com Pliciano * 1/15/2011 5:48:56 PM - <http://pliciano.free.fr>

Em termos populacionais, entre 1980 e 2010, o estado tem taxas de crescimento próximas ou superiores às nacionais (tabela 21), o que se explica tanto pelo fato de Santa Catarina tornar-se um receptor líquido de população¹⁴⁷, quanto por taxas positivas de fecundidade. Estas, no entanto, são decrescentes para o período¹⁴⁸ e justificam, em grande medida, o arrefecimento das taxas de crescimento da população.

O grau de urbanização do estado aumenta em ritmo mais acelerado do que o do país. As taxas de crescimento da população urbana e rural delineiam essa questão e sinalizam para o fato de que o êxodo rural persiste como determinante importante das migrações internas catarinenses (MIOTO, 2008 e ALVES, 2008), diferentemente do Brasil, onde esse movimento perde importância com a ascensão da migração entre núcleos urbanos (BAENINGER, 1998).

A contrapartida desse movimento rural-urbano e urbano-urbano – que também se intensificou – foi a evolução dos maiores municípios. Como expõe a tabela 24, as décadas da desconcentração espúria consolidaram os três maiores centros que já se definiam ao longo dos anos 1970, a saber, Joinville, Florianópolis e Blumenau. Da mesma forma, os últimos 20 anos também marcam um desenho mais definitivo da hierarquia dos municípios em termos populacionais. A única mudança é a saída de Tubarão e a entrada de Palhoça para o grupo dos centros mais populosos do estado (tabela 24)

Na década de 1980 os 10 maiores municípios cresceram acima da média estadual (de 1,9% conforme tabela 21). A única exceção foi o caso de Lages cujo crescimento não só é inferior à média estadual como também é negativo de -0,24%. Mesmo sendo capital regional, o município sofria com os fatores de estagnação e perdia sua capacidade de absorção das migrações internas sub-regionais¹⁴⁹ – fato que só aconteceria com outras capitais regionais no decorrer da década de 1990 (MIOTO, 2008). A confirmação da perda de dinamismo é observada ainda pela queda na hierarquia regional entre o REGIC de 1978 e os de 1983 e 2007: de capital regional passa a exercer nível de centralidade de médio para forte (que corresponde ao Centro sub-regional A em 2007), mas polarizando apenas centros classificados como fracos ou muito fracos (ver quadro 3).

¹⁴⁷ Segundo contabilizou Alves (2008), a maioria dos migrantes que entraram em Santa Catarina até 2000 eram gaúchos e paranaenses

¹⁴⁸ As taxas de fecundidade para o estado apresentam uma tendência de queda nos anos 1990 e início dos anos 2000. Segundo dados do DATASUS (<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2006/a05.htm>) em 1991 ela era de 2,53 e passa para 1,73 em 2004.

¹⁴⁹ As tabulações especiais do NEPO – UNICAMP (Apud ALVES, 2009) revelam que a região Serrana apresentou saldo migratório negativo de -16.555 pessoas nos anos 1980. O destino desse fluxo era, em primeiro lugar, a Região Metropolitana de Florianópolis; em segundo o Vale do Itajaí; e em terceiro o Nordeste do estado.

A partir de 1990, Lages não recupera as taxas de crescimento de sua população, que tem aumento tímido até 2000, mas volta a ser negativa em 2010 (tabela 24). A região polarizada por esse município também apresenta uma diminuição na expulsão de população para o Censo de 2000, porém ainda figura como expulsora líquida, com saldo migratório de -8752 pessoas. A matriz migratória ainda não pode ser traçada para o ano de 2010, mas as taxas de crescimento dos municípios da região já dão ideia de sua situação¹⁵⁰. A maioria daqueles que apresentam taxas positivas de crescimento anual não alcançam 1%, enquanto aqueles que apresentam taxas negativas chegam a quase -1,5% (anexo 2).

Quadro 3- Posição dos municípios nos estratos superiores da Rede Urbana Brasileira e Catarinense - 1993 e 2007

REGIC 1993		REGIC 2007	
Regional Máximo	São Paulo, Curitiba e porto Alegre	Grande Metrópole Nacional	São Paulo
		Metrópole Nacional	Rio de Janeiro e Brasília
		Metrópole	Curitiba e Porto Alegre
Muito forte	Florianópolis	Capital Regional A	Florianópolis
		Capital Regional B	Blumenau, Chapecó e Joinville
Forte	Blumenau, Chapecó e Joinville	Capital Regional C	Criciúma
Forte para médio	Joaçaba, Lages, Criciúma, São José, Tubarão, Itajaí, Rio do Sul e São Miguel d'Oeste	Centro Sub-regional A	Rio do Sul, Caçador, Lages, Joaçaba, Itajaí e Tubarão
Médio	Caçador, Canoinhas, Mafra, Araranguá, Brusque, Concórdia, Xanxerê e Jaraguá do Sul	Centro Sub-regional B	Balneário Camboriú, Brusque, Concórdia, São Miguel d'Oeste, Xanxerê, Araranguá, Videira, Mafra

Fonte: Construção a partir das matrizes dos Regics 2000 e 2008 – IBGE

O Extremo e Meio Oeste também tiveram um quadro de expulsão de população durante essas três décadas, mas em um contexto bastante diferente da região Serrana. Durante a década de 1980, como observado no capítulo 2, a agroindústria apresenta forte dinamismo em comparação aos demais setores de atividade. Nesse sentido, não se pode afirmar que foram predominantemente os fatores de estagnação que impeliram as migrações, mas também os fatores de modernização. Após o fechamento das fronteiras, a região que abrigava o dinâmico setor

¹⁵⁰ O saldo migratório verificado entre o Censo de 2000 e a Contagem da População de 2007 revela que a região perdeu mais de 24 mil habitantes no total e que todas as regiões correspondentes às Secretarias de Desenvolvimento Regional tiveram taxas líquidas de migração negativas (MIOTO, 2007).

agroindustrial – com consideráveis ganhos de participação no mercado interno e na pauta de exportações – era também a que expulsava quase 137 mil¹⁵¹ pessoas de seu território que, na sua maioria, iam em direção à Região Metropolitana de Florianópolis, Vale do Itajaí e Nordeste do estado.

A reestruturação produtiva conduzida pelas grandes empresas agroindustriais impôs aos pequenos estabelecimentos familiares (cuja integração já se dava desde a década de 1960) novos padrões de produção e relacionamento, reestruturando também a produção nessas escalas. Além de maiores exigências técnicas – que requisitavam investimentos e demandavam crédito – os produtores tiveram que se especializar em partes específicas do processo produtivo, fragmentando o trabalho e perdendo autonomia em relação ao produto.

Tabela 24- 10 maiores município de Santa Catarina: população, participação no estado e taxa anual de crescimento (%) - 1991/2010

1991				2000				2010			
Município	Pop	Part	80/91 Cresc	Município	Pop	Part	91/00 Cresc	Município	Pop	Part	00/10 Cresc
Joinville	347.151	7,64	3,58	Joinville	429.604	8,02	2,15	Joinville	515.250	8,24	1,83
Florianópolis	255.390	5,62	2,83	Florianópolis	342.315	6,39	2,97	Florianópolis	421.203	6,74	2,10
Blumenau	212.025	4,67	2,75	Blumenau	261.808	4,89	2,13	Blumenau	309.214	4,95	1,68
Lages	151.235	3,33	-0,24	São José	173.559	3,24	2,21	São José	210.513	3,37	1,95
Criciúma	146.320	3,22	2,58	Criciúma	170.420	3,18	1,54	Criciúma	192.236	3,08	1,21
São José	139.493	3,07	4,30	Lages	157.682	2,94	0,42	Chapecó	183.561	2,94	2,25
Chapecó	123.050	2,71	3,56	Itajaí	147.494	2,75	2,12	Itajaí	183.388	2,93	2,20
Itajaí	119.631	2,63	3,00	Chapecó	146.967	2,74	1,79	Lages	156.737	2,51	-0,06
Tubarão	95.062	2,09	2,15	Jaraguá do Sul	108.489	2,03	3,49	Jaraguá do Sul	143.206	2,29	2,82
Jaraguá do Sul	76.968	1,69	4,28	Palhoça	102.742	1,92	4,15	Palhoça	137.199	2,20	2,93
TOTAL	1.666.325	36,69		TOTAL	2.041.080	38,11	-	TOTAL	2.452.507	39,24	-

Fonte: dados brutos IBGE - Censos Demográficos 1991/2010

Na década de 1990 essas transformações se acentuam, inclusive com a diminuição do número de integrados (consultar capítulo 2). Apesar de haver uma queda no montante de migrantes que saem do grande oeste, o contingente de aproximadamente 100 mil pessoas ainda é muito expressivo (na época correspondia a quase 9% da população) e reitera o contexto de esvaziamento da região. Apesar da comparação direta entre os Censos Demográficos e as Contagens da População ser limitada¹⁵², Mioto (2008) também confirma esse esvaziamento para

¹⁵¹ O saldo migratório da região foi de 42 mil pessoal, sendo que 34.394 (quase 83%) eram do Extremo Oeste – Tabulações especiais do NEPO – UNICAMP (Apud ALVES, 2009)

¹⁵² Isso ocorre pela metodologia e abrangência das pesquisas, mas não impede um olhar geral sobre o problema.

o período 2000-2007, já que, exceto a região que corresponde à Secretaria de Desenvolvimento Regional de Chapecó, as demais do Oeste tiveram saldos migratórios negativos.

Sob esse olhar, portanto, a rede urbana do meio e extremo oeste se enfraquece, mesmo que os REGICs de 1993 e 2007 não o apontem explicitamente. A mudança da hierarquia serve mais para entender a integração do eixo produtivo comandado pela acumulação agroindustrial e polarizado pela Capital Regional de Chapecó do que a integração no interior da região. O dinamismo econômico concentrado em poucos municípios e a incapacidade que essa economia tem de reter sua população apontam nessa direção. Entre 2000 e 2008, desconsiderando algumas pequenas oscilações, o grande Oeste respondeu por 20% do PIB catarinense, sendo que apenas os municípios de Chapecó, Concórdia e São Miguel do Oeste representam mais de 30% do PIB da região¹⁵³ – que tem maior número de municípios do estado.

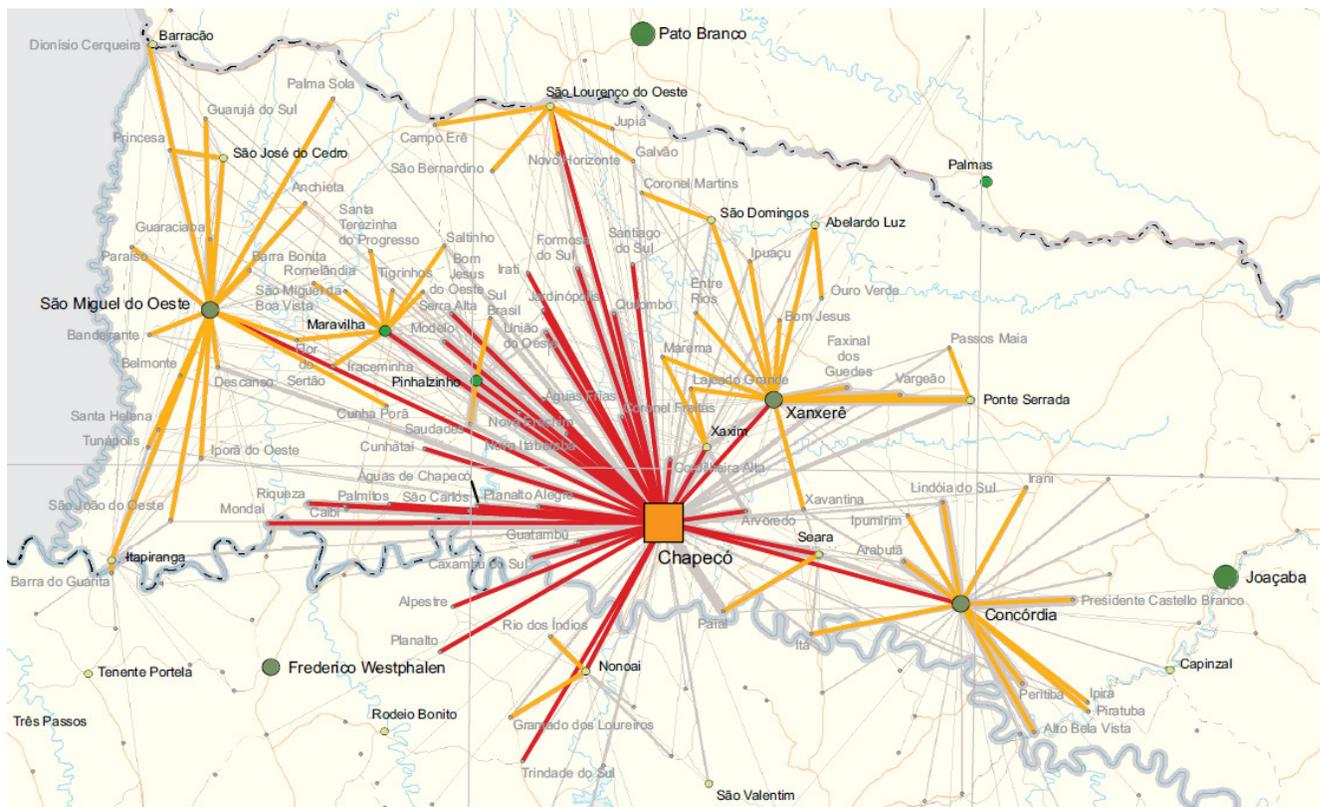
O REGIC de 2007 também destaca o comando de Chapecó sobre os centros sub-regionais de São Miguel do Oeste, Xanxerê e Concórdia e sua extrapolação para alguns municípios do Rio Grande do Sul e Paraná – mapa 4. A mudança na hierarquia se dá, em primeiro lugar, com a entrada de Concórdia entre os centros tributários de Chapecó no REGIC de 1993. E, em 2007, Xanxerê ascende na hierarquia igualando-se aos demais centros sub-regionais A.

Outra face desse padrão de integração revelada pelo REGIC 2007 é o perfil das relações empresariais¹⁵⁴ da capital regional (Chapecó) cuja intensidade maior é com São Paulo seguido de Xanxerê, Florianópolis, Concórdia, Curitiba, Xaxim, Joaçaba, Blumenau, São Miguel do Oeste e Porto Alegre (anexo 3). Como veremos mais adiante, esse padrão é bastante diferente da capital regional B de Blumenau que, por um lado, apresenta intensidade de relacionamento muito superior com as metrópoles do que com o restante do estado; e, por outro, no quadro interno, possui relação mais intensa com a sua hinterlândia em comparação com o Oeste.

¹⁵³ Os dados brutos são do PIB municipal - IBGE 2000 a 2008.

¹⁵⁴ Essas ligações são apresentadas pelo REGIC 2007 (IBGE, 2008) e a metodologia de sua atribuição pode ser consultada no documento.

Mapa 4– Região de Influência da Capital Regional de Chapecó – REGIC 2007¹⁵⁵



Do ponto de vista histórico, a região do Vale do Itajaí edificou a rede urbana mais complexa do estado. Tanto pela sua colonização como pela sua capacidade de diversificação, a área polarizada por Blumenau articulou a região, aprofundando precocemente sua divisão social e territorial do trabalho entre campo e cidade e entre os municípios (SINGER, 1974 e SIEBERT, 1996). Esse nível de complexidade permitiu que, durante a desconcentração virtuosa, a rede urbana do Vale se integrasse à dinâmica nacional de desenvolvimento, consolidando o complexo têxtil-vestuarista através de uma rede de grandes, médias e pequenas empresas.

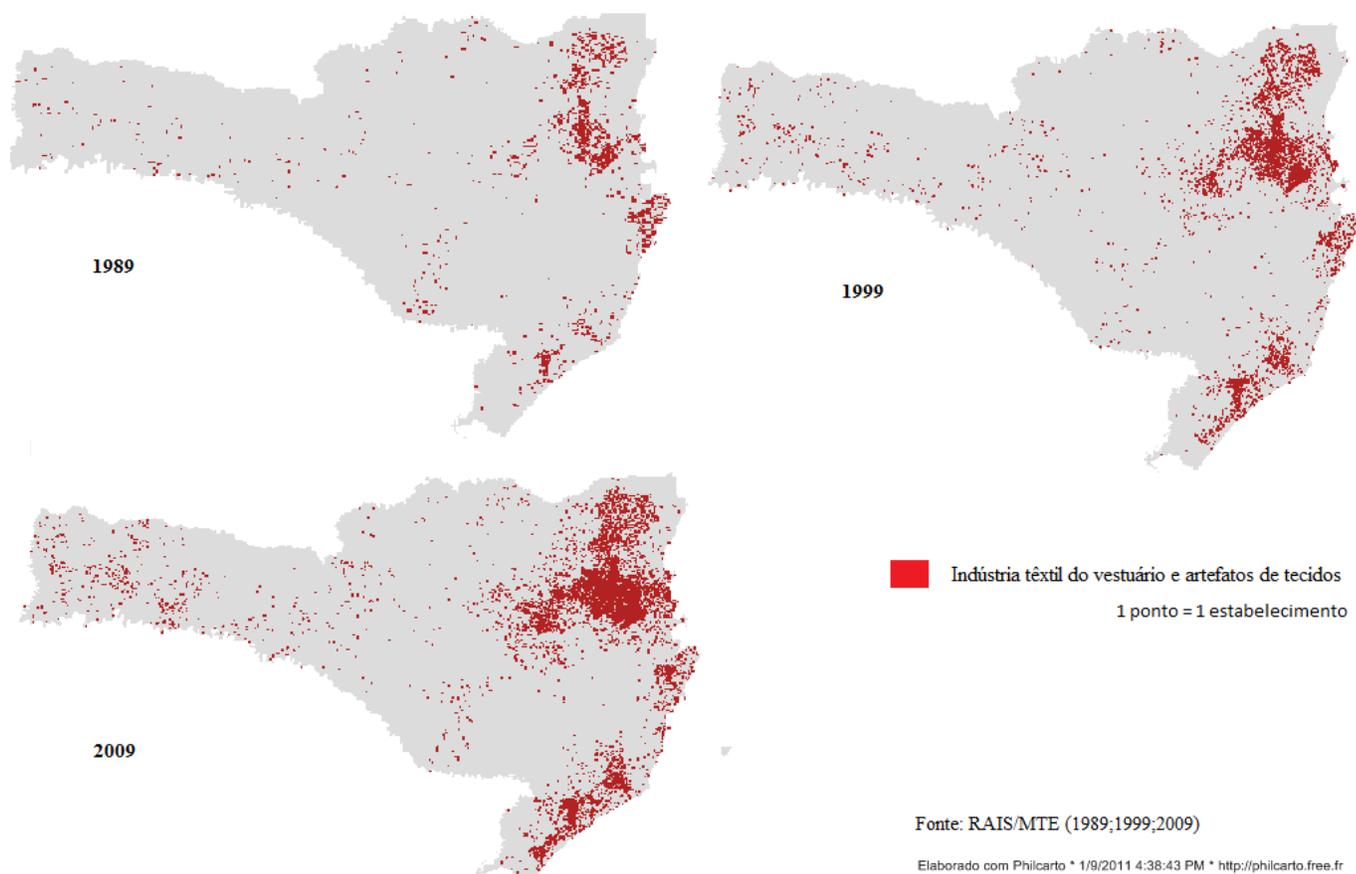
Nos anos da desconcentração espúria, no entanto, a região do complexo têxtil-vestuarista sofreu forte reestruturação produtiva. Não fossem as condições de adaptação dessa região¹⁵⁶ aos

¹⁵⁵ Legenda na página 106

¹⁵⁶ Lombardi (2001, p.178) destaca que a reestruturação da indústria têxtil especificamente de Blumenau ocorreu com base na busca por tecnologia de ponta, tanto no sentido da produção como no da gestão dos recursos. Também foram empregados largamente técnicas de trabalho mais intensivas e um controle de qualidade mais rígido. Além disso, as alternativas de terceirização dos processos mais onerosos também foi complementada pelo aumento do trabalho em domicílio e outras formas de precarização da força de trabalho e enxugamento da cadeia produtiva. Por fim, o mesmo autor ainda destaca o importante papel do Estado, que mesmo em um contexto neoliberal concedeu ao setor têxtil benefícios diretos e indiretos. Não se deve desconsiderar, no entanto que, Como aponta Lins (2000), a capacidade de inversão e modernização das médias e pequenas empresas encontram grande defasagem em relação às grandes. Isso implicou em uma forma de adaptação distinta, pois *Diante do novo quadro*

novos ditames da produção flexível, tecnicizada e sob novas condições de relações de trabalho, o Vale do Itajaí poderia ter sofrido retração semelhante a que ocorrera em outras partes do Brasil – como Americana - SP. Além disso, esse novo padrão de acumulação ampliou a abrangência da indústria têxtil-vestuarista da região, como ilustra a figura 4. Borrou, em alguma medida, a localização da produção, que se expandiu para áreas contíguas, como uma “verdadeira mancha industrial”¹⁵⁷.

Figura 4– Número de estabelecimentos da Indústria têxtil-vestuarista em Santa Catarina (1989, 1999 e 2009)



concorrencial, diversas empresas, entre as quais várias que poderiam ser incluídas no rol das sobreviventes de uma “depuração” via mercado que redundou no fechamento de muitas firmas brasileiras de menor porte, protagonizaram ajustes de intensidade variável (LINS, 2000, p.246). Nesse cenário, de um lado houve investimentos na modernização da estrutura produtiva, desenvolvimento de projetos, inovações organizacionais, etc. e, de outro, o enxugamento dos contingentes empregados: Se a modernização das estruturas produtivas e de gestão afigurou-se tímida e concentrada principalmente em algumas empresas de porte médio, o avanço da subcontratação e da terceirização, por seu turno, constituiu elemento destacado na trajetória recente de boa parte das PMEs [pequenas e médias empresas] (LINS, 2000, p.249).

¹⁵⁷ Expressão utilizada por Lins (2005) que denota a expansão dos setores industriais e a formação dos aglomerados produtivos pós-reestruturação.

Por conseguinte, mesmo atravessando um período de forte crise, o Vale do Itajaí consegue manter a especialização e competitividade de sua base econômica. Os problemas inerentes a esse novo padrão de acumulação, no entanto, serão sentidos não apenas na precarização do trabalho e na evasão rural intra-regional¹⁵⁸, como também pelo intenso fluxo de pessoas oriundas de lugares estagnados que se dirigiram à região em busca de oportunidades, configurando seu espaço como forte receptor de população. Nos períodos censitários de 1991 e 2000 a região recebeu ao todo 149.371 imigrantes, sendo que o saldo migratório entre 1980 e 1991 foi de 33.265 habitantes e entre 1991 e 2000 foi de 43.012 habitantes¹⁵⁹. Mesmo que os dados de Miotto (2008) não sejam exatamente comparáveis com os anteriores, cabe ressaltar a tendência de aprofundamento dessas migrações, uma vez que a taxa líquida de migração para o período 2000-2007 é de 7,19%¹⁶⁰.

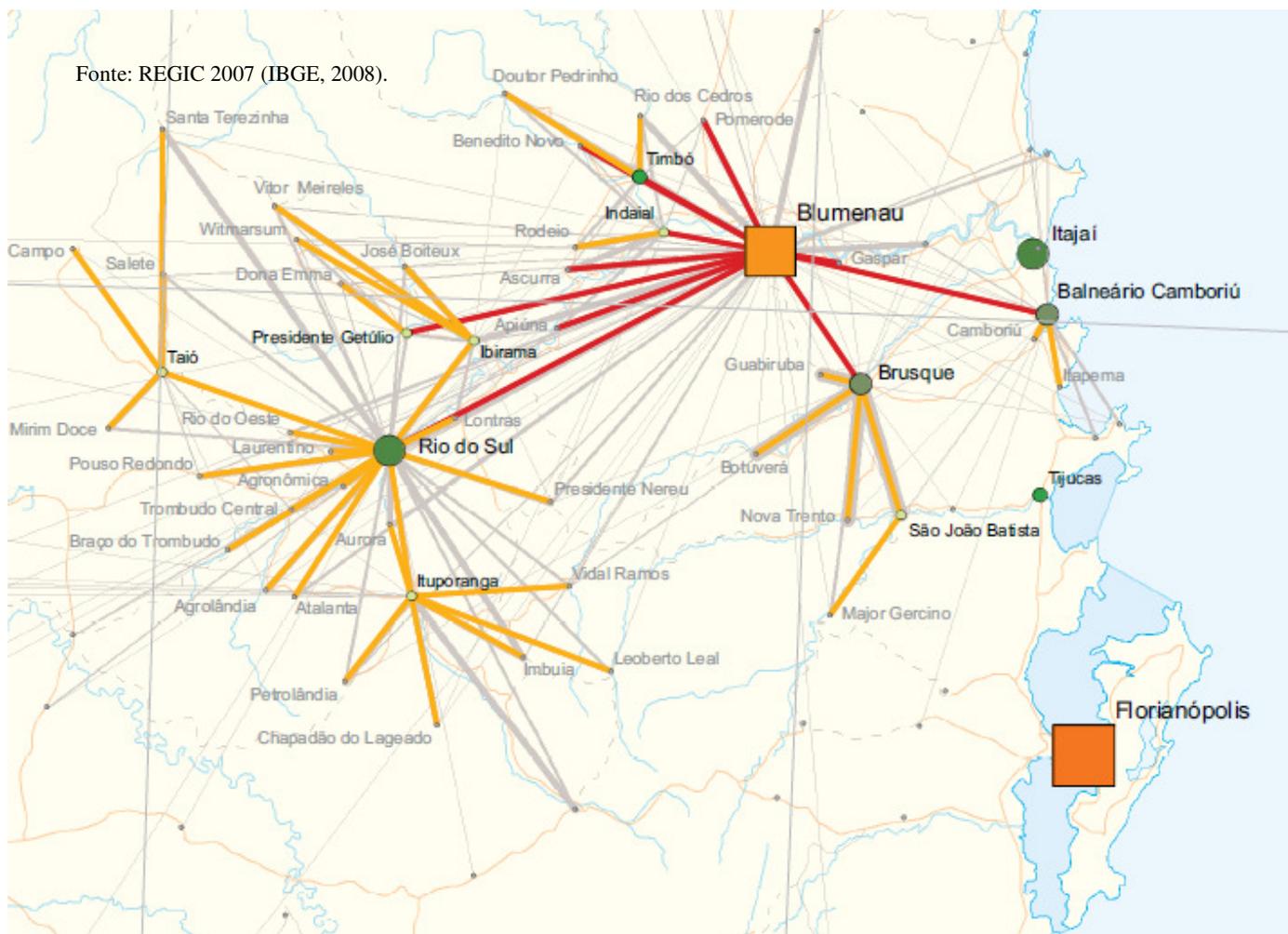
Em termos de hierarquia, Blumenau encontrava-se até o estudo de 2007 em posição máxima no estado. Para 1993, sua área de influência conta com dois centros de classificação forte para médio, a saber, Rio do Sul e Itajaí. No REGIC de 2007, Rio do Sul, Balneário Camboriú e Brusque ascendem na hierarquia, sendo o primeiro centro regional A e os segundos centros regionais B (mapa 5). Itajaí também ganha posição, mas passa a subordinar-se diretamente a Florianópolis. O quadro de relações empresariais da região também é marcada por forte integração inter e intra-regional, uma vez que, apesar de São Paulo, Joinville, Florianópolis e Curitiba liderarem o ranking de intensidade de relacionamento, as posições posteriores dizem respeito, na sua maioria, a municípios da região, como Indaial, Brusque, Itajaí, Gaspar, Rio do Sul, Pomerode e Navegantes (Anexo 3).

¹⁵⁸ Segundo Alves (2009), os deslocamentos internos da região se dão predominantemente do meio rural para o meio urbano. O grau de urbanização do Vale do Itajaí sai de 67,4% em 1980 para 83,7% em 2000.

¹⁵⁹ Tabulações especiais do NEPO – Unicamp (Apud ALVES, 2008).

¹⁶⁰ A taxa líquida de migração corresponde à proporção da população observada no último período (2007) que resulta do processo migratório – se for positiva – ou à proporção da população que aumentaria caso não houvesse migração – se for negativa (CARVALHO e RIGOTTI, 1999).

Mapa 5– Região de Influência da Capital Regional de Blumenau – REGIC 2007¹⁶¹



A capital regional de Joinville, apesar de ter estruturado sua área de influência mais tardiamente que Blumenau também comanda localidades com forte dinamismo industrial na região Nordeste do estado. Além de polarizar Jaraguá do Sul – importante município do complexo eletro-metal-mecânico e têxtil-vestuarista – também influencia a aglomeração da indústria madeireira e de móveis de Santa Catarina, cujo comando pertence ao centro sub-regional de São Bento do Sul (Mapa 6). Entre os REGICs não houve mudanças nos níveis mais altos da hierarquia regional; o único fato curioso é a supressão de Jaraguá do Sul do REGIC de 2007, provavelmente em decorrência de um erro operacional do estudo, já que o município está

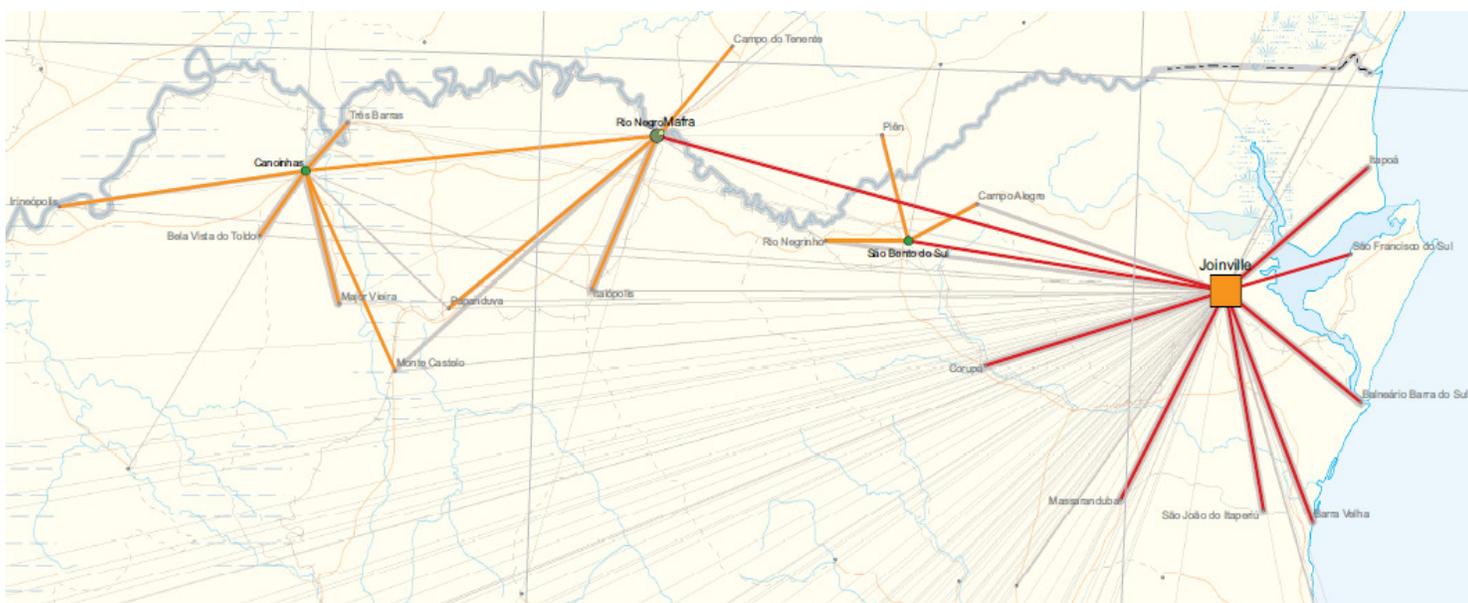
¹⁶¹ Legenda na página 106

entre os maiores do estado e apresentou nos últimos trinta anos taxas de crescimento maiores que a média catarinense.

A região Nordeste do estado, assim como o Vale do Itajaí e a Grande Florianópolis, é receptora histórica de população. Apresentou as maiores taxas de crescimento populacional na década de 1970, cenário que persiste até os dias atuais. Entre o Censo de 1980 e o de 2000 migraram para a região quase 150 mil pessoas, sendo os saldos migratórios de 52.576 e 36.631 para essas pesquisas. Diferentemente da região do Vale do Itajaí, o saldo migratório foi menor para Censo de 2000 – de 36.631 pessoas – do que para o de 1991 – 52.576 pessoas, o que se deu mais pelo aumento no número de emigrantes (em aproximadamente 13 mil pessoas) do que pela diminuição no número de imigrantes (de apenas 2.129 pessoas).

Tal fato provavelmente está ligado aos efeitos da reestruturação produtiva, uma vez que a modernização de ramos mais dinâmicos geralmente implica em um aumento mais que proporcional do capital constante em relação ao capital variável o que eleva a composição orgânica do capital e demanda, em princípio, menores quantidades de força de trabalho. No entanto, isso não quer dizer que a região perde capacidade de acumulação uma vez que, apesar da crise que enfrentava, o setor ganhava participação na economia regional e nacional (ver capítulo 2).

Mapa 6– Região de Influência da Capital Regional de Joinville – REGIC 2007¹⁶²



Fonte: REGIC 2007 (IBGE, 2008).

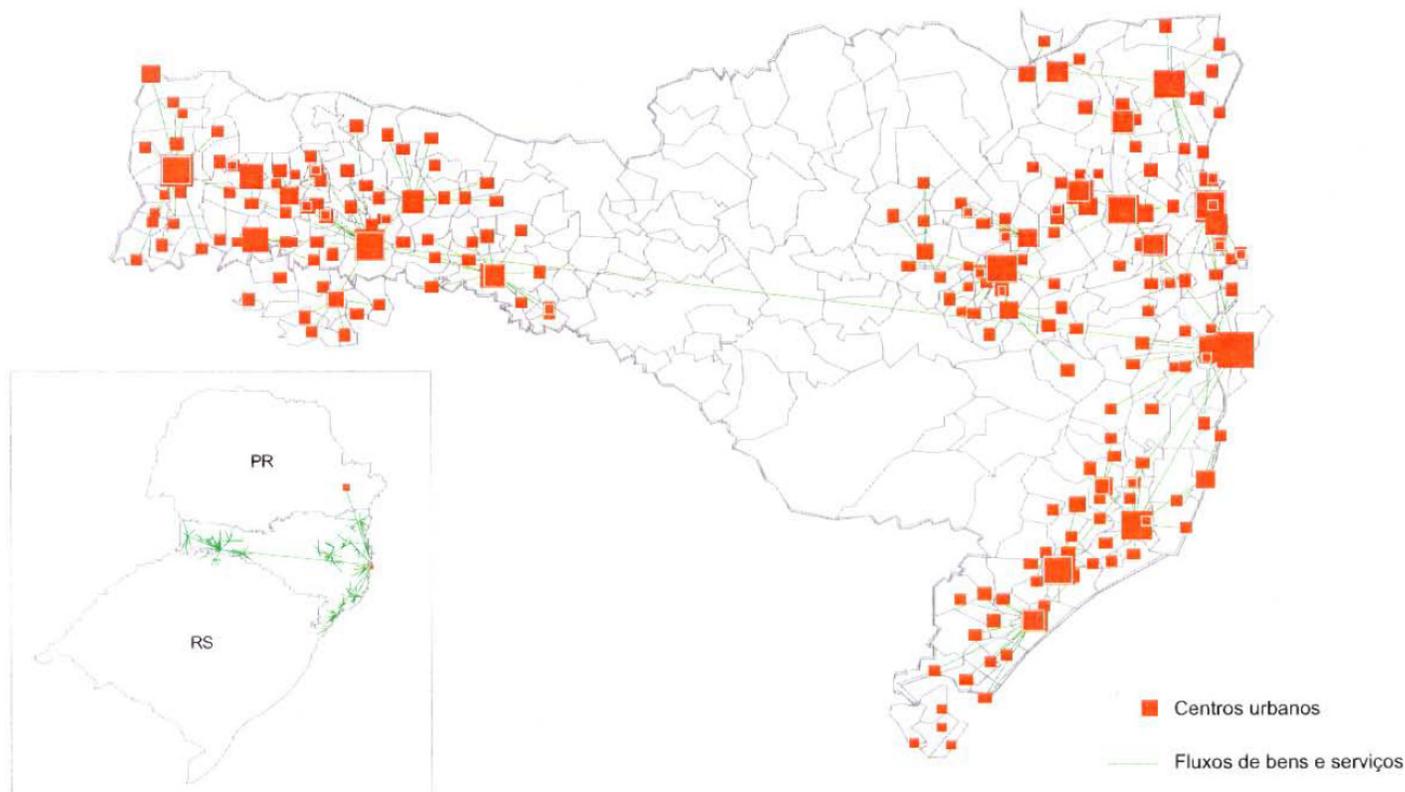
¹⁶² Legenda na página 106

Outra característica marcante da rede urbana do Nordeste do estado é sua vinculação exterior. Além do importante papel no comércio internacional do estado, as aglomerações produtivas ainda estão fortemente ligadas a centros urbanos do Paraná e com forte polarização de São Paulo. Para a capital regional de Joinville, a intensidade das relações empresariais (Anexo 3) é a mais diversificada em termos de abrangência do país. Entre os níveis mais altos estão São Paulo, Florianópolis, Curitiba, Blumenau, Porto Alegre, Itajaí e Rio de Janeiro; figurando também entre os vinte principais Belo Horizonte, Brasília e Campinas. Cabe ressaltar ainda que no REGIC de 2007, diferentemente do anterior, Joinville não consta como subordinada à Florianópolis e sim, diretamente, à Curitiba.

A rede urbana da região Sul continuou sendo polarizada por Criciúma nos anos pós-1980. Apesar de apresentar nível de centralidade menor que Joinville, Blumenau e Chapecó, Criciúma aparece como capital regional C com uma região de influência que forma um aglomerado produtivo importante, baseado na produção cerâmica, vestuarista e de plásticos descartáveis. Essa diversificação tomou espaço da produção carbonífera que, durante os anos 1980, sofreu intensa retração. Entretanto, o desmanche do complexo carbonífero surtiu fortes efeitos negativos, o que contribuiu para o quadro de saída de mais de 24 mil pessoas da região durante a década e um saldo migratório, que apesar de positivo, era de apenas 3.500 habitantes. Mas, com a diversificação dessa economia em função dos setores supracitados, o Sul catarinense consegue recuperar dinamismo nos anos pós-1990, apresentando saldo migratório um pouco maior (7.028 pessoas).

A região da grande Florianópolis, ao longo das décadas da desconcentração espúria, amplia consideravelmente sua área de influência – que como visto anteriormente – restringia-se aos municípios contíguos. Nos REGICs de 1966 e 1978 o município dividia com Blumenau e as outras capitais regionais o posto mais alto da hierarquia regional. A partir do estudo de 1993 ela se diferencia, ocupando definitivamente o papel mais importante de polarização do estado, conformando-se como capital regional A em 2007 – que abriga, em termos nacionais, a maioria das capitais dos estados que não apresentam um centro metropolitano.

Mapa 7– Região de Influência de Florianópolis (nível muito forte) – REGIC 1993



Fonte: REGIC 1993 (IBGE, 2000).

A região é grande receptora de população, de aproximadamente 126 mil imigrantes entre os períodos censitários de 1980 e 2000, com saldos migratórios de, respectivamente, 27.962 e 48.336 habitantes. Os principais fatores de atração estão atrelados a um amplo setor de serviços ligado fortemente à atividade turística e à administração pública; ao setor vestuarista; às atividades industriais (São José) e ao pólo tecnológico em Florianópolis. Concomitante a esse relativo ganho de posição, Florianópolis em 1993 polariza toda porção leste do estado (Joinville, Blumenau, São José, Criciúma e Tubarão – e suas respectivas áreas de influência) e o Extremo Oeste – com Chapecó e sua área de influência. O mapa 7 ilustra essa distribuição onde, para a pesquisa, o Meio Oeste e o Planalto Serrano – subordinados à metrópole de nível regional máximo de Curitiba – não constituem áreas tributárias da capital administrativa do estado.

No REGIC de 2007 a área de influência de Florianópolis aumenta, pois a gestão política é mais valorizada do que nos estudos anteriores. Nesse sentido, o município passa a estabelecer fortes ligações com as demais capitais regionais de menor nível e seus centros sub-regionais. Por um lado – como colocado no início do capítulo –, essa mudança metodológica

O padrão de (des)integração que Santa Catarina herdou da época da concentração produtiva regional do país – que vinculava preponderantemente as regiões produtivas internas a espaços extrínsecos – começou a ser rompido na década de 1970, mas ganha maior força a partir de 1980, no bojo da desconcentração produtiva regional do país. As redes urbanas sub-regionais de Santa Catarina continuaram a se organizar internamente em torno do binômio urbanização/desruralização – industrialização. Mesmo as localidades que tinham por base a atividade agropecuária aumentaram seus graus de urbanização e vincularam-se diretamente às áreas mais industrializadas do estado, integrando-se aos circuitos econômicos de exploração da rede

O estado se beneficiou da desconcentração regional não só por ter aumentado sua participação na economia nacional, mas também por fazer parte do principal vetor espacial desse processo, integrando mais fortemente seu litoral. Como consequência, algumas redes urbanas sub-regionais sofreram intenso adensamento e, seguindo a lógica da concentração e centralização espacial do capital, consolidaram um corredor importante para o aprofundamento da coerência espacial do Centro-Sul do país.

Tais transformações mudam o quadro da rede urbana catarinense, principalmente no que diz respeito à concentração populacional e da produção e apropriação do valor em direção às áreas mais dinâmicas que, como afirma Singer (1998), tiveram na criação e ampliação das desigualdades regionais seu principal motor. O sentido dessas mudanças foi, cada vez mais, a concentração na porção leste do território, forjando um novo padrão de (des)integração, pautado por uma maior complexidade da rede urbana do litoral e um duplo movimento no interior: por um lado ampliavam-se as relações diretas com o litoral via integração dos aglomerados e complexos produtivos – como o caso de Chapecó com a agroindústria; e, por outro, baseado em relações relativamente rarefeitas, estagnação econômica e expulsão de população, a integração inter-regional das áreas menos dinâmicas era comprometida – como no caso de parte do Meio e Extremo Oeste e do Planalto Serrano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema dessa dissertação, a rede urbana de Santa Catarina, é muito fértil para pesquisas em várias áreas das Ciências Sociais. É impossível que seja esgotado por apenas uma área disciplinar, por um pesquisador e, muito menos, por apenas uma dissertação. Por isso, as considerações finais começam por ressaltar que este trabalho constitui o começo de um entendimento mais profundo da rede urbana catarinense no período recente. O entendimento pautou-se em resgatar um tema que esteve relativamente esquecido: o último estudo realizado na área da economia data do final dos anos 1970¹⁶⁴. O mérito deste estudo é informar o leitor sobre as determinações gerais que estruturam a (des)integração do território catarinense. Ao mesmo tempo, ele revela as implicações deste tipo de estudo: não desenha, sombreia nem dimensiona este espaço; apenas o esboça. Assim, a pretensão desta dissertação é retomar o debate sobre este objeto e lançar algumas luzes para que ele seja aprofundado.

As hipóteses que permeiam esse trabalho foram construídas a partir de um resgate da história da integração intra e inter-regional de Santa Catarina. Buscou-se compreender as ideias que apontavam para uma formação peculiar da rede urbana como um arquipélago regional, cujas características geográficas, sócio-históricas (como a colonização, a diversificação da produção e a formação precoce de áreas manufatureiras relativamente isoladas) e as relações travadas com a economia brasileira, formaram ilhas sub-regionais. Estas – que hoje correspondem, na sua maioria, aos aglomerados produtivos e as áreas de estagnação – apresentaram, ao longo do tempo, um duplo padrão de coesão: de um lado integraram-se mais fortemente aos centros nacionais e suas restritas hinterlândias; e, de outro, apresentaram uma relativa desintegração interna; conformando o chamado padrão de (des)integração da rede urbana catarinense, que vigorou até os anos 1970.

Este padrão de (des)integração acompanhou a expansão do mercado nacional e, sob os efeitos de *estímulo*¹⁶⁵, incluiu Santa Catarina na divisão do trabalho no país. Seu papel, até os anos 1970, foi o de fornecer bens de consumo não duráveis (principalmente têxteis e alimentos) e madeira para os mercados que se industrializavam e se urbanizavam, em especial à São Paulo –

¹⁶⁴ SILVA (1978)

¹⁶⁵ Os efeitos de *estímulo* parecem ter superado os efeitos de *destruição e bloqueio*, mas seria importante haver mais estudos nessa direção, já que, a coerção do processo de *integração* da economia – nesse caso forjada pela *polarização* de São Paulo, centro dinâmico do país –, é geralmente acompanhada por forte concorrência e rupturas, principalmente nas áreas periféricas.

centro dinâmico do país. Diante deste cenário, as sub-regiões do estado se integraram à economia nacional e puderam engendrar processos de ampliação e diversificação de sua base produtiva, contando com suas hinterlândias agrícolas para sustentar seu próprio caminho em direção à urbanização. As redes urbanas sub-regionais, portanto, tornaram-se mais complexas e cresciam com base no êxodo rural e na industrialização das capitais regionais. O Estado, tanto no âmbito regional como nacional, contribuiu fortemente para que esse processo se concretizasse, sobretudo com investimentos maciços em infra-estrutura, que permitiram a intensificação da circulação de mercadorias ao longo do território catarinense.

A partir dos anos 1970, no bojo do processo de desconcentração regional virtuosa do país, a industrialização catarinense ganha novos contornos, ampliando ainda mais a diversificação econômica através da consolidação dos ramos tradicionais e dos setores mais modernos como o eletro-metal-mecânico; cerâmico; etc. A centralização e concentração do capital foi um importante vetor de crescimento e fez com que as grandes empresas passassem a ter maior comando sobre os complexos produtivos e sobre o território. Além disso, a desconcentração produtiva no sentido das cidades médias propiciou um impulso para o adensamento da rede urbana do litoral catarinense.

O forte crescimento do período ainda mantinha, no interior das sub-regiões, condições de expansão e, por esse motivo, a expulsão maciça de pessoas que ganharia maior vulto no período posterior, não se deu com tanta força nos anos 1970. As migrações internas, que aumentam a partir de então, foram – aparentemente – mais ditadas pela expansão da fronteira agrícola (que estava nos seus últimos momentos), pelo êxodo rural e pelo crescimento das capitais regionais; do que pela expulsão de população de áreas economicamente estagnadas. Esses movimentos, no entanto, acompanhavam em alguma medida, as tendências de concentração e centralização da produção no espaço e já apontavam para um processo de mesma monta em relação à população. Além disso, foi também no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 que a rede urbana regional apresentou maiores níveis de hierarquização. Ao invés do padrão anterior – onde as capitais regionais respondiam a centros extrínsecos ao território – foi-se formando uma hierarquia interna, onde Florianópolis, Joinville e Blumenau ganharam influência pelo litoral e Chapecó passou a polarizar com mais força o Meio e Extremo Oeste do estado.

Os anos 1980 inauguraram o período de aguda crise para o país. Santa Catarina, apesar de ter sofrido relativamente menos com os impactos da crise da dívida – em especial por sua

crescente participação no comércio exterior –, também apresentou retração no crescimento e, com o início da reestruturação produtiva, teve de rearranjar sua economia para responder às novas exigências da acumulação capitalista. Os anos 1990 e 2000, com a abertura comercial e a valorização cambial, foram ainda mais duros, impondo um largo processo de reestruturação econômica e produtiva – nos moldes das políticas neoliberais. As dificuldades de enfrentar a concorrência externa, a flexibilização das relações de trabalho e de produção e o enxugamento do emprego industrial deram nova dinâmica para a rede urbana catarinense.

Nesse sentido, a manutenção da integração dessa rede com os ciclos de acumulação em termos nacionais e internacionais exigiu, por um lado, o estreitamento das relações entre os núcleos mais dinâmicos que, com base na acumulação flexível, espalharam pela porção leste do estado suas áreas produtivas. Por outro, as áreas não contíguas que apresentavam dinamismo econômico (como o caso de Chapecó, que centralizava as atividades agroindustriais) integravam-se diretamente aos centros externos ou à capital regional da gestão administrativa, sem com isso aprofundar os laços no interior da própria região.

Concomitante, houve forte litoralização da população que, pelos fatores de expulsão, acabou se colocando em movimento em busca de oportunidades potenciais nos lugares em que a centralização territorial do capital era mais intensa. Ditos fatores de expulsão variaram conforme as áreas de origem, mas, de modo geral, se encaixaram naqueles determinados como de estagnação ou modernização. Os primeiros foram sentidos, em especial, nas áreas do Planalto Serrano – que se estenderam não apenas entre aqueles que viviam no campo como também entre os habitantes das cidades –; e os segundos foram predominantes atribuídos ao Oeste – ligados à reestruturação das atividades agroindustriais, com diminuição do número de pequenos produtores integrados e piora nas condições de produção (como a queda dos preços agrícolas, demanda por tecnificação, diminuição do crédito, etc.).

Esse duplo movimento fez com que o estado ganhasse novas feições para o padrão de (des)integração da rede urbana que, apesar de persistir, não tem mais como principal característica a existência de ilhas sub-regionais, fortemente integradas do ponto de vista interno e em relação a espaços extrínsecos de acumulação (o país ou o mundo). Seu traçado fundamental é representado, hoje, por uma forte integração do litoral – com áreas contíguas de produção e verdadeiros aglomerados urbanos – e uma ligação direta com as demais áreas dinâmicas, sem que, com isso, fosse capaz de integrar social e economicamente o seu interior.

O movimento de litoralização da população é reflexo e reforço desse cenário. Ocorreu não apenas pela tendência “à fria lógica capitalista de concentração industrial”¹⁶⁶, mas também pela conivência das elites sub-regionais que atuavam, através do Estado, para prover maiores recursos e infra-estrutura para as áreas mais dinâmicas. Nem as iniciativas de criação de novos municípios ou de descentralização política parecem ir em sentido contrário. Ambas não conseguiram reverter a tendência de expulsão de população, descentralizar de forma efetiva o orçamento e, muito menos, avançar no sentido da democratização e participação popular no uso dos recursos públicos.

Os reflexos disso para os espaços intra-urbanos também são amplo campo de estudo e de lamento, já que a concentração metropolitana em outras áreas do país – que se deu bem antes do que em Santa Catarina – eram bons exemplos dos problemas que esses processos poderiam acarretar. Ainda assim, o modelo anti-planejamento e pró-mercado (neste caso, principalmente pró mercado imobiliário) difundido pela doutrina neoliberal a partir dos anos 1990, impossibilitou a tomada de atitudes que, pelo menos, mitigassem os reflexos da típica “urbanização brasileira” sobre o estado. Em decorrência disso, depara-se frequentemente com a ocupação ilegal e de áreas de preservação; com sérios problemas de mobilidade urbana e falta de saneamento; com crescimento exponencial das consequências geradas pelas catástrofes “naturais”; e com um crescente processo de periferização e segregação sócio-espacial, que expande para novas áreas essas formas perversas de apropriação do território.

¹⁶⁶ Como referiu-se Cano (2007) ao processo de concentração da indústria em São Paulo.

REFERÊNCIAS

ALVES, P A. BAENINGER, R. (orient.). **Deslocamentos espaciais da população e dinâmica econômica no Estado de Santa Catarina**: urbanização, migração e metropolização - 1950/2000. 2008. 335p.

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI, P. (org.). **Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

AZEVEDO, A. de. **Vilas e cidades do Brasil colonial**: ensaio de geografia urbana retrospectiva. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1956. 96p.

AZZONI, C. R. Indústria e reversão da polarização no Brasil. São Paulo: Fipe/USP, 1986

BAENINGER, R. A nova configuração urbana no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. In: **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu - MG**, 1998.

_____ Redistribución espacial de la población: características y tendencias de caso brasileño. *Notas de Población*, Santiago de Chile, Año 35, n.65, 1997.

_____ *Reestruturação urbana*: algumas considerações sobre o debate atual. **Campinas: Nepo/Unicamp**, 1998. Mimeografado.

BASTOS, J. M. Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina. In: Lins Hoyêdo Nunes et al. **Ensaio sobre Santa Catarina**, Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

BELLOLI, M; QUADROS, J; GUIDI, A. **História do carvão de Santa Catarina**: 1790-1950. Criciúma: IOESC, 2002. v.1, 295p

BRANDÃO, C. A.. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. 238p

CABRAL, O. R. **Historia de Santa Catarina**. 3a ed. Florianópolis, SC: Lunardelli, 1987. 493p.

CAMARANO, A. A; BELTRÃO, K. I. **Distribuição espacial da população brasileira**: mudanças na segunda metade deste século. Rio de Janeiro: PEA, 2000. 17p. (Texto para Discussão,766). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 24 jan.2003.

CAMPOS et All. **Análise do Balanço de Pagamentos do Estado de Santa Catarina e a Importância dos APLs no Fluxo de Comércio Santa Catarina**. Disponível em: <http://www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br/documentos/docsul>. Acesso em: 19/11/2010, 2006.

CAMPOS, Í; CARVALHO, R. L. de. UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA. **Os colonos do Rio Uruguai** relações entre pequena produção e agroindústria no oeste catarinense /. João Pessoa, 1987

CANO, W. **Desconcentração produtiva do Brasil 1970-2005**. São Paulo: UNESP, 2007. 297p

_____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970**. São Paulo; Campinas, SP: Global Ed.: Editora da UNICAMP; Em co-edição com o Programa Nacional de Pesquisa Econômica: [s.n.]. 1985. 369p

_____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4. ed. Campinas, SP: UNICAMP/IE, c1998. 322p

CARDOZO, S. A; CANO, W. (orient.). **Guerra fiscal no Brasil e alterações das estruturas produtivas estaduais desde os anos 1990**. 2010. 330 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

CARVALHO, J. A. M.; RIGOTTI, J. I. Os dados censitários Brasileiros sobre Migrações internas: algumas sugestões para análise. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro/RJ, v. 2, n. 15, p. 7-18, 1999.

CASTRO, Antonio Barros de. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, 1971

CONFIGURAÇÃO atual e tendências da rede urbana do Brasil. Brasília: IPEA, 2002. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 1). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR.

CORAGGIO, J.L. "**Centralización y Concentración en la Configuración Espacial Argentina**", aspecto tratado en el seminario rganizado por la Secretaría del Consejo Nacional de Desarrollo (CONADE) para profundizar el análisis de los problemas regionales. Desarrollo Regional 1. Presidencia de la Nación. Marzo 1971.

CORRÊA, R.L. Organização Espacial. In: **Região e Organização Espacial**, 4ed. São Paulo: Ática 1991

_____. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989. 96p., il., 18cm. (Serie Principios; v. 168). Bibliografia: p. [93]-96

_____. **Estudos sobre a rede urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 330 p.

_____. **Trajetórias geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 302p.

CRUZ, P. D. Notas sobre o Endividamento Externo Brasileiro nos Anos Setenta, In: L. G. Belluzzo e R. Coutinho. **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**, v. 2. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CUNHA, I. J. **Evolução econômico-industrial de Santa Catarina.** Florianópolis: Fundação Catarinense de..., 1982

_____. **O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil.** Florianópolis: Paralelo 27, 1992. 295p

DAVIDOVICH, F. e LIMA, O.M. B. de (1975). Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil. **REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA**, ano 37, n. 1, jan/mar, 1975.

DINIZ, CC. E CROCCO. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **NOVA ECONOMIA**, Belo Horizonte, 1996, v6 n1.

ESPINDOLA, C. J. **As agroindústrias no Brasil: "o caso Sadia".** Chapecó: Grifos, 1999. 266p

_____. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS. . **As agroindústrias de carne do sul do Brasil.** São Paulo (SP), 2002. ii, 261 f

FARIA, V. E. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 29, mar. 1991.

_____. O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1, 1978, Campos do Jordão. *Anais...* São Paulo: Abep, 1978

FEIJÓ, C. A., CARVALHO, P. G. M. e ALMEIDA, J. S. G. **"Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?"**. São Paulo: IEDI, novembro, mimeo, 2005

FERNANDES, R.; CARIO, S. **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI.** 1 ed. Chapecó: Argos, 2010.

FUNARI, A. P.; CANO, W. (orient.). **Desconcentração produtiva regional do Brasil: análise do Parana : 1970-2005.** 2008. 179 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.

FUNDAÇÃO INSTITUTO TECNICO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. .
Diagnostico da economia catarinense. Florianópolis, SC: [s.n.], 1980.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** 27. ed. São Paulo Nacional 2000. 276p
(Grandes nomes do pensamento brasileiro).

GEIGER, P. P. **Evolução da rede urbana brasileira.** Rio de Janeiro. Instituto Nacional de estudos Pedagogicos, 1963. 462p

GOODMAN, D. E.; SORJ, B.; WILKINSON, J. Agroindústria. políticas públicas e estruturas sociais rurais: análise recente sobre a agricultura brasileira. **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 31-55, 1985.

GOULARTI FILHO, A. (org.) **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade futura, 2004. 394 p

_____. A. **Formação econômica de Santa Catarina.** 2. ed.rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007. 473p.

_____. A. O planejamento estadual em Santa Catarina 1955-2002. **Ensaio FEE** (Impresso), Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 627-660, 2005.

HOLANDA, S. B. **Raizes do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 220p.

IBGE. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas.** Rio de Janeiro, 1972.

IBGE. **Regiões de influência das cidades 1993.** Rio de Janeiro, 2000.

IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007.** Rio de Janeiro, 2008.

IBGE. **Regiões de influência das cidades.** Rio de Janeiro, 1987.

lpardes_ctba R. paran. Desenv., Curitiba, n.94, maio/dez. 1998, p. 29-48

LAGO, P. F. **Contribuição ao estudo da rede urbana Catarinense..** Florianópolis: Instituto Brasileiro de..., 1965

_____. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Santa Catarina : a terra, o homem e a economia.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1966. 340p

_____. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Santa Catarina: dimensões e perspectivas**. Florianópolis: UFSC, 1978. 349p

LINS, H. N. ; MATTEI, L. . Liberalização econômica e reestruturação produtiva: reflexos em Santa Catarina no limiar do novo século. In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo N.. (Org.). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. 1 ed. Chapecó: Argos, 2010, v. 1, p. 109-155.

LINS, H.N. **Reestruturação industrial em Santa Catarina: pequenas e médias empresas têsteis e vestuaristas catarinenses perante os desafios dos anos 90**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000. 304p

MACEDO, C.F. **Inserção externa e território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana no Brasil (1989-2008)**. Tese (livre-docencia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. 2010.

MAMIGONIAN, A. Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau. Separata da **Revista Brasileira de Geografia**, nº3, Rio de Janeiro, 1966.

MATOS, R. Aglomerações urbanas, rede de cidades e desconcentração demográfica no Brasil. Caxambu: **XII Encontro Nacional da Associação de Estudos Populacionais**, Abep-cd-rom, 2000.

MATTEI, L. . Novo retrato da agricultura familiar em SC. In: IV Encontro de Economia Catarinense, 2010, Criciúma-SC. **Anais do IV Encontro da APEC**, 2010. v. único.

MATTEI, L. ; CAZELLA, A. A; SCHNEIDER, S. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: Sergio Schneider; Marcelo Kunrath Silva; Paulo Eduardo Moruzzi Marques. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 21-49.

MATTEI, L. F.; LINS, H. N. **A Economia Catarinense Rumo ao Século XXI**. Texto para discussão. Centro Sócio-Econômico. Departamento de Economia. Florianópolis, 2001.

MATTEI, L.; SILVA, J. g. (orient.). **Pluriatividade e desenvolvimento rural no Estado de Santa Catarina**. 1999. 211p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.

MEDEIROS, M. C. **Industrialização e agricultura: o complexo agroindustrial do arroz de Santa Catarina**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006. 237p.

_____. **Industrialização e agricultura: o complexo agroindustrial do arroz**

de Santa Catarina. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006. 237p.

MIOTO, B. T. **Movimentos Migratórios em Santa Catarina no Limiar do Século XXI**. 85f. Monografia – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MOURA, R. **Comentários sobre os resultados do REGIC 2007** / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba: IPARDES, 2009.

MUSSOI, E. M. Políticas públicas para o rural em Santa Catarina: descontinuidades na continuidade. In: PAULILO, Maria Igenes Silveira; SCHMIDT, Wilson. (orgs) **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2003.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960. 210 p.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação**. Campinas, SP: UNICAMP/IE, c1998. 291p.

PEROBELLI, F. S.; HADDAD, E. A. Padrões de Comércio Interestaduais no Brasil, 1985 e 1997. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, 10(1): 61-88, 2006.

PERTILE, N. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em Geografia. . **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes do Oeste Catarinense**. Florianópolis, SC, 2008. 1 v. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Geografia

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 12. ed. São Paulo (SP): Brasiliense, 1972. 390p

QUIJANO, A. Dependencia, cambio social y urbanización en Latinoamérica. **Revista Mexicana de Sociologia**, XXX (3), jul.- set, 1968.

ROCHA, I. O. de . Considerações sobre a balança comercial de Santa Catarina (1980-2003). In: **8. Simpósio de Geografia da UDESC (8. SIMGeo/2008) - América Latina: Soberania e Desenvolvimento, 2008, Florianópolis**. Anais do 8. Simpósio de Geografia da UDESC (8. SIMGeo/2008) - América latina: Soberania e Desenvolvimento. Florianópolis : UDESC/FAED, 2008. v. 1. p. 1-1.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006

_____. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2005. 174p

_____. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petropolis: Vozes, 1979. 156p

SANTOS, M; ELIAS, D (co-aut.). **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: HUCITEC, 1988. 124p.

SANTOS, S. C. dos. **Nova história de Santa Catarina**. [Florianópolis: Ed. do Autor], 1974. 124p

_____. **Nova história de Santa Catarina**. 5. ed.rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. 118p

SCHMITZ, S. **Planejamento estadual**: a experiência catarinense com o Plano de Metas do Governo — PLAMEG — 1961-1965. Florianópolis: Ed. da UFSC/FESC/UDESC, 1985. 134p.

SIEBERT, Claudia Freitas. **Estruturação e desenvolvimento da rede urbana do Vale do Itajaí**. Blumenau: Ed. da FURB, 1997. 118p.

SILVA, E. L. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL . **Desenvolvimento econômico periférico e formação da rede urbana de Santa Catarina**. 1978. 155f

SILVA, J. G. da. **A modernização dolorosa : estrutura agrária fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil..** Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192 p.

SINGER, P. **A crise do "milagre": interpretação crítica da economia brasileira**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 167 p.

_____. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana (análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife)**. São Paulo: Nacional, 1974. 377 p.

_____. **Economia Política da Urbanização**, 14^a. ed. São Paulo: Contexto, 1998. 155pg.

SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA Florianópolis, **EPAGRI/ICEPA** SC – vários números 1999 – 2005. Acesso em 15/11/2010 <http://cepa.epagri.sc.gov.br/>

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual : natureza, capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1988. 250 p. Bibliografia: p. 243-250

VIEIRA FILHO, A. **As raízes da industrialização**: grupos empresariais catarinenses (origem e evolução-1880-1985). Florianópolis: Ed. do Autor, 1986. 203p

VIEIRA, M. G. E. D. ; PEREIRA, R.A. Latifúndio Pastoril e Pequena Produção Mercantil: o caso do Brasil subtropical. **Geografia Econômica - Anais de Geografia Econômica e Social**, v. N.3, p. 193-215, 2009

ANEXOS

Anexo 1– Índice da produção física da Indústria de Transformação de Santa Catarina (1991=100)

SC	dez/91	dez/92	dez/93	dez/94	dez/95	dez/96	dez/97	dez/98	dez/99	dez/00	dez/01	dez/02	dez/03	dez/04	dez/05	dez/06
3 Indústria de Transformação	100	98,9	105,6	111,4	117,9	121,1	128,3	125,3	128	132,5	138,5	127,2	120,2	133,9	133,9	134,2
3.1 Alimentos e bebidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.2 Alimentos	100	113,2	116,9	125,7	137,4	150,4	156,2	152,1	164,8	166,6	173,6	181,3	171,8	191,3	195,6	179,8
3.3 Bebidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.4 Fumo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.5 Têxtil	100	95,5	96,1	103,1	101,9	98,9	105,5	101,5	99,8	100,3	98,5	94,2	87,2	98,8	103,7	103,1
3.6 Vestuário e acessórios	100	95	103,5	97,9	94,6	99,5	90,8	88	85,5	86,7	81,6	92,4	78,8	76,5	67,3	60,6
3.7 Calçados e artigos de couro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.8 Madeira	100	101,6	107,2	112,4	112,1	111,4	131,3	128,7	140,9	134,7	128,8	133	138	155	156,1	129,3
3.9 Celulose, papel e produtos de pap	100	97,5	104,8	111	126,4	129,7	133,9	136,1	147,9	152,9	159,7	141,2	141,8	159,8	169,7	174,6
3.10 Edição, impressão e reprodução de gravações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.11 Refino de petróleo e álcool	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.12 Produtos químicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.13 Farmacêutica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.14 Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.15 Outros produtos químicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.16 Borracha e plástico	100	91,2	78,5	93,4	123,2	133,4	135,8	142,2	138,2	136,3	128,5	123,4	101,0	118,2	120,8	131,7
3.17 Minerais não metálicos	100	110,9	119,8	112,9	114	114,8	122,5	118	109	112	106,8	109,2	110,3	105,6	105,9	102,2
3.18 Metalurgia básica	100	95,1	121,6	152,2	156,9	152,3	190,3	192,8	181,2	208,9	222,9	197,2	194,3	251,8	261,1	249,6
3.19 Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.20 Máquinas e equipamentos	100	87	102,9	120,7	130,2	131,9	130,3	132,2	138,5	147,8	155,2	156,1	165,1	188,5	164,1	184
3.21 Máquinas para escritório e equipamentos de informática	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.22 Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	100	96,7	118,1	151,4	190,4	175,9	222,3	219,7	225,6	20,5	395,7	238,3	264,3	291	256,4	277
3.23 Material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.24 Equipamentos de instrumentação médico-hospitalar,	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.25 Veículos automotores	100	108,6	107,6	105,2	134,4	128,9	133,5	134,4	129,1	148,3	153,6	84,5	55,4	78,8	110	137,4
3.26 Outros equipamentos de transp	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.27 Mobiliário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.28 Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Produção Industrial (APUD CANO, 2007)

Anexo 2– Taxas de crescimento dos municípios catarinenses 1970/2010

Municípios	Taxa geométrica de crescimento anual			
4200051 - Abdon Batista - SC	-	-	-1,55	-0,45
4200101 - Abelardo Luz - SC	-0,37	0,82	-1,56	0,39
4200200 - Agrolândia - SC	0,63	1,44	0,84	1,79
4200309 - Agronômica - SC	-0,48	-1,69	1,22	1,42
4200408 - Água Doce - SC	-0,68	-1,04	-0,41	0,17
4200507 - Águas de Chapecó - SC	-0,30	-0,22	-1,08	0,55
4200556 - Águas Frias - SC	-	-	-	-0,41
4200606 - Águas Mornas - SC	-0,11	-0,03	1,57	0,29
4200705 - Alfredo Wagner - SC	-0,27	0,29	-1,00	0,61
4200754 - Alto Bela Vista - SC	-	-	-	-0,45
4200804 - Anchieta - SC	6,08	-0,47	-2,93	-1,11
4200903 - Angelina - SC	-1,24	-0,56	-0,81	-0,95
4201000 - Anita Garibaldi - SC	-1,56	-3,22	-0,70	-1,73
4201109 - Anitápolis - SC	-0,05	-2,29	-0,97	-0,06
4201208 - Antônio Carlos - SC	-0,38	0,33	1,37	1,48
4201257 - Apiúna - SC	-	-	0,98	1,21
4201273 - Arabutã - SC	-	-	-	0,08
4201307 - Araquari - SC	0,32	4,68	3,98	0,48
4201406 - Araranguá - SC	2,54	3,35	1,23	1,15
4201505 - Armazém - SC	-1,71	0,16	1,21	1,18
4201604 - Arroio Trinta - SC	1,09	1,14	0,46	0,03
4201653 - Arvoredo - SC	-	-	-	-0,21
4201703 - Ascurra - SC	3,16	1,17	1,19	0,68
4201802 - Atalanta - SC	0,04	0,55	-0,76	-0,38
4201901 - Aurora - SC	-0,61	1,28	-1,02	0,14
4201950 - Balneário Arroio do Silva - SC	-	-	-	4,73
4202008 - Balneário Camboriú - SC	7,26	5,72	6,18	3,94
4202057 - Balneário Barra do Sul - SC	-	-	-	3,37
4202073 - Balneário Gaivota - SC	-	-	-	4,23
4202081 - Bandeirante - SC	-	-	-	-0,89
4202099 - Barra Bonita - SC	-	-	-	-1,20
4202107 - Barra Velha - SC	0,53	1,11	1,62	3,73
4202131 - Bela Vista do Toldo - SC	-	-	-	0,48
4202156 - Belmonte - SC	-	-	-	0,18
4202206 - Benedito Novo - SC	-0,82	-2,20	0,79	1,31
4202305 - Biguaçu - SC	3,41	4,30	3,51	1,94
4202404 - Blumenau - SC	4,60	2,75	2,13	1,68
4202438 - Bocaina do Sul - SC	-	-	-	0,99
4202453 - Bombinhas - SC	-	-	-	5,08
4202503 - Bom Jardim da Serra - SC	-0,13	-3,87	-0,18	0,76

4202537 - Bom Jesus - SC	-	-	-	2,13
4202578 - Bom Jesus do Oeste - SC	-	-	-	-0,08
4202602 - Bom Retiro - SC	0,21	-0,83	0,94	1,16
4202701 - Botuverá - SC	-0,48	1,63	-1,31	1,75
4202800 - Braço do Norte - SC	1,28	2,99	4,13	1,58
4202859 - Braço do Trombudo - SC	-	-	-	0,82
4202875 - Brunópolis - SC	-	-	-	-1,54
4202909 - Brusque - SC	1,59	3,15	2,75	3,33
4203006 - Caçador - SC	1,79	2,71	1,86	1,11
4203105 - Caibi - SC	3,02	0,17	-1,55	-0,22
4203154 - Calmon - SC	-	-	-	-0,25
4203204 - Camboriú - SC	3,59	5,69	4,85	4,16
4203253 - Capão Alto - SC	-	-	-	-0,92
4203303 - Campo Alegre - SC	1,54	1,76	1,45	0,10
4203402 - Campo Belo do Sul - SC	-0,18	-0,52	-4,54	-0,72
4203501 - Campo Erê - SC	4,10	0,33	-8,89	-0,99
4203600 - Campos Novos - SC	0,01	-0,07	-3,91	1,34
4203709 - Canelinha - SC	-0,38	1,21	0,98	1,65
4203808 - Canoinhas - SC	2,92	1,45	-0,70	0,22
4203907 - Capinzal - SC	2,93	2,54	3,84	0,40
4203956 - Capivari de Baixo - SC	-	-	-	1,57
4204004 - Catanduvas - SC	2,78	1,37	-3,77	1,43
4204103 - Caxambu do Sul - SC	0,48	-0,49	-4,72	-1,76
4204152 - Celso Ramos - SC	-	-	-1,93	-0,25
4204178 - Cerro Negro - SC	-	-	-	-1,33
4204194 - Chapadão do Lageado - SC	-	-	-	0,77
4204202 - Chapecó - SC	5,32	3,56	1,79	2,25
4204251 - Cocal do Sul - SC	-	-	-	1,01
4204301 - Concórdia - SC	2,71	0,72	-0,20	0,85
4204350 - Cordilheira Alta - SC	-	-	-	2,04
4204400 - Coronel Freitas - SC	1,71	-4,25	-1,20	-0,31
4204459 - Coronel Martins - SC	-	-	-	0,29
4204509 - Corupá - SC	0,55	1,54	1,32	1,58
4204558 - Correia Pinto - SC	-	-	-0,04	-1,40
4204608 - Criciúma - SC	3,11	2,58	1,54	1,21
4204707 - Cunha Porã - SC	2,07	-3,56	-0,52	0,37
4204756 - Cunhataí - SC	-	-	-	0,32
4204806 - Curitibanos - SC	1,99	1,03	-1,57	0,47
4204905 - Descanso - SC	2,59	-0,12	-6,04	-0,55
4205001 - Dionísio Cerqueira - SC	2,28	-1,41	0,38	0,38
4205100 - Dona Emma - SC	-1,08	0,34	-0,88	1,19
4205159 - Doutor Pedrinho - SC	-	-	0,28	1,58
4205175 - Entre Rios - SC	-	-	-	0,55

4205191 - Ermo - SC	-	-	-	-0,03
4205209 - Erval Velho - SC	-1,52	-0,62	-0,80	0,20
4205308 - Faxinal dos Guedes - SC	2,54	0,81	1,51	-0,10
4205357 - Flor do Sertão - SC	-	-	-	-0,15
4205407 - Florianópolis - SC	3,11	2,83	2,97	2,10
4205431 - Formosa do Sul - SC	-	-	-	-0,46
4205456 - Forquilha - SC	-	-	2,70	2,08
4205506 - Fraiburgo - SC	4,01	5,34	2,14	0,48
4205555 - Frei Rogério - SC	-	-	-	-1,79
4205605 - Galvão - SC	1,92	-1,11	-4,99	-1,96
4205704 - Garopaba - SC	1,00	1,70	2,87	3,26
4205803 - Garuva - SC	2,07	0,86	2,64	2,64
4205902 - Gaspar - SC	3,35	3,04	2,68	2,25
4206009 - Governador Celso Ramos - SC	0,38	1,92	1,88	1,16
4206108 - Grão Pará - SC	-1,41	-1,12	0,77	0,68
4206207 - Gravatal - SC	-0,43	0,21	2,70	-0,15
4206306 - Guabiruba - SC	1,31	3,01	2,74	3,57
4206405 - Guaraciaba - SC	1,70	0,41	-1,18	-0,50
4206504 - Guaramirim - SC	0,73	4,50	3,04	3,99
4206603 - Guarujá do Sul - SC	2,35	-0,12	-0,17	0,44
4206652 - Guatambú - SC	-	-	-	-0,06
4206702 - Herval d'Oeste - SC	1,65	1,30	1,18	0,58
4206751 - Ibiam - SC	-	-	-	-0,05
4206801 - Ibicaré - SC	-0,97	-0,61	-0,92	-0,61
4206900 - Ibirama - SC	1,14	-4,75	1,38	0,93
4207007 - Içara - SC	3,66	4,10	2,47	1,93
4207106 - Ilhota - SC	-0,58	1,46	1,13	1,57
4207205 - Imaruí - SC	-1,03	-1,86	-1,40	-1,37
4207304 - Imbituba - SC	2,07	1,90	1,44	1,19
4207403 - Imbuia - SC	2,81	2,35	1,29	0,85
4207502 - Indaial - SC	2,49	0,49	2,91	3,15
4207577 - Iomerê - SC	-	-	-	0,72
4207601 - Ipira - SC	-0,04	-0,25	0,44	-0,47
4207650 - Iporã do Oeste - SC	-	-	0,20	0,66
4207684 - Ipuação - SC	-	-	-	1,06
4207700 - Ipumirim - SC	-0,40	0,18	-0,49	0,44
4207759 - Iraceminha - SC	-	-	-2,18	-0,76
4207809 - Irani - SC	0,13	1,77	1,25	1,03
4207858 - Irati - SC	-	-	-	-0,49
4207908 - Irineópolis - SC	-0,27	0,99	-0,03	0,71
4208005 - Itá - SC	0,76	0,69	-2,17	-0,51
4208104 - Itaiópolis - SC	0,18	0,61	-3,13	0,63
4208203 - Itajaí - SC	3,19	3,00	2,12	2,20

4208302 - Itapema - SC	6,55	5,75	7,83	5,88
4208401 - Itapiranga - SC	2,71	-1,94	-4,14	0,98
4208450 - Itapoá - SC	-	-	8,23	5,27
4208500 - Ituporanga - SC	1,25	1,93	-0,81	1,33
4208609 - Jaborá - SC	-0,22	-1,02	-0,49	-0,37
4208708 - Jacinto Machado - SC	-1,04	-0,62	-0,53	-0,29
4208807 - Jaguaruna - SC	0,21	2,08	-2,29	1,70
4208906 - Jaraguá do Sul - SC	4,84	4,28	3,49	2,82
4208955 - Jardinópolis - SC	-	-	-	-1,21
4209003 - Joaçaba - SC	1,75	1,18	-1,55	1,16
4209102 - Joinville - SC	6,46	3,58	2,15	1,83
4209151 - José Boiteux - SC	-	-	1,28	0,27
4209177 - Jupiá - SC	-	-	-	-0,33
4209201 - Lacerdópolis - SC	-3,73	-0,24	0,44	0,11
4209300 - Lages - SC	1,89	-0,24	0,42	-0,06
4209409 - Laguna - SC	1,21	1,16	0,59	0,81
4209458 - Lajeado Grande - SC	-	-	-	-0,53
4209508 - Laurentino - SC	0,09	0,68	1,58	1,72
4209607 - Lauro Muller - SC	-1,63	0,48	-0,24	0,55
4209706 - Lebon Régis - SC	-0,66	2,10	0,78	0,15
4209805 - Leoberto Leal - SC	-0,35	0,07	-1,31	-1,05
4209854 - Lindóia do Sul - SC	-	-	-0,79	-0,49
4209904 - Lontras - SC	0,46	0,30	1,01	2,03
4210001 - Luiz Alves - SC	-1,65	-0,06	2,16	2,74
4210035 - Luzerna - SC	-	-	-	0,05
4210050 - Macieira - SC	-	-	-	-0,40
4210100 - Mafra - SC	1,21	1,34	0,60	0,58
4210209 - Major Gercino - SC	-1,68	-0,15	-1,84	0,42
4210308 - Major Vieira - SC	-1,16	1,02	-0,59	0,80
4210407 - Maracajá - SC	0,21	0,99	1,79	1,47
4210506 - Maravilha - SC	2,33	0,74	-2,60	1,78
4210555 - Marema - SC	-	-	-8,78	-1,83
4210605 - Massaranduba - SC	0,09	-0,64	1,18	1,56
4210704 - Matos Costa - SC	-2,15	0,79	-4,34	-1,21
4210803 - Meleiro - SC	-0,55	-0,83	-3,15	-0,11
4210852 - Mirim Doce - SC	-	-	-	-0,91
4210902 - Modelo - SC	1,16	-3,11	-8,73	0,29
4211009 - Mondaí - SC	2,32	-3,36	-6,13	1,60
4211058 - Monte Carlo - SC	-	-	-	0,82
4211108 - Monte Castelo - SC	0,60	1,03	-0,29	0,00
4211207 - Morro da Fumaça - SC	6,67	2,86	1,63	1,03
4211256 - Morro Grande - SC	-	-	-	-0,09
4211306 - Navegantes - SC	3,02	5,21	5,21	4,42

4211405 - Nova Erechim - SC	2,43	-0,39	1,30	1,90
4211454 - Nova Itaberaba - SC	-	-	-	0,03
4211504 - Nova Trento - SC	-0,96	0,01	0,77	2,14
4211603 - Nova Veneza - SC	1,19	1,14	1,04	1,47
4211652 - Novo Horizonte - SC	-	-	-	-1,19
4211702 - Orleans - SC	0,38	1,85	0,00	0,66
4211751 - Otacílio Costa - SC	-	-	-0,41	1,57
4211801 - Ouro - SC	-0,52	1,68	0,62	-0,06
4211850 - Ouro Verde - SC	-	-	-	-0,35
4211876 - Paial - SC	-	-	-	-1,51
4211892 - Paineira - SC	-	-	-	-0,13
4211900 - Palhoça - SC	6,29	5,49	4,15	2,93
4212007 - Palma Sola - SC	4,84	1,73	-0,76	-0,55
4212056 - Palmeira - SC	-	-	-	1,08
4212106 - Palmitos - SC	2,28	0,00	-1,01	-0,01
4212205 - Papanduva - SC	1,61	1,72	0,36	0,64
4212239 - Paraíso - SC	-	-	-	-1,60
4212254 - Passo de Torres - SC	-	-	-	4,19
4212270 - Passos Maia - SC	-	-	-	-0,72
4212304 - Paulo Lopes - SC	-0,39	0,07	0,69	1,23
4212403 - Pedras Grandes - SC	-1,18	-0,33	-0,28	-1,79
4212502 - Penha - SC	2,88	2,53	3,04	3,58
4212601 - Peritiba - SC	0,29	1,42	0,13	-0,78
4212700 - Petrolândia - SC	-0,05	0,21	-0,98	-0,44
4212809 - Balneário Piçarras - SC	2,39	3,23	3,24	4,58
4212908 - Pinhalzinho - SC	2,15	0,64	1,48	2,83
4213005 - Pinheiro Preto - SC	1,39	0,77	1,40	1,44
4213104 - Piratuba - SC	-1,21	0,20	1,70	-1,92
4213153 - Planalto Alegre - SC	-	-	-	0,81
4213203 - Pomerode - SC	1,76	2,45	1,66	2,30
4213302 - Ponte Alta - SC	-1,86	-0,33	0,84	-0,54
4213351 - Ponte Alta do Norte - SC	-	-	-	0,25
4213401 - Ponte Serrada - SC	2,88	-0,06	-1,48	0,44
4213500 - Porto Belo - SC	1,44	3,03	-0,88	4,18
4213609 - Porto União - SC	1,97	0,69	0,64	0,50
4213708 - Pouso Redondo - SC	0,10	0,57	0,63	1,96
4213807 - Praia Grande - SC	-0,67	-0,03	-0,39	-0,02
4213906 - Presidente Castello Branco - SC	-0,99	0,37	1,86	-2,23
4214003 - Presidente Getúlio - SC	0,74	1,07	0,81	1,90
4214102 - Presidente Nereu - SC	-2,47	-1,24	-1,84	-0,09
4214151 - Princesa - SC	-	-	-	0,54
4214201 - Quilombo - SC	3,03	-0,93	-5,73	-0,46
4214300 - Rancho Queimado - SC	0,59	-0,58	1,12	0,41

4214409 - Rio das Antas - SC	-1,36	0,50	0,64	0,03
4214508 - Rio do Campo - SC	-0,48	1,58	-0,54	-0,51
4214607 - Rio do Oeste - SC	-1,30	-0,56	-0,34	0,53
4214706 - Rio dos Cedros - SC	-1,37	0,19	0,34	1,41
4214805 - Rio do Sul - SC	2,79	2,12	1,24	1,71
4214904 - Rio Fortuna - SC	-1,01	0,37	0,34	0,29
4215000 - Rio Negrinho - SC	4,82	2,80	2,85	0,55
4215059 - Rio Rufino - SC	-	-	-	0,09
4215075 - Riqueza - SC	-	-	-	-0,65
4215109 - Rodeio - SC	0,02	1,48	1,03	0,50
4215208 - Romelândia - SC	5,53	-0,05	-3,65	-1,55
4215307 - Salete - SC	1,35	2,26	0,05	0,27
4215356 - Saltinho - SC	-	-	-	-0,57
4215406 - Salto Veloso - SC	1,15	0,52	1,09	0,96
4215455 - Sangão - SC	-	-	-	2,50
4215505 - Santa Cecília - SC	0,56	-1,90	1,61	0,62
4215554 - Santa Helena - SC	-	-	-	-0,83
4215604 - Santa Rosa de Lima - SC	-0,28	0,87	0,57	0,29
4215653 - Santa Rosa do Sul - SC	-	-	0,78	0,31
4215679 - Santa Terezinha - SC	-	-	-	-0,08
4215687 - Santa Terezinha do Progresso - SC	-	-	-	-1,64
4215695 - Santiago do Sul - SC	-	-	-	-1,45
4215703 - Santo Amaro da Imperatriz - SC	0,88	1,54	1,61	2,36
4215752 - São Bernardino - SC	-	-	-	-1,58
4215802 - São Bento do Sul - SC	7,77	3,30	2,66	1,35
4215901 - São Bonifácio - SC	0,38	-0,42	-0,47	-0,67
4216008 - São Carlos - SC	1,16	0,46	-2,63	0,94
4216057 - São Cristovão do Sul - SC	-	-	-	1,09
4216107 - São Domingos - SC	2,67	0,04	-3,83	-0,05
4216206 - São Francisco do Sul - SC	0,78	3,35	0,88	2,80
4216255 - São João do Oeste - SC	-	-	-	0,42
4216305 - São João Batista - SC	0,29	1,62	1,53	5,86
4216354 - São João do Itaperiú - SC	-	-	-	0,84
4216404 - São João do Sul - SC	-1,45	1,77	-2,77	0,32
4216503 - São Joaquim - SC	-1,19	-0,52	0,24	0,83
4216602 - São José - SC	7,52	4,30	2,21	1,95
4216701 - São José do Cedro - SC	3,64	-0,11	-2,53	0,00
4216800 - São José do Cerrito - SC	-1,17	-1,29	-1,09	-1,13
4216909 - São Lourenço do Oeste - SC	3,61	-0,27	-1,64	1,04
4217006 - São Ludgero - SC	-0,07	2,53	3,64	2,50
4217105 - São Martinho - SC	-1,33	0,98	-0,31	-0,19
4217154 - São Miguel da Boa Vista - SC	-	-	-	-0,58
4217204 - São Miguel do Oeste - SC	4,81	1,52	-2,64	1,17

4217253 - São Pedro de Alcântara - SC	-	-	-	2,77
4217303 - Saudades - SC	0,56	-0,22	-0,86	0,80
4217402 - Schroeder - SC	1,72	4,69	5,05	3,54
4217501 - Seara - SC	1,81	1,13	-0,93	0,26
4217550 - Serra Alta - SC	-	-	-1,47	-0,14
4217600 - Siderópolis - SC	-0,73	0,70	-1,02	0,73
4217709 - Sombrio - SC	-0,43	2,32	0,31	1,49
4217758 - Sul Brasil - SC	-	-	-	-1,18
4217808 - Taió - SC	-0,06	0,37	-1,74	0,60
4217907 - Tangará - SC	-1,33	0,15	-2,97	-0,09
4217956 - Tigrinhos - SC	-	-	-	-0,66
4218004 - Tijucas - SC	1,35	2,73	1,80	2,80
4218103 - Timbé do Sul - SC	-0,69	-0,27	-0,69	-0,03
4218202 - Timbó - SC	4,25	2,61	2,12	2,29
4218251 - Timbó Grande - SC	-	-	2,74	0,98
4218301 - Três Barras - SC	5,78	2,97	0,91	0,57
4218350 - Treviso - SC	-	-	-	1,16
4218400 - Treze de Maio - SC	0,37	-0,52	0,80	0,24
4218509 - Treze Tílias - SC	-0,11	1,14	1,86	2,74
4218608 - Trombudo Central - SC	-0,32	1,53	-3,63	1,24
4218707 - Tubarão - SC	1,19	2,15	-0,72	0,95
4218756 - Tunápolis - SC	-	-	-1,48	-0,31
4218806 - Turvo - SC	0,90	0,21	-1,37	0,85
4218855 - União do Oeste - SC	-	-	-7,30	-1,52
4218905 - Urubici - SC	-0,23	-0,57	-1,15	0,43
4218954 - Urupema - SC	-	-	0,21	-0,18
4219002 - Urussanga - SC	3,19	3,07	-4,57	0,77
4219101 - Vargeão - SC	2,08	-0,20	2,39	0,03
4219150 - Vargem - SC	-	-	-	-1,38
4219176 - Vargem Bonita - SC	-	-	-	-0,73
4219200 - Vidal Ramos - SC	-0,64	-1,23	-1,87	0,02
4219309 - Videira - SC	2,56	2,24	1,48	1,27
4219358 - Vitor Meireles - SC	-	-	-1,16	-0,58
4219408 - Witmarsum - SC	-1,08	0,88	-1,15	1,03
4219507 - Xanxerê - SC	1,90	2,08	-0,06	1,65
4219606 - Xavantina - SC	-0,23	-0,73	-1,18	-0,61
4219705 - Xaxim - SC	2,01	-1,27	0,71	1,18
4219853 - Zortéa - SC	-	-	-	1,28

Fonte: dados brutos dos Censos Demográficos 1970-2010.

Anexo 3– Relações empresariais das capitais regionais A e B REGIC 2007 (IBGE, 2008)¹⁶⁷

Blumenau - 2B
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	232
2	Joinville (SC)	168
3	Florianópolis (SC)	137
4	Curitiba (PR)	89
5	Indaial (SC)	84
6	Brusque (SC)	69
7	Balneário Camboriú (SC)	64
8	Itajaí (SC)	62
9	Porto Alegre (RS)	56
10	Gaspar (SC)	54
11	Rio de Janeiro (RJ)	41
12	Rio do Sul (SC)	36
13	Brasília (DF)	34
14	Timbó (SC)	28
15	Criciúma (SC)	23
16	Chapecó (SC)	22
17	Pomerode (SC)	19
18	Itapema (SC)	16
19	Navegantes (SC)	16
20	Campinas (SP)	16

Florianópolis - 2A
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	348
2	Joinville (SC)	215
3	Curitiba (PR)	192
4	Porto Alegre (RS)	170
5	Blumenau (SC)	137
6	Criciúma (SC)	125
7	Rio de Janeiro (RJ)	107
8	Brasília (DF)	101
9	Balneário Camboriú (SC)	63
10	Itajaí (SC)	63
11	Tubarão (SC)	54
12	Lages (SC)	48
13	Chapecó (SC)	30
14	Belo Horizonte (MG)	30
15	Brusque (SC)	29
16	Garopaba (SC)	25
17	Itapema (SC)	24
18	Caxias do Sul (RS)	23
19	Imbituba (SC)	22
20	Rio do Sul (SC)	21

¹⁶⁷ A intensidade de relacionamento empresarial é a soma do número de filiais existentes na cidade B de empresas com sede na cidade A com o número de filiais existentes na cidade A de empresas com sede na cidade B (IBGE, 2008). O dado é formulado a partir de dados da pesquisa do Cadastro Centras das Empresas do IBGE

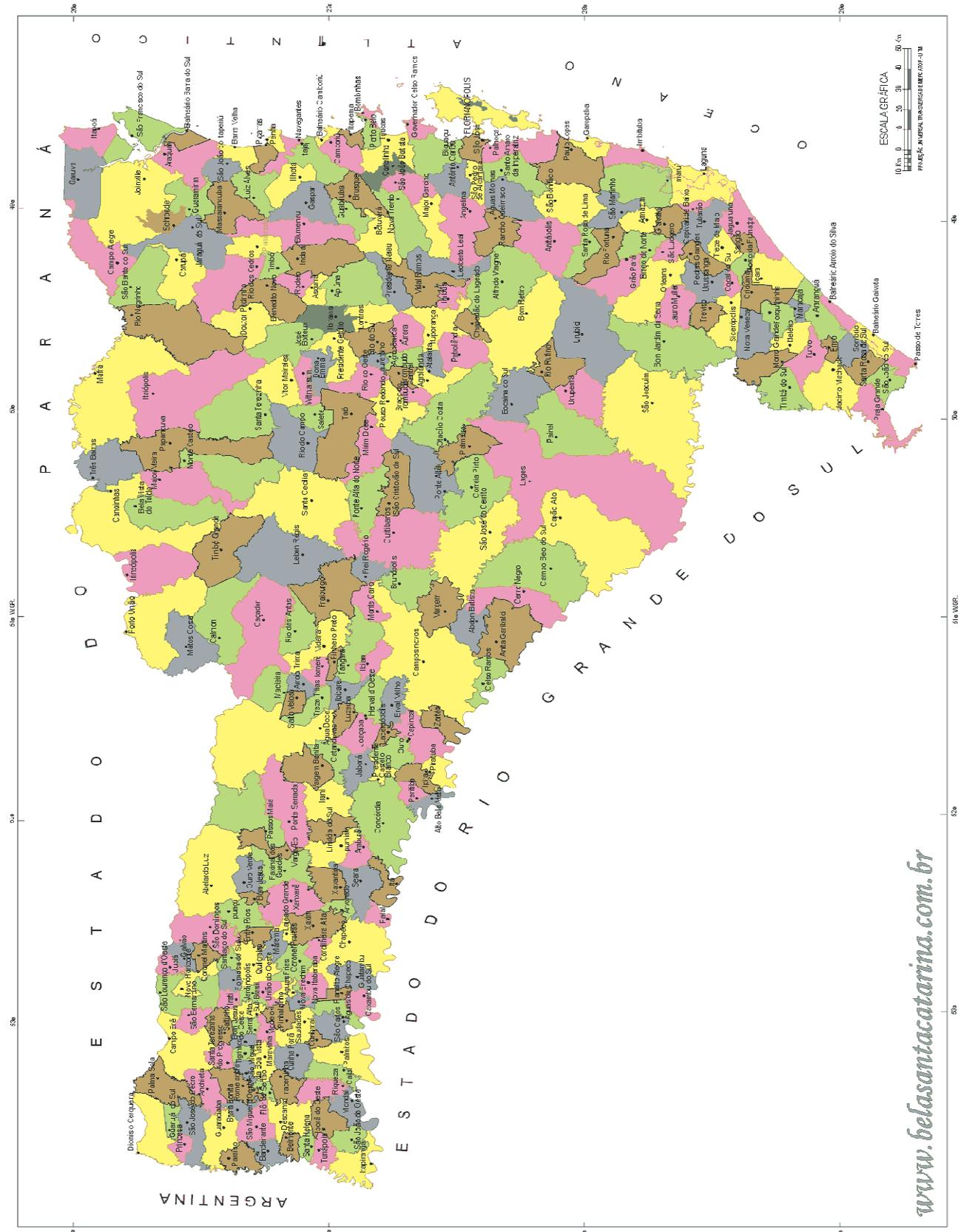
Chapecó - 2B
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	46
2	Xanxerê (SC)	32
3	Florianópolis (SC)	30
4	Concórdia (SC)	24
5	Xaxim (SC)	23
6	Curitiba (PR)	23
7	Joaçaba (SC)	22
8	Blumenau (SC)	22
9	São Miguel do Oeste (SC)	21
10	Porto Alegre (RS)	19
11	Joinville (SC)	19
12	Lages (SC)	19
13	Passo Fundo (RS)	16
14	Erechim (RS)	16
15	Pato Branco (PR)	15
16	Brasília (DF)	15
17	Guatambú (SC)	14
18	Coronel Freitas (SC)	12
19	Quilombo (SC)	12
20	Pinhalzinho (SC)	12

Joinville - 2B
Intensidade de relacionamento empresarial - 2004

Ordem	Cidade	Intensidade de relacionamento empresarial (1)
1	São Paulo (SP)	323
2	Florianópolis (SC)	215
3	Curitiba (PR)	203
4	Blumenau (SC)	168
5	Porto Alegre (RS)	83
6	Itajaí (SC)	78
7	Rio de Janeiro (RJ)	64
8	São Bento do Sul (SC)	54
9	Balneário Camboriú (SC)	50
10	Brasília (DF)	50
11	Brusque (SC)	47
12	Belo Horizonte (MG)	44
13	Criciúma (SC)	42
14	São Francisco do Sul (SC)	30
15	Campinas (SP)	26
16	Lages (SC)	25
17	Corupá (SC)	22
18	Indaial (SC)	21
19	Rio Negrinho (SC)	20
20	Mafra (SC)	19

Anexo 4– Mapa Político de Santa Catarina – municípios e mesorregiões.



www.belasantacatarina.com.br